

Defesa Nacional



REVISTA
DE
ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
54º

Rio de Janeiro, GB — Mar/Abr de 1968

Número
618

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em estas páginas, desde que citada a fonte.

Acella-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil NCr\$ 3,00

(Desconto em folha autuada, mensal: NCr\$ 0,60)

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou via postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante.)

Exterior NCr\$ 12,00

(Registro e via aérea importam acréscimos.)

Número avulso:

Br NCr\$ 0,60

Arado NCr\$ 0,80

ENDEREÇO

Ministério do Exército
Ala Marellio Dias

Caixa Postal: 17 (DO MEX)

ZC — 55

Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
<i>Rumos para a Educação da Juventude Brasileira</i> — Gen Moacyr Araújo Lopes	7
<i>A Missão da Engenharia Militar</i> — Gen Orlando Geisel	25
<i>Panorama Mundial e Nacional das Telecomunicações</i> — Cel José Maria Nogueira Ramos	29
<i>Bases Racionais para o Exercício da Direção e do Comando</i> — Da Disciplina e da Hierarquia — Maj Brig Godofredo Vidal	43
<i>A Instrução do FAIBRÁS na República Dominicana</i> — Instrução de Operações em Selva e Guerrilhas — Gen Carlos de Meira Mattos e Oficiais do FAIBRÁS	53
<i>A Infantaria Moderna e os Carros de Combate</i> — Ten-Cel Ricardo Fernandes	77
<i>Guerra na Selva: Emboscadas e Contra-Emboscadas</i> — Cap Gélío A. Barbosa Fregapani	85
<i>O 1º B Fron e a Instrução de "Guerra na Selva"</i> — Cap Paulo Fernandes Rodrigues	95
<i>Sistema de Lançamento de Projetos Anticarro</i> — Cmt Btl Reboul (Trad. Maj Cezar Marques da Rocha)	99
<i>A Formação do Oficial de Material Bélico</i> — Cel Togo Lobato	109
<i>Guerra Biológica: Os Ácidos Nucleicos e o Código Genético</i> — Cap Geraldo de Magella	113
<i>Educação Política dos Militares Soviéticos</i> — Cel M. Sibilev (Trad. Ten-Cel Kleber F. de Oliveira)	121
<i>A Causalidade Histórica</i> — Cap Luiz Paulo Macedo Carvalho	125
<i>O Processo da Emancipação Política do Equador</i> — Maj Hélio Costa	135
<i>Um Problema do Patrimônio do Exército: Desapropriações</i> — Maj João Sihler	141
<i>Assistência às populações durante Calamidades Públicas</i>	149

ral no exercício da autoridade. Salvou o País da insolvência financeira e do caos econômico, produtos da irresponsabilidade e da desonestidade de maus governantes.

Aqueles que perguntam, achando pouco esses marcos, — austeridade, reformas e recuperação econômico-financeira —, que deram a dinâmica dos três primeiros anos: mas onde está a Revolução? Responderemos que ela está nas grandes opções revolucionárias tomadas corajosamente pelo Presidente Castello Branco, — entre a dignidade do poder e a imoralidade administrativa, entre o espírito público e a política de clientelas eleitorais, entre a reestruturação das instituições democráticas e a progressiva e calculada desagregação de uma democracia indefesa, entre a insolvência financeira e a restauração das finanças, entre o caos econômico e a restauração das bases para o desenvolvimento e, finalmente, entre a desmoralização internacional e o prestígio externo baseado na seriedade e na solvência.

Estas as grandes benesses que a Revolução Brasileira, no seu primeiro ciclo, proporcionou à Nação.

A 15 de março de 1967, há um ano, iniciou-se o segundo ciclo revolucionário, com a assunção do poder pelo Presidente Costa e Silva. Graças ao trabalho de saneamento anterior, pôde o Presidente traçar metas revolucionárias mais ousadas no sentido da valorização do homem brasileiro e do desenvolvimento.

Acaba o Presidente Costa e Silva de completar o seu primeiro ano de governo. Reconhecemos todos as dificuldades que se opõem a uma arrancada violenta, "queimando etapas" e, assim, acelerando o processo de desenvolvimento e nêle abrindo o campo de possibilidades ocupacionais e estendendo a faixa de bem-estar a camadas sempre maiores de nossa população. Mas reconhecemos, também, que o 2º Governo Revolucionário trabalhou com afinco, com determina-

ção e com espírito de eficiência durante êsses 365 dias. Muito há que se creditar a seu favor: — o processo de desenvolvimento foi retomado e mantido o contróle da inflação; um clima de liberdades públicas, irrepreensível, deu tônica democrática ao Governo; o princípio revolucionário de autoridade digna e moralizada prevaleceu inatacável nos altos cargos administrativos.

*

* *

O 2º Governo Revolucionário enfrenta o desafio de graves problemas: uma ação mais dinâmica, nos anos que se seguirão, nos campos da Educação e da Saúde. Será a concretização da "meta homem", contida em tôdas as mensagens presidenciais.

O Brasil é um país de jovens — 50% de nossa população está na faixa dos 20 para baixo. Em média, até o ano 2000, somaremos, parceladamente, mais 3 milhões de brasileiros por ano. Êsses dados representam uma imensa responsabilidade, particularmente nos setores da Educação e Saúde. As metas do Governo Revolucionário serão arrojadas para êsses dois setores, preparando as novas gerações, física e intelectualmente, para a grande batalha do Desenvolvimento que nos colocará no rol das nações social, técnica e cientificamente mais adiantadas do mundo. Êsse esforço prioritário, incidindo sôbre o nosso potencial militar, representará o fortalecimento indispensável de nossa Segurança.

*

* *

A DEFESA NACIONAL rejubila-se por essas duas datas revolucionárias — 15 e 31 de março. Reitera a sua irrestrita confiança nos destinos da Revolução. Sabe que o caminho a percorrer é longo, as incompreensões e os obstáculos serão enormes, mas a vontade revolucionária não se deixará quebrantar, mirando confiante o Brasil do futuro.

RUMOS PARA A EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA

GEN DIV MOACYR ARAÚJO LOPES

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO

SITUAÇÃO DA JUVENTUDE

FORÇAS ATUANTES

NECESSIDADE DE ORIENTAR A EDUCAÇÃO

CAUSAS DA REALIDADE ATUAL

SOLUÇÃO QUE SE IMPÕE

PROJEÇÃO DOS VALORES ESPIRITUAIS E MORAIS DA NACIONALIDADE

RESULTADO DAS AÇÕES NEUTRAS, NA CONJUNTURA

CONCLUSÃO

Introdução

Desenvolverei as minhas idéias, sob a inspiração de profundos pensamentos:

"O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte Constituição do Brasil." (Preâmbulo da Constituição de 1967.)

"Presente comigo a esta solenidade encontra-se toda a nação brasileira, que anseia pela justa distribuição dos benefícios do progresso material, à medida que demonstra como o fez na grave opção que significou o seu apoio à nossa revolução de 1964 — o insopitável desejo de preservar os valores espirituais e morais que lastreiam os regimes verdadeiramente democráticos.

Não incorro com isto no pecado do entusiasmo fácil de que são presas freqüentes os espíritos a que Deus negou a faculdade de conhecer a exata medida das coisas." (Presidente Costa e Silva, discurso de Ilha Solteira, 29-6-1967.)

"Promover o homem todo, em nosso caso, outra coisa não é senão dar-lhe a base física de sustentação de sua natural preferência pela liberdade e pela vida cristã." (Presidente Costa e Silva, discurso do Nordeste, 12-8-1967.)

"No Brasil, como na Noruega, o homem é o vetor das preocupações do Estado, que o vê, antes de tudo, como parte da criação, investido por Deus da responsabilidade de aperfeiçoá-la, aperfeiçoando-se a si mesmo." (Presidente Costa e Silva, discurso ao Rei da Noruega, 8-9-1967.)

"O País é jovem, grande e complexo, e por isso é muito difícil governá-lo sem a ajuda de Deus." "... num País como o Brasil, somente com a orientação de Deus é possível fazer um bom governo. Acrescentou que, diariamente, procura na oração e na meditação a inspiração para seu trabalho." (Presidente Costa e Silva, declarações de 2-10-1967.)

"Agora queremos uma metafísica que se apóie, não nos fragmentos de um edifício, mas na plenitude de sua base: na vida mesma. Por isso digo que agora começa a terceira navegação da filosofia, de rumos apontados já pela proa dos navios, que, como diz Ortega, caminha para um continente em cujo horizonte se desenha o alto promontório da Divindade." (Garcia Morante, "Fundamentos da Filosofia".)

"Diz uma lenda antiga oriental que a águia tem o poder de olhar o Sol e levantar-se até êle mas, de quando em quando, seus olhos e suas asas se paralisam, devendo, então, submergir numa fonte milagrosa que renova suas forças. O pensamento radioso do homem que procura Deus, os protótipos e os bens eternos é a águia e a fonte que renova suas forças quando vacilante, não é outra senão a tradição das grandes épocas antigas, tal como se foi transmitindo de geração a geração." (Otto Willman, "Didaktik Als Bildungslehre".)

"A cultura cria suas raízes na consciência, na vida realmente humana, quer dizer, na vida moral. A moralidade não pode manter-se sem a religiosidade." (Dr. W. Foerster, segundo Frans De Hovre, em "Essai de Philosophie Pédagogique".)

"O fim da Nação, tal como o do indivíduo e da sociedade, não pode ser compreendido sem o seu sentido profundo que se coloca sob a égide da concepção cristã da vida e que se põe a serviço da comunidade cristã dos povos." (Frans De Hovre, em "Essai de Philosophie Pédagogique".)

"O Materialismo predominante tanto em nosso sistema como na União Soviética corrói a percepção do sentido da vida e leva ao cinismo." (Erick Fromm, "May Man Prevail?".)

"É uma das ironias do nosso tempo que as técnicas de um sistema cruel e repressivo sejam capazes de instilar disciplina e entusiasmo em seus servos, enquanto as bênçãos da liberdade tenham o significado geralmente de privilégio, materialismo e vida folgada." (John F. Kennedy, "Mensagem sobre o Estado da União".)

"Estai de sobreaviso para que ninguém vos iluda com filosofias e com falsos sofismas..." (São Paulo, Epístola aos colossenses, 2.8.)

Situação da Juventude

Os que conseguem *sobrepairar*, por momentos que sejam, no utilitarismo dos comportamentos atuais do homem; os que conseguem pensar, não obstante as intensas pressões sobre a mente humana, enchendo-a apenas de imagens feitas, de estereótipos, introjetados com intenções desconhecidas; os que conseguem sentir alguma coisa além das exigências materiais exacerbadas; os que podem mergulhar nas ideias dos verdadeiros protótipos do pensamento humano, saltando sobre elaborações deterioradas de mentes enfêrmas, acobertadas por formas literárias; os que conseguem não iludir-se "com filosofias e com falsos

sofismas" sentem a gravidade do momento histórico, no campo moral. A fraqueza d'êste é evidenciada pela desorientação da juventude, consequência em boa parte da deserção ou omissão de líderes.

Essa juventude, a que a liderança atual passará, dentro de uma e duas décadas, o bastão de comando das atividades nacionais, encontra-se praticamente sem rumos, perplexa e, não raro, protesta. São trechos do Memorial entregue recentemente ao General Comandante do II Exército, firmado por vinte e duas Senhoras, que participaram, em princípios de 1964, da histórica "Marcha da Família, com DEUS e pela Liberdade" em São Paulo:

"Nós estamos aqui para trazer a V. Ex.^a a contribuição d'êste dom inerente à mulher, a intuição, que é a capacidade de ver, de deduzir e prever num segundo.

O que estamos vendo é serem roubados à nossa juventude os verdadeiros valores da sua formação, que são o sentido de DEUS, o respeito à autoridade e o senso moral, pela oficialização da libertinagem.

O que deduzimos é que essa juventude vai ser despersonalizada, possibilitando o ideal comunista da massificação."

Pesquisas recentemente realizadas pela ilustre educadora D. Marília Mariani, em Universidades constataram que: os jovens apresentam-se descrentes da liderança, até certo ponto desvinculados da tradição e intensamente solidários, entre si.

É bem verdade que a discordância entre a mocidade e os mais velhos é fenômeno característico de todos os tempos — o *conflito de gerações*. Mas não é menos verdade que êste conflito se restringia a valores temporais, passageiros, por si mesmos inováveis e renováveis; as tradições, no que se referem aos valores imutáveis e eternos, consubstanciados, para a nossa civilização, nos princípios da moral cristã, não eram atacadas. Hoje, contudo, os valores básicos, eternos, religiosos, espirituais e morais, violentamente agredidos, quase sem defesa, são olvidados, esquecidos ou negados por significativa parcela das gerações mais jovens. Se aliarmos êste fato ao incrível e desafiador incremento populacional, à constatação de que a juventude atual nasceu depois do início da era atômica — que veio pôr a nu a incapacidade do Homem em fazer o coração atingir o nível alcançado pelo cérebro, na imagem feliz de ARNOLD TOYNBEE — concluiremos constituir a situação da mocidade o problema fundamental do mundo ocidental e do Brasil.

Fôrças Atuantes

Que fôrças atuam sobre parte da juventude, fazendo-a insensível ou agressiva a valores fundamentais do mundo moral?

Responderemos: o ateísmo marxista e o pragmatismo ocidental, no campo livre resultante da omissão de líderes, em tôdas as suas formas.

Até certo ponto, e paradoxalmente, a juventude no Brasil está mais desamparada que a dos Estados comunistas e socialistas. BORIS IWANOW, em seu livro "Religião na URSS" enfeixa trabalhos de autores russos, nos quais se prova que o Partido Comunista age fortemente contra a Religião. Intensifica periodicamente a sua atuação neste sentido e apresenta, no combate, fases violentas, como as da década de 30, em que milhares de sacerdotes pereceram nos calabouços da NKVD ou foram exilados para trabalhos forçados e em que igrejas ortodoxas e católicas-romanas, mesquitas, casas de reunião, foram transformadas em clubes, postos de armazenamento de cereais e até em estábulos. Mas, pelos quais também se constata que, segundo Leu Haroska — "No recenseamento de 1937, a maioria da população da União Soviética declarou corajosamente, nos questionários, que acreditava em Deus. Embora o resultado do recenseamento não tivesse sido publicado, segundo relatórios não oficiais, cerca de 70 por cento do povo declararam ser crentes". Que "A despeito de tudo isto, o regime comunista não pôde eliminar o sentimento religioso que existe no povo da URSS". E, ainda, que "é agora possível falar com confiança a respeito das tendências religiosas de parte considerável da nova geração soviética que, naturalmente, variam em graduação desde o simples ritualismo às profundas pesquisas espirituais". Além das expressões citadas, M. AZAROV e G. YUREV, no mesmo livro, esclarecem quanto à "desilusão dos jovens no tocante à teoria materialista, nas conseqüências ruinosas dela, de que eles próprios se convenceram e têm visto com os próprios olhos ao contemplarem a aplicação prática dessa teoria em todos os campos da vida intelectual, política e econômica da URSS". Esclarecem, ainda, que "a nova geração soviética chegou à conclusão de que a moral cristã traz liberdade ao povo, ao passo que a dos comunistas traz escravidão".

Contudo, paralelamente à ação anti-religiosa, o Governo da URSS impõe, pela força, no campo horizontal das atividades humanas, padrões morais e éticos à juventude e impede sejam-lhe apresentados, nesse campo, "standards" imorais de comportamento. Após o lançamento do primeiro "sputnik" russo, fizeram os americanos profundas pesquisas na educação da URSS, visando a precisar que fatores teriam permitido o surpreendente avanço científico. Foi publicado, então, um código do estudante russo. Razoável ordenação de deveres, embora com ignorância de bases religiosas.

Deste modo, escapam à juventude russa padrões imorais e ela, embora pela força, é condicionada em comportamentos morais. Pode, assim, reagir contra a arreligiosidade imposta pelo Partido e sonhar ter os mesmos comportamentos morais e éticos, com liberdade, por responsabilidade interior, ao invés de mantê-los por coação, de fora para dentro.

Já a juventude brasileira sofre, de um lado, impacto semelhante da propaganda atêia do comunismo e, de outro, o exemplo e a ação do pragmatismo ocidental, exercitando, com liberdade, moral materialista nas suas mais profundas implicações, com exacerbação intensa do sexo e enaltecimento de tudo aquilo que o dinheiro pode comprar. Aos seus olhos, padrões da mais baixa moral. Agora, estes padrões começam ainda a descer mais, descambando mesmo da área do imoral para a de campo inclassificável. Realmente, como designar a aceitação do homossexualismo, a vulgarização, entre a mocidade, do uso de entorpecentes e de anticoncepcionais, o enaltecimento do adultério, a aceitação pública da troca de esposas por uma noite, etc., etc., etc.

Muitos ainda se recordam de expressões de Nikita Krushchev a Kennedy, que assim resumo: "Vocês são religiosos, mas apresentam comportamentos no campo moral, que nós materialistas não admitimos".

É oportuno focalizar a perturbadora ação dos pedagogos pragmatistas e socialistas-radicais, como co-responsáveis pela tônica materialista da educação da nossa juventude, pelo abuso do conceito incompleto de liberdade, que impregna a conjuntura ocidental e brasileira há várias décadas. Esquecem-se de que se o homem é apenas um ser social, se a sociedade é o seu único fim, falar-lhe-á a vertical da consciência que lhe permita o uso da liberdade e lhe retifique os comportamentos defeituosos. A sociedade terá, então, de corrigi-lo, o que só poderá fazer por coação externa, com a força de um Estado policial totalitário. Para essa focalização, citarei o notável pedagogo flamengo Frans De Hovre, ao analisar detalhadamente a obra de JOHN DEWEY, filósofo e pedagogo americano, "cujas idéias, segundo expressões de Joseph Kauffman no livro "Education", pelo menos durante duas décadas, ... moldaram toda a educação norte-americana, notadamente a elementar..." e que mais influência tem tido, no Brasil, sobretudo a partir de 1930. São daquele autor:

"Com J. Dewey estamos em contato com um americano puro-sangue. Na sua concepção de vida e sobretudo na sua pedagogia, sentimos bater o coração da América com suas claridades e suas sombras.

Por consequência, J. Dewey colocou-se no mesmo plano de James. Pertence, com efeito, ao mesmo movimento ao qual James deu direito de existência na filosofia, sob a designação de pragmatismo. Desde a morte de James em 1910, Dewey tornou-se o principal porta-voz desse movimento".

"Esta exposição, necessariamente breve e esquemática, não nos deve fazer perder de vista:

1º Dewey deve ser contado entre os primeiros filósofos e pedagogos da nossa época.

- 2º A sua obra apresenta uma grande significação e é muito interessante no referente à forma pedagógica do programatismo.
- 3º Dewey é o principal representante da pedagogia social-radical e da pedagogia reformadora contemporânea.
- 4º É o filósofo da escola ativa.

Por outro lado, a sua obra apresenta sérias lacunas:

- 1º Dewey é um pedagogo social unilateral: o indivíduo, para ele, é completamente absorvido pelo meio social.
- 2º Todos os fundamentos ideais da sociedade não são considerados. Somente o trabalho manual é preconizado como fator da vida social.
- 3º Dewey representa "o Americanismo" na educação.
- 4º Dewey está sob a influência de J. J. Rousseau; acredita-se realmente ler este último. Dewey, como Rousseau, é unilateral e exagerado. Ele considerou um certo número de verdades, mas, além delas, não percebe mais nada: a realidade acaba onde acabam suas idéias. Torna-se escravo das suas opiniões, exagera e fora de suas concepções nada mais existe. Em síntese, ele possui as características de todos os reformadores radicais.
- 5º Defeito capital em Dewey: a ausência completa de todo sentido religioso, único que poderia colocá-lo em guarda contra todos os seus unilateralismos.

A Religião ter-lhe-ia feito reconhecer que o indivíduo é, no final de contas, o fim de toda vida social; que, acima do "laborare", do trabalho, das lutas e dos embates da vida, existe ainda um "orare", a prece, a meditação silenciosa e uma maneira de viver que leva à alma a paz e a felicidade; que, na consciência e nas profundezas mais íntimas da alma, ele elabora pensamentos e ações que permanecem despercebidos pela "comunidade" e que possuem todavia a mais alta significação "social"; que há verdades e instituições, elementos na vida humana que, não obstante as revoluções mais radicais, permanecem imperecíveis e indestrutíveis no coração do homem e portanto na sua educação".

A ação da educação leiga, pragmatista e socialista-radical, é sentida no pensamento de L. J. LEBRET ("Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?") :

"Pelo contrário, enquanto o Ocidente não for capaz de opor à falaziosa inspiração humanitária do comunismo, serão propostas interessadamente calculadas, filmes eróticos,

um vazio espiritual ou uma superioridade atômica, a mística marxista invadirá progressivamente o mundo. Chegou, pois, o momento de dizer ao Ocidente: Levanta-te, sai do teu sono!"

"A acolhida ao materialismo marxista é facilitada pela situação de uma humanidade já materializada e sem misticismo."

"Uma das notas trágicas dessa situação é que o Ocidente recusou, praticamente, a escala de valores que lhe foi transmitida pelo Cristianismo, e que são esses, justamente, os valores que poderiam suscitar em nosso tempo uma nova civilização."

"O materialismo ocidental reduz o homem privilegiado às dimensões de um aproveitador, e o não privilegiado, à situação de um explorado ou de um mendigo."

O resultado da dupla ação — ateísmo marxista e pragmatismo ocidental — pode ser evidenciado nas insuspeitas expressões de Kennedy, lidas no início desta palestra: um sistema cruel e repressivo é capaz de instilar disciplina e entusiasmo em seus servos, enquanto as bênçãos da liberdade significam geralmente privilégio, materialismo e vida folgada.

Necessidade de Orientar a Educação

Poderemos concluir que o ateísmo marxista e o totalitarismo característico dos Estados comunistas constituam solução para a educação da juventude? Absolutamente não. A própria tendência da mocidade da URSS, para o rumo religioso, afirma-nos isto.

Que está, então, errado, entre nós?

Apenas o esquecimento de que a educação não existe sem o apoio de uma diretriz filosófica definida. Cito, ainda, Frans De Hovre:

"As correntes pedagógicas seguem o fluxo e o refluxo das doutrinas filosóficas."

"A Filosofia como doutrina da concepção da vida; a Pedagogia como doutrina do ideal de educação."

Apóio-me em Albert Einstein, no livro *"Aus meinen spaeten Jahren"*, segundo Huberto Rohden:

"A ciência descobre fatos objetivos da natureza (*"das was ist"*, aquilo que é) — mas a filosofia realiza valores dentro do próprio homem (*"das was sein soll"*, aquilo que deve ser)".

Apenas o esquecimento de que é importantíssimo direito da maioria que a principal ação sobre os seus herdeiros seja realizada dentro de diretrizes filosófico-religiosas concordes com as aspirações dos

brasileiros e os interesses nacionais. Que o respeito à liberdade da maioria não pode acarretar o desrespeito às aspirações da maioria e aos interesses da Nação.

Há necessidade urgente de orientar a educação pela linha filosófico-religiosa das Constituições do Brasil de 1934, 1946 e 1967, elaboradas por Assembléias que constituíram amostragens legítimas da vontade nacional.

Essa linha filosófica é simplesmente resultante do conceito do Homem — *espírito e matéria*, aquele transcendente a esta. Se o Homem é também *espírito*, está religado às forças do Universo, que lhe deram origem. E a Constituição do Brasil chama a fonte, origem do espírito, de DEUS, porque a maioria dos brasileiros assim o expressa.

A palavra DEUS, colocada nas cúpulas das Constituições, fornece a vertical religiosa, assectária, que ilumina todos os valores contidos na Carta Magna, dando-lhes verdadeiro sentido. Entre esses valores, sobressaem-se a *dignidade da criatura humana* e a *Liberdade* em todas as suas manifestações.

A palavra DEUS, gravada no Preâmbulo da Constituição, completa o sentido de Liberdade introduzindo a exigência da *responsabilidade*, força originada na consciência "a voz silenciosa do meu interior", na expressão feliz do Mahatma Gandhi. Assim, dá o significado profundo das manifestações da Liberdade, constantes dos preceitos constitucionais, inclusive a de *cátedra*, para os que representam o Estado — de que são servidores — na educação da maioria. Essa *liberdade de cátedra* tem de orientar-se, evidentemente, pela essência filosófica da Constituição: liberdade, no caso, de dizer como quiser, sem desvirtuamento das próprias bases da Carta Magna.

A palavra Deus, no Preâmbulo das Constituições, dá à Nação brasileira o sentido profundo da Moral, vertical, religiosa, eterna, imutável, de preceitos codificados pelo Cristianismo, após milênios de evolução da humanidade. Permite compreender os limitados aspectos horizontais da Moral, ligados aos costumes, e, por isto, inováveis e renováveis.

A palavra DEUS, no vértice da Constituição, caracteriza os valores culturais subjetivos que definem as grandes Instituições em que se alicerça a evolução do Brasil: Pátria, Igreja, Família, Justiça, Escola, Forças Armadas.

Filosofias inteiramente contrárias aos ideais da Alma Coletiva Nacional enumeram os mesmos valores, mas com significado completamente diferente. O marxismo — que tem no ateísmo não um "elemento acessório, mas absolutamente fundamental" — parte do conceito de que o Homem é *matéria* e expressa, como valores, *espírito* e *moral*, mas subordinados à matéria. Também dignidade da criatura humana, liberdade, solidariedade, humanismo, são expressões dos marxistas, porém

de significação radicalmente diferente da que lhes é atribuída pela Constituição do Brasil.

Citaremos, entre muitos documentos provadores do asserto, o trabalho da educadora russa, Maria Petrossian, chefe da cátedra de Filosofia do Instituto de Engenharia e Economia de Moscou, especialista em problemas de humanismo, publicado no "Jornal do Brasil" de 9 e 10-4-1967, sob o título "Marxismo e humanismo". São trechos desse trabalho:

"Outro ponto de partida da teoria marxista é o fato de que ela propõe a tarefa de alcançar o bem-estar e o desenvolvimento *livre* e multilateral de *todos* os membros da sociedade, conseqüentemente, o desenvolvimento material e espiritual de *cada* pessoa."

"A nossa época, com força especial, mostrou o conflito entre o grau de desenvolvimento econômico, técnico-científico e espiritual da sociedade e as possibilidades da sua utilização pelas amplas massas populares."

"As possibilidades de utilização do progresso técnico-científico no interesse de todos os membros da sociedade são, em realidade, inesgotáveis. Elas revelaram perspectivas sem precedentes e até agora incríveis para a transformação da natureza, criação da abundância de bens materiais, para a completa liquidação da fome e das doenças em todos os países do mundo, para a elevação do nível espiritual e do nível de cultura geral de todos os homens."

"A luta pela liberdade e pela independência nacional dos povos é uma exigência elementar do humanismo em nosso tempo, condição elementar para resolver o problema do homem."

"Dessa maneira, a compreensão marxista de humanismo encerra-se no ideal do homem física e espiritualmente altamente desenvolvido, no respeito à dignidade humana da personalidade..."

O artigo assim termina:

"Apesar de todas as contradições e divergências existentes no exame do problema do humanismo, nossa época lança entre todos os humanistas uma tarefa geral: a tarefa de como conseguir que TODAS as pessoas em todos os países do mundo possam realmente utilizar os direitos humanos, satisfazer e desenvolver suas exigências materiais e espirituais, de como garantir o respeito à dignidade de CADA representante do gênero humano, de como garantir a vida sem exterminadoras guerras de conquistas, sem fome, sem pobreza e doenças."

Dir-se-ia tratar-se de linguagem de um convicto democrata, com

os direitos humanos; garantir o respeito à dignidade de CADA representante do gênero humano. Os menos avisados, sobretudo quanto à coloração espiritual e moral, de fundo religioso-assectário, que caracterizam os mesmos valores no mundo democrático, não perceberão a diferença profunda dos conceitos. Essa diferença torna-se clara no seguinte trecho, do início do trabalho em exame:

"O marxismo parte do fato de que a essência do homem é determinada não por princípios ético-abstratos, psicológicos, naturalistas ou sobrenaturais, mas sim pelo meio social, em cujas condições vive este ou aquele homem. O meio social forma as pessoas."

Mas, como socialismo-radical, o Comunismo executante da filosofia marxista não poderia subsistir sem a ação do Estado policial, amoldador da Liberdade.

Causas da Realidade Atual

Como pudemos chegar à realidade atual quanto à educação da sociedade?

Procuramos expor o desenvolvimento da atuação do Estado brasileiro nesse sentido.

Até os fins do século passado, a educação tinha bases religiosas, sectárias. A "Constituição Política do Império", de 1824, expressava:

"Dom Pedro Primeiro, por graças de Deus Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil"

"EM NOME DA SANTÍSSIMA TRINDADE."

"Do Império do Brasil, seu Território, Governo, Dinastia e Religião."

"Art. 5º. A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império"

As bases religiosas, embora sectárias, deram significado à MORAL, responsabilidade à LIBERDADE e rumos à EDUCAÇÃO. Com estas bases foram formadas as tradições cristãs, fonte vigorosa de saúde psíquica, individual e coletiva.

Entudo, em grande parte devido ao momento histórico, a educação tinha o caráter aristocrático, intelectual e de fraco sentido social.

Considerada como TESE (dialética hegeliana), a orientação religiosa, sectária, da Constituição de 1824, a da Carta Magna de 1891 representou a sua ANTÍTESE. Correntes positivistas, maçônicas e mesmo de certos setores da Igreja Católica, fizeram vigorar na "Constituição

da República dos Estados Unidos do Brasil", de 1891, quanto à Religião, um justo rumo assectário.

Assim é que desvinculam a religião católica do Estado. Mas dão liberdade de confissão religiosa a todos os indivíduos e, embora secularizando os cemitérios, colocam-nos livres a todos os cultos religiosos. Isto não permite afirmar que a Constituição de 1891 deixe de ser religiosa, embora, assectária. Contudo, no § 6º do seu Art. 72, ao expressar: "Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos", deu margem à interpretação de ensino *arreligioso*, ao invés de simplesmente *assectário*, significados, ambos, válidos para a palavra leigo.

E, a partir daí, deixou praticamente de haver EDUCAÇÃO por parte do Estado e sim apenas ENSINO. Realmente, a educação diz respeito ao *sujeito*; o ensino cogita do *objeto*. Como tratar do sujeito sem assinalar-lhe os últimos fins a alcançar?

Vivemos, nas primeiras décadas d'este século, impulsionados apenas pela tradição, bem formada.

O mesmo processo histórico desenvolveu-se nos Estados Unidos da América, lá com a influência religioso-sectária do *puritanismo* e *anglicanismo*. Thomas Jefferson, autor da Declaração da Independência, ao expressar, no final do século XVIII, os ideais de liberdade, "jamais deixou de reconhecer, porém, que a preservação das liberdades fundamentais do indivíduo se associava intimamente à educação e ao esclarecimento de todos os cidadãos, como povo". Mas, naquele momento histórico, a educação era iluminada pela Religião. Cito artigo da Lei de 1787, daquele país, estabelecendo diretrizes governamentais: "Tendo em vista que a religião, a moralidade e a ciência são extremamente necessárias ao desenvolvimento de um bom governo e, por conseguinte, à felicidade e ao bem-estar geral, todos os incentivos possíveis devem ser dados à escola, como meio de educação geral". Parece-me que nunca Thomas Jefferson poderia ter imaginado que a educação, posteriormente sem bases religiosas, deixasse de formar a vertical da responsabilidade, necessária ao bom emprêgo da bandeira da Liberdade, por ele empunhada com aquelas bases ("Consideramos que estas verdades sejam auto-evidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo seu Criador de certos Direitos inalienáveis, que entre estes estão a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade", é afirmação integrante da Declaração de Independência Americana).

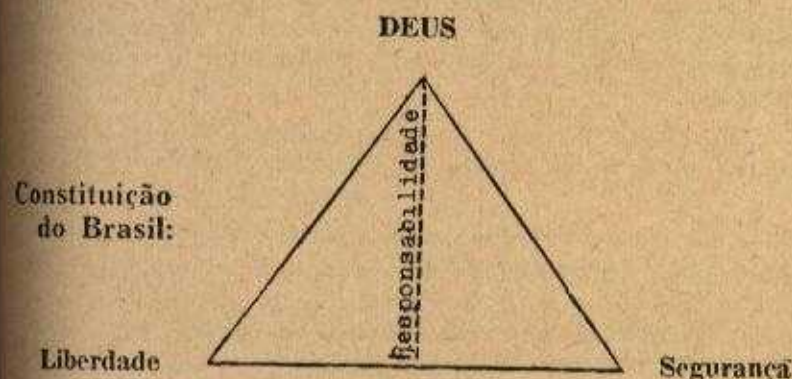
Os pragmatistas e socialistas-radicais tomaram conta do campo educacional. Ao lado de bandeiras válidas, como a de maior significação social e a de participação do aluno no processo da aprendizagem (escola ativa), desfraldaram a pior delas — a de ausência de sentido religioso na educação da maioria — contrariando as mais profundas aspirações e interesses desta. Analisamos, com certa minúcia, a obra de John Dewey,

Mas, na evolução histórica, a partir das terceira e quarta décadas deste século, intensifica-se a ação comunista, desenvolvendo a filosofia do marxismo — atéia e intensamente ativa. Sobre o Brasil, além da pressão materialista do pragmatismo ocidental, desencadearam-se as resultantes da propaganda do ateísmo comunista. Delas, por sua vez, originam-se pressões correspondentes, no campo interno. Se considerarmos como de coloração azul as atividades nacionais da fase religiosa da Educação, verificaremos que a neutralidade do Estado impediu a fluência da seiva dessa cor. Ao contrário, seiva vermelha, oriunda da propaganda marxista e da pedagogia pragmatista, invadiu, livremente, o campo daquelas atividades, arroxando-o.

Também a tradição, laboriosamente estratificada dentro dos preceitos da moral cristã, através dos trabalhos, lutas e capacidade de renúncia dos antepassados e, sobretudo, das valorosas mulheres brasileiras, atingida pela seiva vermelha, está arroxada.

Solução que se impõe

As Constituições de 1934, 1946 e 1967, expressando, através de amostragens legítimas da vontade nacional, as aspirações dos brasileiros e os interesses da Nação, restabeleceram a invocação de DEUS, para iluminação das atividades nacionais. Mas faltou-nos até agora a capacidade para lançar fora velhas cangas e realizar a SÍNTESE urgente e necessária — a Educação no Brasil tem de desenvolver-se com base filosófico-religiosa, que expressa as aspirações da maioria, embora tenha de dar-se às minorias, é obvio, a liberdade de expressar as suas próprias idéias.



A liberdade é uma verdade fragmentária, uma meia verdade. O homem quer ser livre de alguma coisa, olvidando-se de que deve ser livre para alguma coisa, nobre. Só a liberdade com responsabilidade

forma uma verdade perfeita. Mas a responsabilidade é dada por força interior, pela consciência, formada à luz dos valores espirituais e morais, de fundo religioso.

Em particular, a obtenção da Liberdade com Segurança tem sido o supremo objetivo político dos nossos tempos. As Ditaduras propõem-se a fornecer Segurança e as Democracias baseiam-se na Liberdade. No plano horizontal das atividades humanas, estas duas bandeiras são inconciliáveis. Mas, a Constituição do Brasil apresenta a solução (única) que permitirá obter cem por cento de Liberdade com cem por cento de Segurança — a crença em Deus, em que se forma a consciência, luz interior, que dará ao Homem a responsabilidade imprescindível ao empenho da Liberdade e da Segurança.

Urge habilitar o brasileiro, e sobretudo a juventude, para as bênçãos da Liberdade, orientando-o no emprego nobre dessa maravilhosa conquista da civilização.

Projeção dos Valores Espirituais e Morais da Nacionalidade

E, para isto, necessitamos, com urgência, projetar sobre a educação, no Brasil, os valores espirituais e morais, de fundo religioso-assectário, para que as atividades nacionais retomem a sua coloração azul. Para que as tradições voltem ao seu significado milenar e sobre elas se abracem novas conquistas da inteligência e do coração do brasileiro. Para que nelas se apoiem os processos do desenvolvimento, encarado em seu aspecto integral — espiritual, moral e sócio-econômico — em busca, realmente, da felicidade humana.

Necessitamos, com urgência, fazer valer, na confusão momentânea, a linha filosófico-religiosa das Constituições do Brasil e a orientação correspondente expressa, com convicção e clarividência, pelo atual Chefe da Nação.

É dos últimos dias uma entrevista, iluminada, do digno Juiz Eliezer Rosa, publicada na imprensa da Guanabara. São excertos dela:

"Creio muito nos jovens para admitir que entre eles haja viciados em entorpecentes

"E o problema é da juventude em geral."

"São conseqüências da II Guerra Mundial e a tendência é piorar, porque falta alimento espiritual, uma base feita de idéias e de crenças, uma direção para as almas dos jovens. Todos querem viver intensa e perigosamente, de acordo com o

modo dos espíritos jovens. As raízes do mal são outras que ou não vemos ou não queremos ver."

"Dirão um dia que fomos tolos em não encontrar a solução para os problemas do homem em sociedade. E será uma outra façanha fácil como a do ovo em pé. Acredito que a alma humana busque Deus com a mesma necessidade com que as raízes buscam a terra, as plantas, o sol. Mas se se deixa o homem fora das condições de o buscar, ele não só não o busca como não o achará nunca. Volta-se para o que é material, grosseiro, vive de seus apetites e chega a ser monstro. Uma sociedade brutalmente materializada tem de produzir homens que busquem nos entorpecentes um clima suave para suas frustrações. Ainda que por momentos, vivem num mundo irreal e de fantasias, para recair na brutalidade logo depois."

Resultados das Ações Neutras, na Conjuntura

É preciso ressaltar bem que, na conjuntura nacional, obliterada em grande parte a entrada de valores espirituais e morais, pela ausência de diretriz educacional definida, por parte do Estado (as possibilidades de ação da Família diminuem cada vez mais), tudo o que se fizer de fundo neutro, embora com boas intenções, recebe imediatamente a coloração vermelha (materialista-marxista-pragmatista). Esta projeção dos valores espirituais e morais deve ser feita não só pelos educadores que falem em nome do Estado, que não podem, parece-me óbvio, contrariar a Constituição e o Chefe do Executivo na parte mais importante da Educação, como ainda pelos meios de comunicação — rádio e TV — orientados pelo Estado, único possuidor dos canais correspondentes.

Conclusão

Lembremo-nos de que a mocidade, sempre idealista e sempre nobre, ainda espera, sequiosa, a palavra de Fé da liderança nacional, na encruzilhada difícil em que se encontra. Nenhuma bandeira tem, na conjuntura, maior significado do que a da PROJEÇÃO DE VALORES ESPIRITUAIS E MORAIS (de fundo religioso-assectário) NA EDUCAÇÃO DO BRASILEIRO. No meu humilde modo de ver é o PROBLEMA n. 1 do líder de hoje, nos aspectos humano, patriótico e de Segurança Nacional.

Pela Juventude e pelo Brasil, não sejamos réus de omissão!

A N E X O

CONSTITUIÇÕES DO BRASIL DE 1964 E 1967

(Elaboradas por amostragens legítimas da vontade nacional para interpretar as aspirações dos brasileiros e os interesses da Nação)

PONTO DE PARTIDA — CONCEITO DO HOMEM como Espírito e Matéria, aquele transcendente a esta.

DECORRÊNCIAS*No Campo Subjetivo*

É RELIGIOSA (assectária), invocando literalmente a proteção de DEUS para decretar e promulgar os preceitos constitucionais.

ESTA IMPREGNADA:

- de respeito à dignidade da criatura humana e
- de amor à liberdade, em tôdas as suas manifestações.

*No Campo Instrumental:***ESTABELECE:**

- que *tudo o poder emana do povo* e em seu nome será exercido;
- a *livre iniciativa*, apenas subordinada à realização da justiça social;
- a *valorização do trabalho*, como condição da dignidade humana;
- o *direito de educação*, dada no lar e na escola e inspirada nos ideais de liberdade e solidariedade e no princípio de unidade nacional;
- o *ideal do desenvolvimento integral do homem* — espiritual, moral e material (sócio-econômico);
- a *responsabilidade* de toda pessoa — natural ou jurídica — para com a Segurança Nacional;
- a *caracterização das Instituições básicas*: PÁTRIA, IGREJA, FAMILIA, JUSTIÇA, ESCOLA e FORÇAS ARMADAS.

As características constitucionais enumeradas fornecem a necessária base filosófico-religiosa para a educação do brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, de 1967.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 1946.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 1934.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 1891.

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPÉRIO DO BRASIL, de 1824.

PENSAMENTO DO PRESIDENTE COSTA E SILVA, expresso nos discursos: do Hamarati (5-4-1967), de "Punta del Este" (12-4-1967), de Nova Hamburgo (23-4-1967), do Dia do Trabalho (1-5-1967), de Ilha Solteira (29-6-1967), do Nordeste (12-8-1967) e ao Rei da Noruega (8-9-1967).

FUNDAMENTOS DA FILOSOFIA — LIÇÕES PRELIMINARES, Manuel Garcia Morente, Editora Mestre Jou, São Paulo, 1964.

A CIÊNCIA E A EDUCAÇÃO (tradução do original alemão DIDAKTIK ALS BILDUNGSLEHRE), I, Introdução à Ciência da Educação, Otto Willman, com estudos de Frans De Hovre, Editora Globo, Rio de Janeiro — Porto Alegre — São Paulo.

ESSAI DE PHILOSOPHIE PÉDAGOGIQUE, Frans De Hovre, Bruxelas, Librairie Albert Dewit, 1927.

RUMOS DA EDUCAÇÃO, Jacques Maritain, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1959.

NOVOS RUMOS DA EDUCAÇÃO, Huberto Rohden, Livraria Freitas Bastos S.A., Rio de Janeiro, São Paulo, 1960.

NOTAS DE AULA de Curso de Filosofia do Prof. HUBERTO Rohden, ex-Professor de Filosofia da "The American University", Washington, Estados Unidos.

A EDUCAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS, tradução do original inglês "Education" Joseph Kauffman, Edições "O Cruzeiro", Rio de Janeiro.

DECLARAÇÃO DA INDEPENDENCIA AMERICANA.

A SOBREVIVENCIA DA HUMANIDADE, tradução do original inglês MAY MAN PREVAL?, Erick Fromm, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1966, 3ª edição.

PENSAMENTO E AÇÃO DO PRESIDENTE KENNEDY, Distribuidora Record, Rio de Janeiro, outubro de 1962.

AS REAÇÕES DO HOMEM AO DESAFIO DO SER HUMANO, Arnold Toynbee, Caderno Especial da edição do "Jornal do Brasil" do Rio de Janeiro, de 9 e 10-4-1967.

RELIGIAO NA URSS, tradução da versão inglesa RELIGION IN URSS, Boris Iwanow, Dominus Editora, São Paulo, 1965.

SUICÍDIO OU SOBREVIVENCIA DO OCIDENTE?, tradução do original francês SUICIDE OU SURVIE DE L'OCCIDENT?, L. J. Lebrei, 1958, Livraria "Duas Cidades", São Paulo.

MARXISMO E HUMANISMO, Maria Petrossian, chefe da Cátedra de Filosofia do Instituto de Engenharia de Moscou, Caderno Especial da edição do "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, de 9 e 10-4-1967.

ENTREVISTA DO JUIZ ELIEZER ROSA, edição do "Diário de Notícias" do Rio de Janeiro, de 8-9-1967.

PORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA NO BRASIL, trabalho publicado nos números 123 e 124, de julho a outubro de 1967, da "Revista da ADESG", dos Sen Div Moacir Araújo Lopes, Gen Eda Lindolpho Ferraz Filho, Professor José Camarinha Nascimento, Cel Milton Câmara Senna, Professor Ruy Vieira da Cunha e Professor Jorge Boaventura de Souza.

INFANTERIA...

Cel Art RICARDO MIRÓ

Tu eres la que sufre, la que marcha
| sobre el suelo cubierto por la escarcha,
hambrienta, fatigada, sin abrigo !
Tu suportas sin ayes ni lamentos
| el filoso flagelo de los vientos,
y el acero fatal del enemigo !
Tu eres madre heroica ! ; Vas nutriendo
| con tus hijos la hoguera que deriva
la flor de tus soldados ! ; En sus manos
depositas el fuego y el estruendo
con que atacas, triunfal, arroladora !
Tuyos son los laureles mas lozanos,
| bizarra Infantería !
Aliada del dolor y la hidalguía,
| la gloria irá contigo donde sea,
porque tu eres la punta que se mella,
que penetra, que choca o que se estrella
en el rudo trajeu de la pelea !

NOTA DA REDAÇÃO — Esta poesia foi feita pelo Cel Miró quando era 1º Ten. Foi cedida pela Sra. Maria Elena B. de Diaz, filha de official de Infantaria do Ex Argentino e casada com o Maj Alfredo de Diaz cursando atualmente a nossa ECEME (Official de Art do Exército Argentino).

A MISSÃO DA ENGENHARIA MILITAR

Discurso pronunciado pelo Gen. Ex ORLANDO GEISEL, Chefe do Estado-Maior do Exército, na cerimônia de entrega de espadas aos generais promovidos a 25 de novembro de 1967.

No ciclo de um ano destas cerimônias, procurou o Estado-Maior do Exército acrescentar, às palavras de júbilo, sentido de meditação e permanência, em motivações de ordem profissional. Aos promovidos de novembro de 66, mostramos o simbolismo da espada e os atributos básicos dos generais da Nação brasileira. Pensando em Tiradentes, versamos, em abril, o tema do Nacionalismo, para os escolhidos de março. E, ao desaparecer um grande soldado, apontamos o exemplo de sua vida como um roteiro modelar de general.

Hoje vivemos uma festa da Engenharia Militar: somente engenheiros sucedem a camaradas há pouco retirados levando acervo de sacrifícios, renúncias e serviços. Quiséramos este ato a 11 de dezembro, no Dia do Engenheiro, mas, ainda sob o seu influxo, lançamos, a generais engenheiros, o tema da Engenharia Militar.

A carreira de Vossas Excelências — de 1930 a 1967 — fez-se ao longo da fase pioneira de nossa Engenharia no desenvolvimento nacional. No marco de sua iniciação, criava-se o Instituto Geográfico e ativava-se a Escola de Engenharia Militar, restabelecendo-se a formação de engenheiros, interrompida desde 19. Mais tarde esses centros de cultura se integrariam na Escola Técnica do Exército, hoje Instituto Militar de Engenharia.

Seu pioneirismo nos campos da Engenharia especializada haveria de refletir-se sobre todo o ensino nacional. Contrapunha-se a politécnica a técnica específica de Construção, Geodésia, Eletricidade, Armamento, Automóvel, Aeronáutica, Química, Metalurgia, Comunicações, Eletrônica e Energia Nuclear. Nessa fase de vanguarda, o Exército ajudou o surto industrial brasileiro formando mestres universitários, pesquisadores, organizadores e fundadores de nossas indústrias de base, bem como acendendo a consciência nacional. Prolongava-se ao século XX o pioneirismo do Brasil Colônia, feito na batalha dos limites, na construção das velhas fortalezas, dos ca-

minhos, dos aquedutos e das igrejas tradicionais. Nas famosas Aulas de Fortificações e na Academia Real Militar — berço da Escola Central e da Escola Nacional de Engenharia.

Ao chegarem Vossas Excelências à cúpula do setor técnico do Exército, parece findar-se o ciclo de pioneirismo da Engenharia Militar, na pujante afirmação da Engenharia Nacional e na consolidação de nossa indústria de base. Impõe-se, agora, que a Engenharia do Exército se volte mais para o próprio Exército.

Hiroshima, desencadeando a 2ª Revolução Industrial, aumentou o descompasso entre prósperos e subdesenvolvidos e agigantou o desequilíbrio de poder, oferecendo ao mundo o espetáculo de uns poucos titãs impondo condições à humanidade de nações inermes. E tornou muito mais difícil emergir para a prosperidade e a grandeza.

A gente brasileira é portadora de uma mensagem de paz, porém, em parte e momento alguns, a História mostrou a grandeza, a prosperidade e a paz desprotegidas. Cumpre-nos assegurar parcela dessa proteção, hoje algo, muito mais amanhã, na medida de nossa marcha para cima. A eficiência de um Exército não assenta, apenas, no valor do homem, mas em recursos materiais de toda gama, que uma indústria civil e nacional deverá prover.

A conjuntura mundial dos idos de 40 propiciou-nos longos anos afora, por outorga, do estrangeiro, materiais e equipamentos, no contexto da assistência recíproca. Embora isso contribuisse para atualizar-nos, não bastava às necessidades e afrouxava nossa capacidade criadora e realizadora.

Nos tradicionais outorgantes, caracteriza-se a tendência de substituir a outorga pela venda. E, em suas áreas políticas, há vozes ressonantes que subestimam o papel dos outros exércitos americanos, tentando igualá-los como agências exclusivas de Ação Cívica, na miopia de baralhar nações de dezenas de milhões de criaturas com outras de milhares apenas.

Não podemos depender de sua compreensão. Impõe-se limitar, ao mínimo indispensável, as importações, na imperativa prioridade de recursos para a promoção do desenvolvimento como um processo global. E aumentar a eficiência operativa do Exército, reequipando-o com os frutos do nosso trabalho, preferentemente na indústria civil e, nas fábricas militares, naqueles artigos de pouca viabilidade comercial ou por imperiosas razões de segurança. No entanto, como ditame de nossa soberania, acompanharemos a evolução da Técnica Militar em todos os quadrantes, de forma a não nos distanciarmos no confronto com outras nações.

Nesse quadro, empenha-se a administração superior do Exército, sob a esclarecida direção do Exmo. Sr. Ministro, em atingir taxa

mais elevada de investimentos, suprimindo gastos menos prioritários, reduzindo despesas de custeio e racionalizando o trabalho. Nos próximos três anos, perseguiremos objetivos realistas, como a interiorização da caserna nos rumos do Planalto Central e da Amazônia, o estímulo à pesquisa e desenvolvimento, a formação de pessoal técnico de nível médio, o reequipamento de setores críticos, o incremento da construção de residências funcionais, o levantamento e mapeamento, assim como a intensificação de obras a cargo das unidades de Engenharia no âmbito do Programa de Transportes.

Compatíveis com as disponibilidades atuais, esses objetivos correspondem a período de sacrifícios e contenções. Modestos para a Técnica Militar de um grande país, não devem assoprar frustrações, mas acender a vontade e o idealismo de bons patriotas e de soldados verdadeiros. Podem exprimir-se por estudar, pesquisar, construir, fabricar, recuperar, manter, sintetizando-se tudo em trabalhar e servir.

O papel de Vossas Excelências, nesta derradeira etapa da carreira, se afirmará mais em termos de comando e chefia do que de competência técnica. Para a posteridade, de pouco valerá o sacerdócio da vida inteira se o general engenheiro de hoje e amanhã não afirmar o seu caráter de soldado. Vossas Excelências triunfarão, cumprindo em plenitude as difíceis missões que o Exército lhes confiará, orientando o ardor e a impaciência dos jovens técnicos, no sentido de preparar, agora, as estradas largas do futuro. E consagrando-se a dinamizar, a coordenar, a controlar, a cooperar, a educar e a vigiar.

Consagrem-se a dinamizar o trabalho nos órgãos de direção setorial, nas fábricas, nas oficinas, nos arsenais, nas escolas, nos laboratórios, para que, na vigília da inteligência, frutifiquem os recursos que o povo nos concede para a sua segurança.

Urge dinamizar a pesquisa e o desenvolvimento para fins militares, preparando, com os recursos escassos de hoje, os dias melhores de amanhã. Essa pesquisa tem ensejado — mesmo em tempo de paz — saltos no progresso da humanidade, que a orientação pacifista e comercial da indústria civil não permitiria obter. Não se pode pensar em desenvolvimento autônomo, em emancipação econômica e em soberania, sem ciência e tecnologia nacionais, sem desenvolvimento apoiado em "know-how" brasileiro.

Impõe-se reformular as estruturas destinadas a pesquisa e desenvolvimento, tornando-as mais simples, adequadas e econômicas. A propósito, convém antecipar que, da próxima regulamentação do Estado-Maior do Exército, deverá surgir uma nova Seção, especialmente destinada a Doutrina, Pesquisa e Desenvolvimento. Por outro lado, cumpre selecionar e renovar um grupo de pesquisadores de alto

nível, incentivando os cursos de pós-graduação. Começando, com modéstia e humildade, pelos pequenos projetos, haveremos de chegar a protótipos mais complexos, principalmente nos campos das comunicações, dos blindados e dos mísseis, para entregá-los, depois, à execução pela indústria civil.

Cumpra coordenar o planejamento e a técnica, de forma a reestruturar o Exército em bases realísticas, mas segundo idéia diretriz voltada para o futuro.

O adequado controle da indústria a serviço das Forças Armadas é um imperativo dos problemas de segurança e dos padrões de precisão impostos pela conveniência de infalibilidade do equipamento bélico. Impõe-se ainda controlar a capacidade ociosa da indústria militar, empregando-a apropriadamente em benefício do Exército.

Sintonizando com o propósito do Presidente Costa e Silva, a Engenharia militar cooperará, na medida de suas possibilidades, no esforço nacional de aproveitamento da energia nuclear para fins pacíficos, direito que, desde o México — ainda no primeiro governo revolucionário — vimos defendendo cada vez com mais vigor.

Consagrem-se, também, a cooperar para a implantação e o aprimoramento, inclusive pela Pesquisa Operacional, das modernas técnicas de Administração, de Chefia e de Comando, bem como para o estudo e a pesquisa de assuntos ligados aos campos da Ciência e da Tecnologia, vinculados ao setor de pessoal.

Muito haverão Vossas Excelências de fazer, por meio da ação educacional. No âmbito do Exército, é mister plasmar, nos novos engenheiros militares, a consciência do técnico harmonizada à do soldado, aperfeiçoar o ensino superior e lançar-se à formação de tecnólogos. No âmbito da Nação, os chefes técnicos, valendo-se do serviço militar, devem ir ao encontro da juventude, incentivando o espírito inventivo, formando uma consciência tecnológico-científica, despertando vocações e buscando talentos.

E que Vossas Excelências se consagrem a vigiar, como complemento ao trabalho de cada hora. A vigiar para que toda semente frutifique. Para que a vontade não arrefeça. Para que a esperança não malogre. Para que a união não afrouxe. A vigiar na defesa intransigente da Engenharia Nacional. A vigiar os planos de empresas estrangeiras lesivos aos interesses do Brasil, sobretudo no que diz respeito ao despertar da Amazônia, em resguardo de nossa soberania.

E estaremos contribuindo para tornar realidade o "mundo justo" do sonho do "Engenheiro" de João Cabral de Melo Neto: "o mundo que nenhum véu encobre."

PANORAMA MUNDIAL E NACIONAL DAS TELECOMUNICAÇÕES

Cel. Eng. Com. (Res)
JOSÉ MARIA NOGUEIRA RAMOS

1 — IMPORTANCIA DAS TELECOMUNICAÇÕES

O domínio das telecomunicações é muito vasto e abrange toda transmissão ou recepção de sinais, imagens, sons ou informações de toda natureza, por fio, rádio, ótica ou outros sistemas eletromagnéticos.

As telecomunicações constituem o sistema nervoso da economia dos países; estão ligadas ao crescimento da atividade humana impondo um ritmo de expansão cujos limites são ainda imprevisíveis.

As telecomunicações são, hoje, um dos domínios da técnica que tiveram mais rápido progresso nos últimos 50 anos; uma vez que a segunda metade do século XX está sob o signo da eletrônica, pôde-se prever que as técnicas de telecomunicações evoluirão no sentido de uma utilização cada vez maior de novos dispositivos eletrônicos, tanto no setor da transmissão telefônica quanto na comunicação e transmissão de dados.

As telecomunicações tornaram-se uma das forças vivas da nação moderna no mesmo plano que a rede elétrica e as estradas, sendo elemento essencial da infra-estrutura indispensável ao desenvolvimento social e econômico.

No campo militar, as telecomunicações impuseram-se predominantemente como Arma do Comando, permitindo desencadear fogo e movimento. De sua qualidade e sobretudo de sua segurança, depende em larga escala o sucesso da ação tanto na defesa quanto

O Coronel José Maria Nogueira Ramos é engenheiro de telecomunicações graduado em 1954 pela Escola Técnica do Exército, atual Instituto Militar de Engenharia.

Em 1961 realizou estágio no Ministério dos Correios e Telecomunicações (PTT) da França e nas firmas francesas C. S. F. e Thomson — Houston.

Estagiou em 1962 no Ministério dos Correios e Telecomunicações da Bélgica (PTT) e nas firmas belgas M. B. L. E. de Bruxelas e Bell Téléphone de Antuérpia.

Realizou novo estágio no Ministério dos Correios e Telecomunicações da França em 1964.

Frequenciou a Escola Nacional Superior de Telecomunicações e o Centro Nacional de Estudos das Telecomunicações em Paris.

Em 1967, durante 3 meses visitou órgãos de telecomunicações de todos os países da Europa Ocidental e Estados Unidos, mantendo contatos mais demorados na C.S.F. e Thomson — Houston em Paris; na Siemens em Munique e na Ericsson em Estocolmo.

no ataque. O desenvolvimento dos meios técnicos que elas manobram neste campo é impressionante e sua evolução tão rápida que as possibilidades dos materiais arriscam, por vezes, a serem superestimadas, numa época que vê diariamente recuarem as fronteiras do possível e a ficção de ontem tornar-se ciência hoje.

2 — HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO INTERNACIONAL TELECOMUNICAÇÕES

No entanto, certos métodos utilizavam diretamente sinais luminosos ou sonoros: tambores na floresta, faróis nas costas marítimas e fumaça no horizonte. Essas soluções que hoje nos parecem pitorescas, eram, porém, eminentemente práticas, concebidas pela imaginação do homem para sobrepujar as distâncias.

O semáforo de Chappe em 1791, a invenção do telégrafo por Samuel Morse em 1837, a do telefone por Graham Bell, um escocês que vivia nos Estados Unidos, em 1876 e a do rádio no fim do século XIX, deram expansão mundial às telecomunicações.

Hoje, incorporada à Organização das Nações Unidas, existe a União Internacional de Telecomunicações, fundada em 1865 sob o nome de União Telegráfica Internacional, cuja sede se encontra em Genebra, na Suíça. É, portanto, a mais antiga das instituições especializadas da ONU.

Os países membros da U.I.T., atualmente em número de 133, reúnem-se todos os 5 anos por ocasião de uma Conferência de Plenipotenciários, órgão supremo da União, responsável pela determinação dos princípios de política geral e elegem o Secretário-Geral e os 29 membros do Conselho de Administração.

Há 4 organismos permanentes na sede da U.I.T. em Genebra: Secretariado-Geral, Comitê Internacional de Registro de Frequências (IFRB), Comitê Consultivo Internacional de Radiocomunicações (CCIR) e Comitê Consultivo Internacional Telegráfico e Telefônico (CCITT).

3 — DADOS SUMARIOS SOBRE AS TELECOMUNICAÇÕES EM ALGUNS PAISES DO MUNDO

Sumariamente passaremos a mostrar a organização das telecomunicações em alguns dos mais adiantados países do mundo, segundo ordem alfabética.

ARGENTINA

Em 1946 o governo adquiriu a Companhia Unión Telefónica del Río de la Plata (UT) que nessa época já contava com 600.000 aparelhos telefônicos e que lá se instalara em 1886. A aquisição foi

feita por 94 milhões de dólares e o assessoramento técnico dependia da empresa vendedora, para o qual se estabelecia uma retribuição mensal de 3% da renda bruta nos 5 primeiros anos e 2,5% daí em diante. Criou-se uma organização cujo nome oficial foi Empresa Mista Telefônica Argentina (EMTA) e cuja personalidade jurídica foi cancelada em 1948, incorporando ao Estado o serviço de telefones que passou a fazer parte do Ministério das Comunicações. Finalmente em 1956 criou-se a Empresa Nacional de Telecomunicações como organismo autárquico descentralizado, com administração própria e relativa independência do poder estatal e esta subordinada à Secretaria de Estado de Comunicações, dependente do Ministério do Interior.

Com 1.500.000 telefones, a Argentina tem uma densidade de 6,5 telefones para 100 habitantes, sendo portanto o 1º país na América latina nesse setor.

BELGICA

Já em 1883 era promulgada na Bélgica a primeira lei referente às modalidades de exploração do telefone e às concessões. Verificando que os centros secundários e o campo não dispunham tão cedo do telefone a partir de 1893, o Estado aplicava sistematicamente as cláusulas de resgate e em 1896 o telefone era um monopólio do Estado. Em 1930 foi criada a Régie des Télégraphes et Téléphones (RTT) com gestão de caráter comercial e industrial, exatamente porque o Estado não podia arcar com os fundos necessários aos enormes investimentos que requeria a expansão das Telecomunicações.

Radiodifusão e Televisão são exploradas pelo Estado por intermédio da autarquia Rádio Televisão Belga, não havendo propaganda comercial.

CANADÁ

No Canadá as telecomunicações têm uma organização interessante, onde se conciliam o estatismo e a privatização. A autoridade máxima é a Divisão de Telecomunicações e Eletrônica, subordinada ao Departamento de Transportes. Oito companhias exploram o telégrafo e as 2 maiores Companhias de Estrada de Ferro, além do transporte, prestam uma larga faixa de serviços, tais como telégrafos, sistemas de processamento de dados, rádio, televisão e telex.

A Trans Canadá Telephone System é a mais longa rede nacional de micro-ondas para telefonia com 5.500 km. A Bell Telephone do Canadá é a companhia mais importante, operando 63% dos telefones do país, seguida da British Columbia com 10%. Conviém assinalar que o sistema canadense é 3 vezes mais exigente quanto ao desempenho do que o europeu, porque sendo um sistema

de 5.500 km e tendo que interligar os sistemas de cabos submarinos do Atlântico e do Pacífico, da Comunidade Britânica, é obrigado a garantir uma qualidade internacional.

Existem atualmente 9 milhões de telefones no Canadá, o que lhe confere um honroso 5º lugar no mundo quanto à densidade telefônica que é de 40 telefones por 100 habitantes.

A Corporação Canadense de Rádio e TV (C.B.C.) possui uma rede de 60 estações de radiodifusão e 50 de TV.

Companhias particulares operam 300 estações de radiodifusão e 200 de TV. Com uma superfície de quase 10 milhões de km², superior, portanto, à do Brasil, o Canadá apresenta semelhanças com o nosso país nas imensas distâncias a serem cobertas pelas telecomunicações, do Atlântico ao Pacífico, equivalente ao nosso esforço em unir pela faixa litorânea as capitais dos Estados que ficam na orla marítima. E, sobretudo, cumpre ressaltar, a solução intermediária adotada (estatismo + privatização) que lhe permitiu usar todos os meios para atingir a posição privilegiada que hoje ostenta. (Renda "per capita": 1900 dólares U.S.A.).

ESPAÑA

Na Europa, a Espanha é o país cujos problemas e dificuldades em telecomunicações mais se assemelham aos do Brasil, sendo de grande utilidade maior intercâmbio com essa Nação. Os Correios e Telégrafos são explorados pelo Estado, havendo, no entanto, concessões a companhias particulares no que tange ao telégrafo internacional. A telefonia é explorada pela Companhia Telefônica Nacional de Espanha, Sociedade Anônima cujos 33.000 empregados participam todos nas ações da companhia (em número de 3 milhões).

ESTADOS UNIDOS

São hoje a nação mais desenvolvida em telecomunicações, com 95 milhões de telefones. Convém lembrar que existem hoje no mundo 200 milhões de telefones.

Somente a rede de micro-ondas do Bell System tem 100.000 km. Nos Estados Unidos, os Correios são explorados pelo Estado, mas o telégrafo e telefone são explorados por companhias concessionárias, sendo a mais importante a American Telegraph and Telephone. A Agência Federal Communications Commission (FCC) tem a missão de regular as telecomunicações de todo o país.

Faremos idéia das telecomunicações americanas pelos seguintes dados: a ITT acha-se instalada em 57 países; possui 150 companhias filiadas; tem 204.000 empregados; em 1966 as rendas atingiram 2 bilhões de dólares com 90 milhões de lucro e para este ano o orçamento previsto para pesquisas e desenvolvimento, é de 90 milhões de dólares.

FRANÇA

Na França, as telecomunicações constituem um monopólio estatal, sob a gestão do Ministério dos Correios e Telecomunicações (PTT). A Radiodifusão e Televisão Francesa forma uma autarquia dependente do Ministério da Informação. O órgão impulsor das telecomunicações francesas tem sido, no entanto, o Centro Nacional de Estudos das Telecomunicações, em Paris, que possui em seus quadros mais de 1000 engenheiros, cujas atividades se estendem desde a pesquisa básica e aplicada, estudos e planejamento até as mais modernas realizações industriais.

ITALIA

As telecomunicações foram totalmente estatizadas na Itália em 1948 com a instituição do Conselho Superior Técnico de Telecomunicações, órgão consultivo do Ministério dos Correios e Telecomunicações e tendo a Inspetoria-Geral de Telecomunicações como órgão executivo. O Instituto Superior de Correios e Telecomunicações forma os quadros do Ministério e destina-se à pesquisa, estudos e experiências nos vastos domínios das telecomunicações.

INGLATERRA

Na Inglaterra as telecomunicações constituem um monopólio estatal com a administração centralizada no General Post Office (G.P.O.). A primeira companhia telefônica inglesa surgiu em 1879 e em 1912 foi declarado o monopólio do telefone pelo Estado; o telégrafo já pertencia ao Estado desde 1870.

O Centro de Pesquisas para os Correios acha-se em Dollis Hill e o Centro de Pesquisas de Rádio, em Dilton Park, ambos nas proximidades de Londres.

A Inglaterra desenvolveu a comutação eletrônica, constituindo uma Junta de Pesquisa Eletrônica na qual participou o G.P.O. e 5 firmas de equipamento telefônico: Associated Electrical Industries, A.T.E.; Ericsson, a General Electric (inglesa) e S.T.C. Com 12 milhões de telefones, 20 por 100 habitantes, ocupa o 5º lugar no mundo. A B.B.C. engloba todos os serviços de radiodifusão e TV.

JAPÃO

No Japão o telégrafo e telefone são operados pela Corporação Pública Nipônica de Telégrafo e Telefone, (NTT) e os serviços internacionais pela Kosukai Denshin Denwa Co LTD (KDD) ambas sob a supervisão do Ministério dos Correios e Telecomunicações.

A Radiodifusão e TV formam um sistema misto com estações do Estado, operadas pela Corporação Japonesa de Rádio (NHK) e estações comerciais particulares, na proporção de 2 do Estado para 1 particular. Até 1965 havia 300 estações da NHK e 266 comerciais. A NHK é uma empresa pública administrada por uma Junta de Diretores e financiada pelas taxas estabelecidas por lei e pagas pelos proprietários de aparelhos de rádio e TV.

O número de rádio-receptores atinge 40 milhões e existem 20 milhões de televisores. Com 15 milhões de telefones a densidade é de 15 para 100 habitantes.

REPÚBLICA FEDERAL ALEMA

As telecomunicações são estatizadas sob controle do Ministro Federal de Correios e Telecomunicações. Os maiores centros de pesquisas acham-se em empresas privadas.

Somente a Siemens possui 240.000 empregados. A Alemanha Ocidental possui 20 milhões de rádio-receptores, 10 milhões de televisores e 10 milhões de aparelhos telefônicos.

SUÉCIA

A Suécia tem uma densidade de 42 telefones por 100 habitantes. É, sem favor, um dos primeiros países do mundo em telecomunicações. Na Suécia, como também na Dinamarca, Noruega e Holanda, as telecomunicações constituem um monopólio do Estado.

UNIAO SOVIÉTICA

Existem na União Soviética 6 Institutos de Telecomunicações no Ministério dos Correios e Telecomunicações, bem como o Instituto Eletrotécnico Nacional por correspondência. São todos destinados à formação de engenheiros de telecomunicações, à pesquisa básica e aplicada e recebem em seus cursos de pós-graduação, teses para o mestrado e doutoramento de telecomunicações.

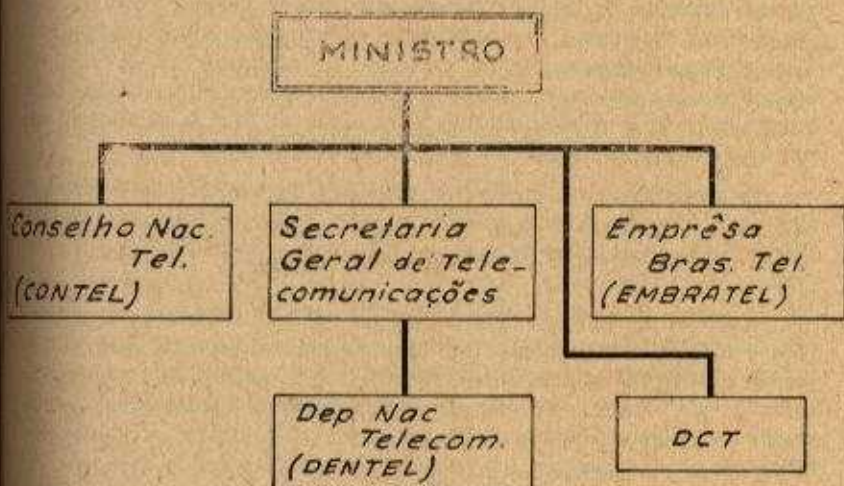
4 — SITUAÇÃO ATUAL DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

4.1 Generalidades

Com a recente criação do Ministério das Comunicações, (1) foi coberta uma falha que a nossa organização apresentava.

(1) Decreto-lei n. 200, de 25 Fev 67 — Reforma Administrativa.

E o seguinte o organograma do Ministério:



Correios e Telégrafos são cronicamente deficitários em todos os países do mundo e na telegrafia internacional, telefonia e no telex concentra-se a rentabilidade das telecomunicações. Compreendemos pois o esforço do nosso DCT para manter seus serviços, ainda mais se atentarmos para a sua contribuição na integração de regiões economicamente fracas do nosso país. A ligação por telex que tem atualmente amplo desenvolvimento no mundo inteiro está sendo explorada pelo Estado (DCT) medida que julgamos acertada e que mereceria ser resguardada.

A rigor as telecomunicações brasileiras são ainda fraguíssimas a despeito do esforço despendido ultimamente para incentivar o desenvolvimento e foram excessivamente descuidadas por longo tempo.

Entora nosso Imperador Pedro II fôsse amigo de Ghaham Bell, o inventor do telefone, não houve muito incentivo ao desenvolvimento das telecomunicações desde aquela época, pois o Brasil com a densidade telefônica de 1,62 por 100 habitantes não está sequer entre as 20 primeiras nações do universo. Para honra nossa devemos assinalar que houve em nossa Pátria um espírito de visão invulgar, Cândido Mariano Rondon, Marechal do Exército, que compreendendo a importância das telecomunicações, instalou entre 1892 e 1912 linhas telegráficas pelo interior de Mato Grosso, Goiás e atual Território de Rondônia. Empreendimento notável para aquela época, não teve, no entanto, sucedâneo de igual parte nas décadas seguintes. Em telecomunicações mais do que em qualquer outro setor, o Brasil, malgrado suas dimensões continentais, não passa de um grande arquipélago. É, no entanto, imperativo de segurança nacional que haja

comunicações entre as cidades brasileiras, mormente nos tempos atuais, entre as do interior. No próprio Estado de São Paulo, o mais potente da Federação, a quantidade de circuitos interurbanos é de uma pobreza constrangedora. O Brasil já esperou demais para desenvolver suas telecomunicações e não pode perder mais tempo nessa batalha que mal está iniciando e na qual as Forças Armadas, pleneiras das telecomunicações, têm papel primordial.

Os problemas do desenvolvimento das telecomunicações no Brasil exigem amplos conhecimentos e larga visão da cúpula dirigente, coordenação e espírito de equipe, que requer da chefia organização e não tutela.

O atraso na implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações é tal que não podemos nos dar ao luxo de tratar prioritariamente da ligação por satélite, mesmo porque para o Brasil não tem sentido esta ligação sem aquele sistema. Já foi escolhido judiciosamente o sistema de TV a cores que o Brasil adotará, sem que perdêssemos a primazia na América do Sul, sugeriríamos que uma demorada fase experimental permitisse uma perfeita solução do problema.

A nosso ver, a participação dos Batalhões de Comunicações na instalação de linhas telefônicas e telegráficas no interior do Brasil, em convênio com o Ministério das Telecomunicações, seria de grande utilidade ao País. Paralelamente poderia ser cogitada a constituição de companhias de micro-ondas para guarnecerem e operarem Postos de Micro-ondas fixos ou móveis necessários a um Exército moderno.

A dinamização do desenvolvimento das telecomunicações no interior do país reveste-se de grande atualidade pelo papel relevante que desempenharão as telecomunicações, diante das ameaças que pairam sobre nosso continente.

4.2 Indústria de Telecomunicações

A indústria das telecomunicações atingiu considerável desenvolvimento nos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. No Leste europeu o desenvolvimento é de muito inferior ao da Europa Ocidental, havendo grande importação de material eletrônico e de telecomunicações dos países ocidentais.

No Brasil temos uma indústria incipiente que já fabrica equipamentos, mas somos obrigados a importar a maior parte dos equipamentos que nos são necessários. Em todos os países industrializados as Forças Armadas constituíram-se nos grandes incentivadores da indústria nacional, não só pela formação dos técnicos como também pela exigência da qualidade dos equipamentos encomendados. Em nossa opinião o amparo à indústria nacional de telecomunicações de-

veria impedir a importação de equipamentos de telecomunicações já em fabricação no Brasil, mas ao mesmo tempo é necessário fiscalizar o grau de nacionalização de tais equipamentos, para que não se tornem simples montagem de peças fabricadas no exterior. As firmas estrangeiras que vencerem concorrência internacional de equipamentos de telecomunicações de grande vulto deveriam ser obrigadas a instalar fábrica no Brasil ou correremos o perigo de no futuro não termos componentes sobressalentes para a manutenção.

Achamos mesmo que num futuro próximo poderia ser constituída uma sociedade de economia mista, participando dela o Estado e firmas especializadas já instaladas no Brasil, destinada a disciplinar e coordenar sob a orientação do Ministério das Comunicações os esforços de pesquisa de seus fornecedores, a orientar sua política no que se refere à propriedade industrial (patentes) e a normalizar o material a ser utilizado em nosso país.

Passamos a mostrar as razões que levaram a França a constituir o tipo de sociedade que acabamos de mencionar, o que foi feito em 1947.

Antes da existência da Sociedade, para permitir à Administração dos Correios e Telecomunicações fornecer ao usuário um serviço de qualidade internacional, a indústria francesa era obrigada a negociar contratos de cessão de licença com os proprietários estrangeiros de patentes. Estes acordos escapavam à Administração, que ignorava as condições financeiras e não podia intervir na discussão das taxas de pagamento, embora tais pagamentos tivessem repercussão no preço dos materiais.

A Administração dos Correios e Telecomunicações (PTT) podia facilmente admitir um tal sistema que apresentava numerosos inconvenientes:

1º) Resultava, em última análise, a pagar subvenções a laboratórios estrangeiros pelos usuários franceses, o que era contrário ao interesse geral do país;

2º) Impedia, por causa do montante dos pagamentos efetuados ao estrangeiro, a criação de laboratórios franceses, o que aumentava ainda mais o atraso técnico em que se encontrava o país;

3º) Impedia toda exportação uma vez que as patentes concedidas às sociedades francesas só eram válidas para dentro da França.

Achamos que os argumentos válidos para a França naquela época vigoram atualmente para o Brasil.

A constituição dessa Sociedade requer prioritariamente a existência de um Centro de Pesquisas; as fábricas seriam as já existentes e temos a impressão que no Brasil a cúpula dessa Sociedade Mista poderia ser o atual Grupo Executivo da Indústria de Telecomunicações (GITEI).

O Brasil tem todas as condições para liderar e dominar, num futuro próximo, a indústria de telecomunicações da América Latina, inclusive de colaborar no desenvolvimento das telecomunicações dos países centro e sul-americanos, daí por que devemos possuir uma indústria realmente nacional.

4.3 Plano Nacional de Telecomunicações

Este Plano está previsto desde 1962 mas até hoje ainda não foi elaborado, nem sequer iniciado, em seu aspecto global. A planificação de desenvolvimento da rede nacional de telecomunicações é o melhor meio para que as diferentes realizações e decisões, sobretudo as relativas aos investimentos conduzam aos objetivos econômicos e sociais procurados. O objetivo de um plano corretamente elaborado é atingir a melhor eficiência global para um mínimo de despesas bem como a utilização mais eficaz dos recursos de que se dispõe.

O Brasil já possui uma equipe de engenheiros de telecomunicações amplamente capacitada a elaborar o Plano Nacional de Telecomunicações.

A participação estrangeira nesse Plano poderá ser efetivada pela contratação de um ou outro especialista de renome internacional, como assessor, mas de modo algum a Direção do Plano deveria ser confiada a uma firma estrangeira. Igualmente não deveriam ser aceitos empréstimos estrangeiros que condicionem a um determinado país a compra de equipamentos para implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações. O entendimento com uma só nação estrangeira implicaria em perdemos a cooperação das demais, o que evidentemente não é o interesse do Brasil.

4.4 Centro de Estudos Superiores de Telecomunicações

A exemplo do que se observa em países adiantados cujos problemas de telecomunicações se acham perfeitamente equacionados, deveria ser criado no Brasil um Centro de Estudos Superiores de Telecomunicações com a participação do Ministério das Comunicações, dos Ministérios Militares, do Ministério da Educação e Cultura, das Empresas Concessionárias e da Indústria de Telecomunicações.

Tal centro proporcionaria as condições necessárias à preparação de uma elite técnica de liderança altamente credenciada para assessorar, orientar, julgar e decidir nos trabalhos de planejamento e projeto de sistemas, na pesquisa básica e de vanguarda de sistemas e de equipamentos, bem como no desenvolvimento tecnológico associado às Telecomunicações.

Na organização do Centro deveriam constar os Grupos de Estudos abaixo relacionados.

- 1 — Transmissão
- 2 — Comutação (inclusive comutação eletrônica e computação)
- 3 — Tráfego
- 4 — Tarificação
- 5 — Estatística das Telecomunicações e Teoria da Informação
- 6 — Pesquisa Operacional Aplicada aos Sistemas
- 7 — Radar e Telemetria
- 8 — Interferência Deliberada e Contramedidas
- 9 — Propagação e Antenas
- 10 — Processamento Integrado de Dados
- 11 — Engenharia Econômica de Sistemas
- 12 — Síntese dos Grandes Sistemas
- 13 — Engenharia de Confiabilidade

A constituição dos Grupos de Estudos deverá ser acompanhada da organização do Setor de Documentação e Bibliografia com a instalação imediata de uma biblioteca especializada dotada de coleções completas de publicações periódicas e avulsas de todas as origens, além dos livros necessários aos diferentes Grupos de Estudos.

Preparadas as equipes, seria organizado um plano experimental de pesquisas e desenvolvimento em estreita colaboração com os Ministérios, as Empresas e a Indústria aproveitando os alunos das Escolas de Pós-Graduação para o desenvolvimento de teses associadas aos planos de pesquisas.

Dentro de poucos anos teremos jovens engenheiros dominando setores de telecomunicações, com o que o Brasil poderá apresentar teses perante os congressos internacionais, deixando a posição de mero espectador. A realização de estudos de alto nível nos centros especializados e nos cursos de pós-graduação, longe de criar frustrados, como acham alguns descrentes no progresso do país, prepara uma elite de descontentes com os modestos objetivos atingidos e promovem maior esforço para a consecução de metas mais audaciosas condizentes com os ideais de grandeza de nossa pátria.

4.5 Ensino das Telecomunicações

O Brasil ressen-te-se da falta de Escolas de nível superior totalmente destinadas ao ensino das telecomunicações.

Em nossas Universidades, as telecomunicações continuam sendo uma opção nos últimos anos para o aluno de engenharia. No entanto,

as Escolas Superiores de Telecomunicações existentes nos países mais adiantados já possuem aproximadamente 100 cátedras de ensino, justificando assim o ensino exclusivo das telecomunicações.

A simples enumeração dos Grupos de Estudo a serem constituídos no indispensável Centro de Estudos Superiores de Telecomunicações acima referido, dá-nos uma pálida idéia da imensidão dos assuntos.

O Exército **prestou** inegável serviço à nação formando no IME equipes de engenheiros de telecomunicações que vêm cooperando para o avanço do país nas telecomunicações.

Queremos aqui salientar, que há países europeus que estão iniciando a formação numa mesma Escola, dos engenheiros militares de telecomunicações necessários às Forças Armadas.

Poucas são as escolas de nível médio consagradas ao ensino das telecomunicações no Brasil. Vimos na Europa, o ensino médio das telecomunicações militares em 2 escolas separadas, uma para Radar e Micro-ondas e outra para Comunicações por rádio e por fio.

O incentivo das Forças Armadas à instalação de uma Escola Superior de Telecomunicações trará grande benefício ao desenvolvimento das telecomunicações no Brasil.

5 — REALIDADE E SUGESTÕES

Sabemos todos que o nosso país tem condições para tornar-se uma das grandes nações do mundo; não o conseguirá, entretanto, sem antes possuir uma densa rede de telecomunicações. Não podemos nos contentar em assimilar o que é concebido e realizado no exterior, por assim dizer financiando laboratórios estrangeiros; por certo, essa assimilação já representa avanço na rota da tecnologia, mas é imprescindível que haja concepções e realizações dentro de nossas próprias fronteiras, para que deixemos a condição de "eternos clientes". Equipes de jovens engenheiros estão aguardando que se lhes abram os horizontes para participar e contribuir para o avanço da técnica nacional.

Consideramos que a base para o avanço do Brasil no campo das telecomunicações é a criação do Centro de Estudos Superiores de Telecomunicações a que acima nos referimos.

Achamos mesmo que o Brasil está numa corrida contra o tempo para resolver seus problemas de telecomunicações tal é a vastidão do que deve ser feito neste campo para nos considerarmos nação adiantada. Dentro desse raciocínio julgamos que toda contribuição tem de ser aproveitada e todos esforços devem ser coordenados para que não haja desperdício. Embora pensemos que a longo prazo o Brasil difi-

climente evitará a estatização das telecomunicações no estilo dos países industrializados da Europa Ocidental, achamos que no momento, todo incentivo deve ser dado à iniciativa privada permitindo mesmo às concessionárias que tenham capacidade e organização, a implantação de circuitos interurbanos mesmo interestaduais. Promover o gigantismo da estatização, no momento, redundará em atrasar ainda mais a implantação da rede de telecomunicações do país.

Com a devida vênia, apresentaremos em resumo algumas sugestões que julgamos úteis ao desenvolvimento das telecomunicações brasileiras.

- 1) Criação do Centro de Estudos Superiores de Telecomunicações.
- 2) Instalação de uma Escola Superior de Telecomunicações com a cooperação da União Internacional de Telecomunicações.
- 3) Elaboração imediata do Plano Nacional de Telecomunicações.
- 4) Prioridade absoluta à implantação da rede nacional telefônica-telegráfica, de telex e transmissão de dados.
- 5) Utilização de postos e fios da Rede Ferroviária Federal no interior do país, em convênio com o Ministério dos Transportes para ampliar o número de circuitos interurbanos pelo sistema de ondas portadoras.
- 6) Incentivo ao IME mediante convênios com os Ministérios civis para elaboração de estudos sobre problemas nacionais de telecomunicações.
- 7) Incentivo às firmas particulares de telecomunicações e às concessionárias que estiverem em condições de implantar circuitos interurbanos mesmo interestaduais.
- 8) Implantação de uma Rede de Segurança Nacional de alta qualidade, inclusive para transmissão de dados a começar pela ligação troposférica Rio-São Paulo.
- 9) Desenvolvimento nos organismos de telecomunicações do espírito de equipe que requer da chefia capacidade de direção e organização, mas sem tutela e sem espírito de donatário.
- 10) Concessão de prazo aos órgãos consultivos para que se pronunciem sobre os assuntos que nêles se encontram em tramitação.

Terminando, queremos afirmar que são evidentes os progressos do Brasil no campo das telecomunicações nos últimos 5 anos. Governo, Forças Armadas, Universidade, indústria e entidades particulares envidam esforços na solução de tão importante problema. Mas, sobretudo, sentimos que os atuais alunos e engenheiros de tele-

comunicações acham-se possuídos de invulgar entusiasmo pela especialidade que abraçaram. Razão por que, onde quer que se formem equipes para estudar ou expandir as telecomunicações neste país, ao lado dos mais idosos devem se encontrar os jovens, diríamos até em maior número para que eles venham com a sua juventude, sua ânsia de saber e seu inconformismo pugnar pelo avanço da tecnologia nacional, porque a eles competirá num próximo futuro a direção desse embate diuturno que levará ao primeiro plano mundial as telecomunicações brasileiras.

O PREÇO DESTA REVISTA...

"A DEFESA NACIONAL" vem-se impondo, cada vez mais, à consideração, ao interesse, à simpatia dos nossos leitores — já dos militares (oficiais e sargentos), já agora de destacadas personalidades dos meios oficiais e culturais civis. Até no exterior, ao que sabemos, vem tendo bastante aceitação entre as Forças Armadas amigas.

Entretanto, o preço do exemplar (NCR\$ 0,50) há muito que está inalterado, em flagrante descompasso com a realidade. E isto porque a Diretoria, apesar das alterações, tem-se empenhado em agüentar enquanto possível. Agora, não é mais possível: a Revista tem de aumentar o seu preço, para torná-lo mais apropriado com o custo da edição (embora ainda inferior...).

Estamos certos de que tal necessidade, aliás imperiosa, será bem compreendida e apoiada por todos os nossos assinantes, leitores, amigos — que continuarão a honrar-nos com a sua preferência e a prestigiar-nos, como sempre.

A DIRETORIA

BASES RACIONAIS PARA O EXERCÍCIO DA DIREÇÃO E DO COMANDO

*Ciclo de palestras proferidas pelo então Ten-Cel-
Aviador GODOFREDO VIDAL (*), sob os auspícios da
LEGIAO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA, em maio
de 1943.*

IV

DA DISCIPLINA E DA HIERARQUIA

Em obediência completa, submissão a todo o instante, execução literal e sem murmúrio das ordens serão o bastante para definir a disciplina?

Tratando-se da disciplina de um grupo de prisioneiros, sim; se, porém, se trata da disciplina de uma tropa, certamente que não.

O que faz a disciplina militar não é tanto a atitude constrangida do indivíduo, como seu estado de espírito.

Ser disciplinado, para o militar, é querer manter num conjunto o papel determinado por uma outra vontade; é a consciência que o militar tem da força legítima do conjunto a que pertence, consciência que o diferencia em absoluto, do prisioneiro e do escravo.

Ser disciplinado não quer dizer que não se cometam faltas contra a disciplina; que não se cometam transgressões às ordens recebidas — esta definição poderia bastar a um homem de tropa, mas é absolutamente insuficiente para um chefe colocado num escalão qualquer da hierarquia e, com mais forte razão, para aqueles que ocupam posições elevadas de mando.

Ser disciplinado não quer dizer, além disso, que se executem as ordens recebidas somente na medida que pareça conveniente, justa, racional, possível, mas também que se entre francamente no pensamento, nos pontos de vista do chefe que ordenou, que se tomem todos os meios humanamente praticáveis para dar-lhes satisfação.

Ser disciplinado não quer dizer, ainda, que se cale, que se abstenha de fazer o que se crê poder fazer ou empreender sem se comprometer — a arte de evitar responsabilidades — mas agir no sentido das ordens

(*) Falecido em 1958 como Maj-Brig R-1.

recebidas e, para isso, encontrar no seu espírito pela procura, pela reflexão, a possibilidade de realizar estas ordens; no seu caráter a energia de assegurar os riscos comportados na execução.

De um ponto de vista superior: disciplina, dos chefes, igual à atividade de espírito ligada à ação de caráter.

A preguiça de espírito leva à indisciplina e à insubordinação. Num e noutro caso o chefe é culpado. A incapacidade e a ignorância não são circunstâncias atenuantes, porque o saber está ao alcance de todos que o procuram.

Esse saber para o qual todo o chefe deve pender, fixa-se no culto exclusivo de duas abstrações do domínio moral: o *dever* e a *disciplina*, culto que para produzir resultados satisfatórios exige saber e raciocínio.

Quem diz *ação comum*, *união de forças*, diz o inverso de uma ação independente, isolada ou sucessiva, que resultasse fatalmente na dispersão. É, pois, evidente que cada uma das unidades que compõem um conjunto de forças não está livre de ir *onde quiser* (união no espaço) nem *chegar quando quiser* (união no tempo); de se deixar guiar, em consequência, por opiniões ou princípios próprios de um chefe, de um regulamento ou estatuto, apresentados com certa justeza; de agir por sua própria conta *onde* — ou *quando* lhe aprouver — isso redundaria na indisciplina intelectual, no esquecimento ou abandono do cumprimento do dever — no sentido mais exato da palavra.

Para citar-vos um único exemplo de *indisciplina intelectual* reporto-me a que há milhares de anos, como no dia de hoje, o homem incide na mesma falta contra a simples e natural lei que preceitua “*Não façam a outrem o que não queres que te façam*”. E como quase a totalidade dos homens não respeita esse *imperativo categórico*, reina na humanidade toda a sorte de desordens, de lutas e de sofrimentos. Na incompreensão de tão simples preceito julgam que só se poderá esperar de um milagre aquilo que está nêles realizar: *pôr em ação a própria consciência em benefício pessoal e da coletividade*.

E assim vai a humanidade julgando-se livre, achando que pensa por si, que age pela razão e segundo a sua própria vontade, quando de fato se acha escravizada a imagens imperceptíveis, a funções mentais conscientes, depositárias que são de injunções que atuam sobre os indivíduos desde os albores da vida, partidas dos pais, dos avós, dos preceptores, dos condiscípulos e do meio social em que vivem.

Sequiosa de explicação para o que não se explica por estar acima da inteligência humana ou, pelo menos, do conhecimento atual, duvida da ciência para crer no sobrenatural, das divindades miraculosas que ela mesmo criou e destruiu.

O temperamento frágil e cismático inclina os indivíduos a pensar com tristeza no passado, a observar com desconfiança o presente, a perscrutar com temor o futuro e a apegar-se, como única tábua de

salvação, a uma idéia qualquer que os auxilie a sobrenadar no mar da dúvida.

Enquanto alguns dispensam esse recurso salvador porque dispõem privilegiadamente da consciência da realidade, quase todos a ele se agarram, temerosos, em desconfortável estado de incerteza quanto à ameaça de perigos que desconhecem, mas que julgam existir.

A grande massa da humanidade vive, porém, sob o fardo do mistério, na persuasão de que o único recurso é o do *conforto na esperança* que lhe oferece o misticismo embriagador.

Um determinismo biológico preestabelece, certamente, o lugar de cada um na existência e deixa a liberdade de usar os dotes possuídos em benefício próprio e da sociedade.

Assim o indivíduo quer e age segundo temperamentos e educação; quer aquilo que satisfaça as exigências do temperamento e este, por sua vez, manifesta-se segundo as conseqüências de fatores ancestrais e de influências acumuladas e recalçadas, satisfeitas ou não.

Pela educação o indivíduo disciplina esse temperamento ou procura torná-lo menos aparente.

Muitos cientistas têm se pronunciado sobre a fraqueza do homem do ponto de vista físico, psíquico e moral.

Em face dessas idéias, algumas bastante esdrúxulas — o homem, fisicamente, não tem motivo para se julgar superior a outros animais, e, se lermos os "Estudos sobre a natureza humana" de Metchnikoff, membro do Instituto Pasteur de Paris, encontramos as desarmonias na fisiologia humana além de outras de caráter fisiológico.

As lutas atuais entre os povos e classes evidenciam claramente o instituto agressivo que vem presidindo a vida dos nossos semelhantes. Costumes atrozes, vencidos os tempos primitivos, chegaram até nós, a despeito dos novos rótulos dados às guerras entre irmãos e às de conquistas.

Um grande general belga, admirado como escritor e destacado como homem de espírito — o príncipe de Ligne — disse que "*o homem é perigoso e mau por medo, sempre por medo. Torna-se feroz, não tanto pela ferocidade propriamente, mas por julgar, em certos momentos, os seus adversários mais ferozes do que são*".

E se ouvirmos Pascal ele diz "quero crer que se todos soubessem o que dizem uns dos outros, não haveria quatro amigos neste mundo"; e ouçamos de La Bruyère quando afirma que a maioria dos homens emprega a metade da vida em preparar a infelicidade da outra metade; de Anatole France definindo que "nenhum animal é mais avaro e cruel que o homem e que as sociedades humanas fundam-se na avareza e na crueldade".

É assim o pobre ser humano!... Amesquinhado, amesquinha-se; torturado, tortura-se. Na ilusão, sempre na ilusão, multiplicou-se para

constituir esta humanidade que, suspirando, caminha sobre longuíssima estrada sem jamais alcançar o destino que almeja.

Quando, no estado pré-histórico, iniciou a marcha, era composta de grotescos antropóides peludos, braçudos, feios e mais ingênuos do que brutos, que viviam nas cavernas ao lado do primeiro animal que conseguiram domesticar.

O nosso poeta humorista Emilio Menezes fixou numa frase candente que "o homem só teve a noção da sinceridade e a classificou como virtude no dia em que domesticou o cachorro".

Enquanto os séculos se escoam, o homem foi passando do antropóide para o semi-homem... lutando contra as feras, o clima, a chuva, a fome e contra os seus próprios semelhantes, e conseguiu constituir depois de muitos milhares de séculos, a massa de dois milhões de criaturas que povoam hoje o planeta escolhido para ser o berço de Adão e Eva e o martírio de toda a sua geração, inclusive da geração que se pretendia melhorar com o dilúvio de Noé e, depois, com a vinda do Redentor.

Mas, por tudo isso, é o homem o animal que mais sofre, que mais sente a dor. A consciência humana, ao invés de consistir um fator de superioridade, de bem-aventurança, um galardão divino, é, pura e simplesmente, o castigo reservado pelo destino a todos que vêm ao mundo com a obrigação de sofrer na proporção dos seus dotes intelectuais, ora porque aplicam mal ou nem sempre podem aplicar bem o dom excepcional que possuem.

E, na série animal, o único que se julga dotado de inteligência é o homem; também é o único que se preocupa com as razões do ser ou não ser; que pretende viver, gozar, ultrapassar-se após a morte.

De todos, entretanto, é o mais infeliz, porque não pode ou não sabe utilizar-se da inteligência em benefício próprio.

* * *

Vencer a timidez, a irresolução, a inconstância, o sentimento de inferioridade, em suma, conduzir a mentalidade, a consciência, sob a influência animadora de que ela está apta a dominar temores, corrigir defeitos e vencer dificuldades — eis o que a disciplina vem dar ao ser humano em sua plenitude de consciência e de vontade.

Disciplina e vontade aparecem, "a priori", duas antinomias; a disciplina austera e rígida aparece como uma esmagadora da vontade que caracteriza a independência do indivíduo.

Mas tal não se passa! A disciplina é a força que assegura a convergência da multidão de vontades que nascem a todo instante num agrupamento de indivíduos ligados por um laço qualquer; é ela que permite

ao Chefe contar, com quase certeza, que tôdas as vontades individuais agirão no sentido previsto pela sua; é ela que recolhe tôdas as volições exparsas, diversamente dirigidas, quem as orienta grupando-as num feixe unico acionado para um mesmo objetivo escolhido pelo chefe; é ela que, dando ao soldado a segurança de que todos os seus camaradas, tanto os mais próximos como os mais longínquos, agem no mesmo sentido que ele, faz nascer, destarte, o fator essencial no agrupamento: a confiança.

Nas horas terríveis em que o medo físico aplasta o individuo, o medo moral esmaga os chefes, em que desaparecem os sentimentos de solidariedade e a iniciativa é sufocada pelo temor — a *disciplina* intervém como senhora e força a *querer* estes homens que não mais pensavam querer.

Com ela se atenuam todos os choques, tôdas as perturbações e reacções que tornam tão difícil o funcionamento do organismo formidável que é uma força armada; dá uma mesma impulsão às múltiplas engrenagens da colossal máquina, melhorando consideravelmente o seu rendimento.

Teve, no princípio, como principal elemento o temor, o temor do castigo terrível, imediato e certo, oposto ao temor nato do instinto de conservação. Depois evoluiu e, em nossos dias, na maior parte das Forças Armadas ela tende a tomar um caráter de solidariedade livremente consentida, baseada no sentimento do dever.

Tendo assim descerrado os estreitos laços que entravavam as manifestações das vontades individuais, ela permitiu a aparição da *iniciativa*, esse espirito vivificante que dá uma impulsão mais forte à vontade do chefe ao invés de arrastá-la passivamente como reboque.

Como coadjuvante da disciplina, e mais forte que ela, está o *sentimento do dever*.

É um verdadeiro imperativo categórico que, dominando o individuo, não deixa nenhuma latitude na ação. Impõe-se à vontade e a dirige para solução de um devotamento absoluto, de sacrificio integral.

Nos soldados, e nós estendemos esta palavra aos militares de todos os postos, torna-se "esta fé que reina soberanamente nos exércitos, esta religião máscula, sem símbolos nem imagens, sem dogmas nem cerimônias, cujas leis não estão em nenhuma parte escritas — a Honra" diz Alfred de Vigny.

"Na guerra, no combate, revolta-te contra o instinto; faz tua razão escrava da tua vontade e que tua vontade seja escrava do dever, que ela seja toda de devotamento e de sacrificio.

Não mede tua ação por teu poder que é fraco, mas por teu dever que é grande: *faça o que deves*. E teu dever está na maior ação, no maior perigo e estará onde receias ir" — eis o que definiu o Conde Montaigne no seu magnífico livro "Estudos sobre a guerra".

Vejamos agora o que dizem os grandes mestres da guerra sobre a disciplina.

Do diálogo entre Péricles e Sócrates:

"É precisamente na guerra que os atenienses não dão provas sequer de disciplina" diz Péricles.

Ao que responde Sócrates:

— "Pode ser também que sejam comandados por gente incapaz. Ordinariamente as pessoas que querem dirigir outras numa arte podem dizer onde receberam os princípios dessa arte, mas a maior parte dos nossos generais são verdadeiros improvisadores".

* * *

"Catão, o antigo, pensou que se tornaria ainda mais útil à sua Pátria escrevendo os preceitos sobre a disciplina militar do que o fôra por suas vitórias sobre o inimigo". *Vegecio*.

* * *

"Em matéria de disciplina o exemplo exerce uma ação bem mais eficaz que as palavras e o soldado regula sua obediência pelo que é praticado por seus chefes". *Napoleão*.

* * *

"O chefe, ele próprio, qualquer que seja o posto ocupado na hierarquia, não deve jamais esquecer que não comanda seus subordinados senão no grau de obediência que deve a seus superiores". *Gen Marmont*.

* * *

A subordinação tem lugar rigorosamente de posto a posto; a exata observação das regras que a garantem, afastando-a do arbítrio, deve manter cada um nos seus direitos como em seus deveres.

Com efeito, a disciplina não é somente um laço que reúne entre si os soldados para formar um poderoso feixe nos agrupamentos armados ou nos exércitos — é também a cadeia misteriosa que liga, na hierarquia militar, os inferiores aos superiores pela confiança e simpatia, como os discípulos fiéis e devotados, na antiguidade, ligavam-se aos mestres dos quais admiravam as obras e reconheciam a superioridade.

Não há disciplina onde não haja um mestre, isto é, um chefe capaz de dirigir, de ensinar, de doutrinar, enfim, de comandar.

Do ponto de vista filosófico poderíamos distinguir a *disciplina individual*, preciosa aptidão que possui o homem civilizado de submeter seus atos e sua vontade às regras impostas pelos chefes ou pelas leis; essa faculdade é resultante de muitos séculos de tradição e da hereditariedade.

A disciplina individual torna o homem suscetível de ser dirigido por uma sábia regulamentação de corpo e de espírito, sem hesitação, com rapidez e precisão.

A *disciplina coletiva* pode ser obtida pela ação enérgica de um chefe exercendo sobre um grupo de indivíduos já preparados individualmente.

Nada mais perfeito para apreciarmos o poder maravilhoso da disciplina individual e coletiva que uma orquestra. Cada músico, perfeitamente enquadrado na execução, chega à posse completa de sua arte e de seu instrumento especial por uma disciplina individual muito severa, que lhe foi imposta pelos exercícios regrados e metódicos.

Sob a direção, a orquestra não é mais que um conjunto de instrumentos disciplinados obedecendo e orientados instantaneamente por uma única vontade.

A obra musical do compositor está na partitura, representando um quadro sinalítico para o maestro.

A *disciplina* é, pois, o *princípio harmônico e vital das organizações*.

A História nos mostra como os grandes povos da antiguidade adquiriram e conservaram seu poder matendo enérgicamente a disciplina de seu povo ou de seus exércitos e desde que este princípio conservador foi pôsto de lado sua decadência começou, e, rapidamente, tornaram-se presa de seus inimigos ou de anarquia.

Quem não constatou ainda que uma tropa comandada com inteligência, calma e precisão é sempre disciplinada?

* * *

As condições principais que permitem melhor assegurar a disciplina um exército são as seguintes:

- 1º) Uma educação viril da juventude que, desde a infância, acostuma o homem na ordem, na obediência, no trabalho físico e intelectual e imprime fortemente o sentimento do dever e o respeito à hierarquia social e militar.
- 2º) Um sistema de avanço racional, igualmente afastado do favor e da rotina, que não eleva à frente da tropa senão os chefes ou graduados de um valor indiscutível, aptos ao Comando, tendo dado por si próprios o exemplo da subordinação junto ao talento necessário.
- 3º) Uma organização do Comando, firme e precisa, que dê a autoridade e o prestígio dos chefes em cada pôsto, aumentado-lhes sua iniciativa e engajando sempre suas responsabilidades.

- 4º) Bons métodos de educação profissional que não deixem jamais indolentes o corpo e o espírito dos subordinados, modelando-os, pelos exercícios continuados, aos trabalhos e privações, e que lhes dêem o hábito da obediência absoluta às exigências do serviço.
- 5º) Estabelecer entre chefes e subordinados, por meio de leituras, conferências e exercícios especiais, relações mais freqüentes, de modo a provocar entre ambos essa corrente simpática que liga o mestre ao aluno, que, sem prejudicar o respeito hierárquico, desperta no coração do subordinado a confiança, o sentimento do dever e os devotamentos heróicos.
- 6º) Meios de repressão simples, prontos, sãbiamente graduados, aplicados com inteligência, sem hesitação, com imparcial firmeza. Aplicar exatamente as leis e punir severamente todo o ato de desobediência ou má vontade.
- 7º) Um sistema de recompensas e citações bem escalonadas, distribuídas com imparcialidade, de modo a excitar a emulação, pondo sempre em foco chefes e subordinados que se distinguiram por seu valor moral, talento profissional ou trabalhos técnicos.

* * *

Enfim, o moral da tropa é o sentimento irrefletido de sua força ou de sua fraqueza. Nunca está igualmente repartido, em seu duplo sentido, entre duas tropas que se defrontam: uma tem *confiança* e a outra *terror*; e o terror de uma está sempre em proporção à confiança da outra.

* * *

Antes de terminar cabe-me ainda falar sobre a *hierarquia* que dimana das funções do Comando como elemento ativo da disciplina.

Assistimos há quase um século ao espetáculo da insuficiência e da fragilidade de todas as superioridades que dão *sorte do nascimento, da riqueza, da tradição, da ordem social*; vimos, ao mesmo tempo, em todas as estadias e carreiras da sociedade, uma multidão de indivíduos elevar-se a tomar lugar no pináculo pelo único poder de espírito, do caráter, do saber e do trabalho reunidos.

Ao lado das tristes e más impressões que suscita nas almas esta perturbação violenta e contínua das situações e das existências, há uma grande lição moral, a *convicção de que o homem vale sobretudo por si, e que de seu valor pessoal depende inteiramente seu destino e o da sociedade*.

Vivemos uma nova era da evolução da Humanidade — a era dos mais capazes.

E assim, o talento de julgar os indivíduos e empregá-los segundo suas capacidades é uma das mais importantes qualidades que deve possuir um chefe, cuja glória depende unicamente, muitas vezes, da maneira como se executam as ordens dele emanadas.

"É governar maravilhosamente o saber escolher e aplicar segundo seus talentos a gente que nos é subordinada" — dizia Fenelon.

* * *

Finalmente, eis-nos chegado à meta a que me propus.

Terminamos hoje a série de palestras que deveriam constituir o Curso de Aperfeiçoamento de Direção e Comando. Nelas observastes que esta nobre missão de dirigir almas ou de conduzir uma organização aos seus reais propósitos se fixa em princípios cristalinos feitos de verdade, de obediência, de saber, de imaginação, de espiritualidade, de bondade, de equidade e de justiça.

Estou certo que os haveis compreendido bem, mas isto não basta. Deveis meditá-los e sopesá-los no recesso de vossa alma e lembrar-vos sempre que "aquêles que exigem a obediência cega para ter somente a vã satisfação de ser obedecido não sabe comandar nem é digno do comando".

Para assim pensar não é preciso folhear Salomão; basta meditar sobre o ponderado dizer de La Bruyère quando falava do mérito pessoal: "Quem pode, escreveu ele, com os mais raros talentos e méritos evidentes, deixar de convencer-se de sua inutilidade ao considerar que, morrendo, deixa um mundo que não tenha sentido a sua perda e onde tanta gente existe para substituí-lo".

É êste o estado de alma que orienta a prestação de contas que ora vos chamado a dar-vos, encerrando a parte teórica dêste curso.

Foi sopesando maiores responsabilidades que me apresentei perante vós, vindo assim a esta tribuna quem dela deveria fugir se outro escopo não visasse senão o de procurar ser útil pela sua atividade onde quer que a solicitem, como é obrigação de todos quantos não desejam viver improdutivamente.

Não poderá haver progresso possível, nem aperfeiçoamento realizável, não haverá ordem ou edifício social que se mantenha, se dominarem os *fundibulários* — os que destroem sem construir, os que agrilhoam, os que não respeitam convicções alheias, os que só se agitam para destruir, pela catapulta da palavra intemperante, a ação lenta dos que veementemente labutam na colmeia humana.

A INSTRUÇÃO DO FAIBRÁS NA REPÚBLICA DOMINICANA

INSTRUÇÃO DE OPERAÇÕES EM SELVA E GUERRILHA

Do livro "A Experiência do FAIBRÁS na República Dominicana" do Gen Bda CARLOS DE MEIRA MATTOS e seus oficiais.

1. Generalidades

a) Finalidade

Aprimorar os conhecimentos profissionais dos quadros e adestrar a tropa da Brigada Latino-Americana em missão na República Dominicana.

Capacitar os quadros no planejamento e treinamento de Operações em Selva e Guerrilha, pela atualização de conhecimentos desse tipo de Operação Especial.

Realizar o treinamento especializado da tropa, fazendo-a assimilar os conhecimentos básicos indispensáveis à adaptação do combatente ao tipo de Operação.

Nivelar esse tipo de Instrução no âmbito da Brigada Latino-Americana.

b) Conceito doutrinário

- Durante a guerra passada verificou-se que os princípios básicos do combate eram verdadeiros quando aplicados a operações nas selvas, mas que as dificuldades de terreno, visibilidade e clima dificultam de tal modo o Comando, a manobra, o apoio de fogos, os suprimentos e a evacuação, que a aplicação destes princípios deve ser adaptada às limitações impostas por estas dificuldades.
- A dificuldade de movimento encontrada nas regiões de selva densa obriga a utilização das águas costeiras e dos cursos de água para a progressão rápida.
- O combate nas selvas é fundamentalmente uma luta de pequenas unidades de infantaria que operam contra o inimigo em pequenos compartimentos.
- O perigo das emboscadas é permanente, pois as poucas condições de visibilidade, os terrenos íngremes e os precipícios se sucedem.

- As tropas que, pela primeira vez, são conduzidas a uma região de selva tropical, expostas a um clima com o qual não estão acostumadas, ficam sujeitas às doenças peculiares à região. Um conhecimento geral desenvolvido dos fundamentos de higiene pessoal, de medicina preventiva e de proteção individual contra plantas tóxicas, insetos nocivos, répteis venenosos, é indispensável ao combatente para enfrentar o ambiente adverso das selvas.

Exércitos têm sido derrotados e campanhas perdidas em consequência de doenças peculiares à selva.

- A rudeza das operações exige Comandantes de valor excepcional. Os Oficiais e Graduados devem possuir iniciativa, audácia e determinação.
- Com base nestas considerações a nossa Instrução foi dividida em quatro grandes grupos: Sobrevivência, Orientação, Patrulhas e Emboscadas e Pista de Reação. O programa geral de treinamento dos quadros e da tropa foi organizado da maneira como veremos adiante.

2. Características da área de exercício

a) *Extensão, largura e profundidade*

A região selecionada possui uma área de 100 km², com uma largura de 10 km e uma profundidade de 10 km. Foi a que melhores condições reuniu para a finalidade requerida pelos seguintes motivos:

- Proximidade de nossas bases.
- Vegetação densa e variada.
- Boas estradas de acesso.
- Posição relativamente central.
- Água próxima, embora em pequena quantidade.
- Bom local de instrução.
- Local favorável à instalação da Estação de Rádio.

b) *População local*

Residem na área, aproximadamente, 30 famílias quase todas de extrema pobreza, que vivem dos recursos locais, que são escassos.

Receberam-nos bem, sem quaisquer hostilidades, procurando sempre mostrar simpatia e trazendo recursos naturais, os quais foram obtidos por troca ou compra.

Alguns moradores fizeram amizade com o nosso pessoal, tendo alguns deles insistido em nos presentear com frutas da região.

Para auxiliar a população local foi elaborado pela Força Interamericana de Paz, um Plano de Ação Cívica com o objetivo de inspi-

rar a confiança e o respeito nas instituições democráticas, estimular a participação local e elevar, continuamente, a imagem e o espírito de cooperação da FIP.

Dentro deste espírito o Grupamento de Fuzileiros Navais construiu uma pequena escola na região do exercício.

Um dos médicos do I/RESI, auxiliado pela equipe de enfermeiros que acompanhava permanentemente a tropa em exercícios, prestava assistência médica diária aos moradores locais.

Aproveitou-se, até, para ensinar algumas noções de Ordem Unida e esportes aos meninos que acompanhavam permanentemente os nossos passos.

c) Características gerais da região

- Terreno montanhoso, com algumas subidas íngremes e superfícies rochosas.
- Vegetação variada, não permitindo deslocamento de veículo através do campo.
- O movimento a pé é difícil e lento, fora das estradas.
- Há estradas que cortam a Região, que servem para viaturas até 3/4 de toneladas.

d) Recursos naturais

a — Água: é escassa, necessitando purificação.

O rio mais próximo, que banha a região de Santa Maria, é o Ningua.

A cerca de 15 minutos de viatura, pode-se conseguir água para beber e banhar na Região denominada La Toma, onde há, inclusive, um balneário municipal.

— Alimentos:

Frutas — Durante as jornadas do 2º Contingente, eram escassas por estarem fora da estação. O 3º Contingente foi mais feliz, pois encontrou fartura de limas, limões, abacates, cocos, jenipapos, cajus, abacaxis, maracujás, bananas, cana-de-açúcar e mangas. É interessante ressaltar a fertilidade do solo, pois todas as frutas são de grande porte e as fruteiras crescem viçosas nos mais variados lugares, muitos dos quais impróprios para qualquer cultura.

Vegetais — Alvim, em pequena quantidade (yuca).

Animais e insetos — Não há caça na região. Pode-se conseguir alguma carne fresca, recomendando-se a compra ou a troca com a população local, pelo estado de extrema pobreza em que vive. Não há animais de grande porte. Formigas, cobras e mosquitos são raramente encontrados. Há um aracnídeo, o mais perigoso da região — trata-se da "Tarântula" ou "Araña Pollito" cuja picada resulta, segundo nos informaram moradores da área, em febre alta, inchação violenta, dor intensa, por 15 dias aproximadamente, se não houver tratamento. Seu tamanho chega, às vezes, ao dobro de uma caixa de fósforos comum.

3. Material necessário

Para a montagem do exercício, além do material individual, são necessários os seguintes meios utilizados no treinamento de cordas e na Pista de Reação:

Pita branca para balizamento do itinerário da pista....	5.000 m
Corda de sisal de 1/4"	50 m
Corda de sisal de 7/8"	400 m
Corda de sisal de 1"	350 m
Mosquetão para escalada	4
Fatixa para escalada	4
Roldana ou carretilha para o boneco de reação	2
Rêde de abordagem	1
Acionador de descompressão	4
Espolêta para acionador	150 por Cia
Boneco de reação	2 por Cia
Tabuletas indicativas de área gasada	6
Bobina DR8 com cabo WD-1/TT	1
Telefone TA 1/PT	1
Bússola	1
Tabuletas indicativas de campo minado	6

4. Pessoal participante

a) Equipes de Instrução

Foi organizada uma Equipe de instrutores de monitores composta de:

1 (um)	Instrutor Chefe — Cap do I/RESI (Brasil)	
4 (quatro)	Instrutores	{ um Cap (Paraguai) um Cap (Nicarágua) um Ten (Fzo Nav Brasil) um Ten (I/RESI, Brasil)
4 (quatro)	Monitores	} um Sgt (Paraguai) três Sgts (Brasil)

Missão: planejar, organizar e coordenar a Instrução Especial — Sec. de Op. em Selva e Guerrilha — no âmbito da Bda. LA.
 Ministrar a Instrução Básica desse assunto aos Quadros da Bda. LA. — Elaborar a documentação indispensável à instrução.

Cada Subunidade indicou 2 Oficiais para receberem Instrução Especial com a Equipe da Brigada Latino-Americana, ministrando-a posteriormente no âmbito de suas Companhias.

b) Executantes

Executaram este tipo de Operação Especial todas as Subunidades da Brigada Latino-Americana dos 2º e 3º Contingentes com o máximo de seus efetivos.

5. Execução

A Instrução foi dividida em quatro grandes grupos, que abrangem os assuntos básicos a abordar, dentro do seguinte espírito:

— *Sobrevivência* — Dar ao combatente a base para transformar, pelos conhecimentos adquiridos, a selva em sua aliada. Ambientá-lo às condições de clima e peculiaridades naturais da região; dar-lhe rusticidade e resistência física.

Capacitá-lo a seguir as regras de sobrevivência em proveito próprio e da tropa em conjunto.

— *Orientação* — Exercitar o combatente na prática da orientação diurna e noturna, pelos diversos processos usados na selva.

— *Patrulhas-Emboscadas* — Ministrar conhecimentos básicos sobre a emboscada e contra-emboscada.

Realizar a prática até o escalão Pelotão, no terreno.

— *Pista de Reação* — Submeter o combatente ao percurso, em terreno acidentado, de uma pista, com incidentes, a fim de testá-lo nas diversas situações, observando as reações individuais.

a) Instrução da Tropa

— *Organização* — Em uma 1ª Fase as Subunidades tiveram Instrução Especial com seus Quadros, no Acampamento, sobre os conhecimentos básicos das Operações em Selva.

Em seguida, numa 2ª Fase, realizaram o exercício no terreno, aplicando os conhecimentos adquiridos.

— *Duração* — 1ª Fase: preparativo de 1 semana, anterior à aplicação

2ª Fase: aplicação de 5 (cinco) dias.

b) *Distribuição do tempo* — 1ª Fase: meia jornada diária; 2ª Fase: tempo integral, 5 (cinco) dias.

— Programa geral de treinamento

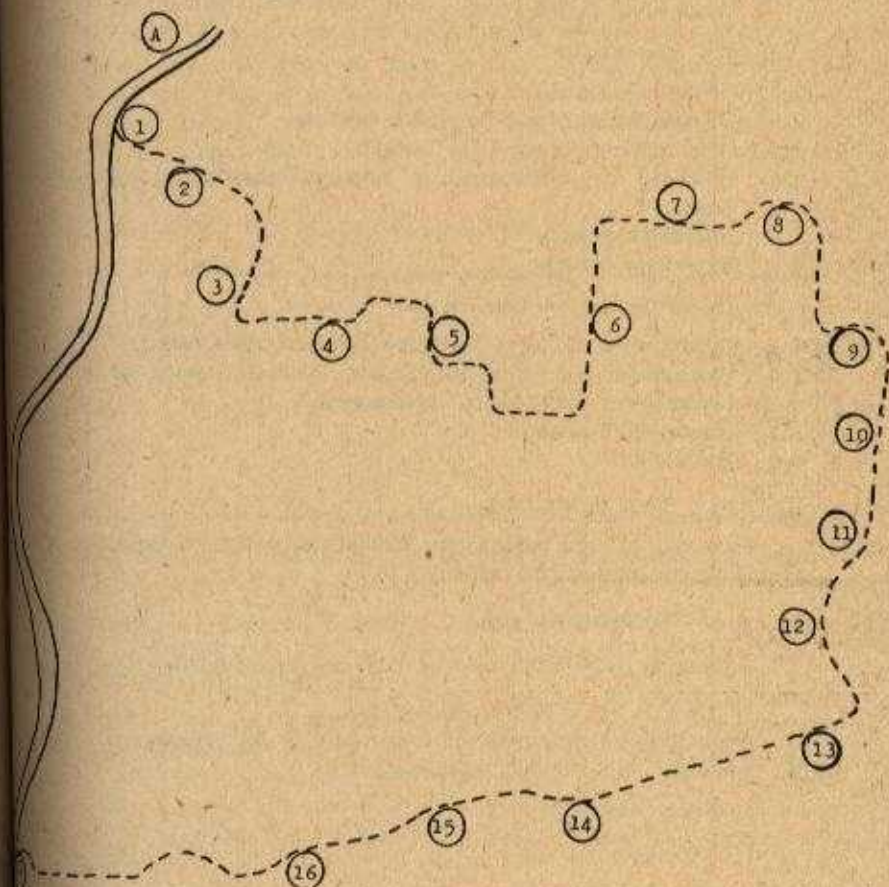
“(1). Sobrevivência

1. Os trópicos. Clima. Efeitos sobre o homem. Cuidados com a saúde.
2. Abrigos na Selva: construídos com recursos artificiais e usando o poncho, meia barraca, equipamento individual. Uso do facão de mato. Segurança.
3. Água e alimentação. Busca e escolha de alimentação. Preparo de uma refeição. Etapa mínima de sobrevivência.

DIAS	D	D + 1		D + 2		D + 3		D + 4	
		Pelotões A e B 2. Orientação: Ass 1.2 Exercício 2.5	Pelotões C e D 1. Sobreavaliação: Ass 1.1 1.3 1.4 1.5 Preparação de uma refração	Pelotões A e B 1. Sobreavaliação: Ass 1.1 1.3 1.4 1.5 Preparação de uma refração	Pelotões C e D 2. Orientação: Ass 2.1 2.2 2.4 Exercício 2.5	Pelotões A e B 3. Patrulhas e emboscadas Ass 3.1 3.2 3.3 Exercício 3.4	Pelotões C e D 3. Patrulhas e emboscadas Ass 3.1 3.2 3.3 Exercício 3.4	Pelotões A e B Pista de Refração	Pelotões C e D 3. Patrulhas e emboscadas Ass 3.1 3.2 3.3 Exercício 3.4
Manhã	Toda a Cia 1. Sobreavaliação: Ass 1.2								
Tarde									
Noite	Ambientação às condições do terreno à noite	2. Orientação: Assunto 2.3 Exercício 2.5			2. Orientação: Assunto 2.3 Exercício 2.6				

Fim do exercício
Retorno ao acampamento

14. Plantas e animais. Plantas e animais venenosos. Cobras: identificação e precaução.



A - Recepção

1 - Entrega Msg. Senha e Contra-Senha

2 - Material inimigo abandonado

3 - Fulsa baiana

4 - Ferido amigo

5 - Feteixa

6 - Boneco de Reação

7 - Comando "Crawl"

8 - Morto inimigo

9 - Sentinela amiga

10 - Área gasada

11 - Telefone

12 - Armadilha (fôssco)

13 - Orientação

14 - Rede de Abordagem

15 - Campo minado

16 - Mat inimigo abandonado com armadilha

17 - Rappell

18 - Relatório final

B - Reorganização

- 1.5. Primeiros socorros.
- 1.6. Uso de cordas; conhecimento e prática de nós; transposição de obstáculos usando cordas.

(2) Orientação

- 2.1. Orientação na Selva.
- 2.2. Orientação diurna pelo sol e bússola.
- 2.3. Orientação noturna pela bússola.
- 2.4. Processo de deslocamento: homens, bússola, direção e passo duplo.
- 2.5. Exercício diurno.
- 2.6. Exercício noturno.

(3) Patrulha — Emboscadas

- 3.1. Organização de uma Patrulha de Reconhecimento.
- 3.2. Organização de uma emboscada. Características de um local favorável à emboscada. Montagem.
- 3.3. Contra-Emboscada.
- 3.4. Exercício.

(4) Pista de Reação

Percurso de uma pista, com incidentes, a fim de aquilatar a instrução e procedimentos individuais.

(5) Treinamento físico

Educação física, com esforço nos exercícios de braços e pernas.

— Quadro de Trabalho no Terreno

Atendendo ao programa do item anterior foi organizado o Quadro de Trabalho, em seguida apresentado.

— Pista de Reação

(1) Croquis

(2) Desenvolvimento — Os dias D+3 e D+4, de acordo com o Quadro de Trabalhos, são destinados à execução da Pista de Reação e à Prática de Patrulhas e Emboscadas. Assim é que em cada um desses dias, enquanto 2 Pelotões estão praticando este exercício, os outros 2 executam aquele, sendo que um pela manhã e outro à tarde. Vejamos a seguir todo o desenrolar da Pista de Reação.

O Pelotão é conduzido pelo seu Comandante até as proximidades do início da pista, onde é recebido pelo Instrutor. Neste local a fração é orientada sobre o modo de como seguir o itinerário; como reconhecer quem é "amigo" ou "inimigo"; todo o inimigo terá uniforme diferente para melhor identificação; todo o deslocamento deve ser feito com o máximo de atenção, pois tudo pode acontecer desde o primeiro ao último minuto do itinerário; todos, a partir daquele momento, desempenharão a função de mensageiro.

A seguir os capacetes são numerados e o número um é chamado ao posto de início da pista.

Aí receberá senha, contra-senha e uma mensagem para ser decorada em 5 minutos e transmitida verbalmente no final do percurso.

Seu número, nome, hora de saída, n. do capacete, Companhia e Batalhão são anotados e ao término dos 5 minutos ele entra na pista, sendo anunciado com um megafone para que os verificadores dos incidentes, que estão escondidos e com uniforme camuflado, tomem conhecimento.

Os dados acima são anotados numa ficha cujo modelo é:

Nº de Ordem	Posto ou Graduação	Número	Hora	Nome	Cia	Btl	Obs.

O intervalo entre a saída de um e outro elemento para executar a pista é de 10 minutos.

Alguns metros além da partida o executante encontra o primeiro incidente constituído de alguns objetos abandonados (equipamento, armamento, ou algo semelhante).

De acordo com as instruções recebidas antes da partida, todos os objetos abandonados devem ser tratados como pertencentes ao inimigo. Sua conduta correta será examiná-los atentamente à procura de algo que os identifique e memorizá-los. Não deve tocá-los, se o fizer, só abrigado e com uma vara longa para evitar os efeitos das armadilhas.

Prosseguindo a sua marcha defronta-se com uma ravina que deve ser transposta, aproveitando a "Falsa Balana" aí montada.

Vencido este obstáculo encontra mais adiante um soldado ferido. Com cautela deve se certificar de que o ferido é amigo. Usará então o seu curativo, caso o ferido não o possua, fazendo uso de seus conhecimentos de Primeiros Socorros. Deve também se informar de quem se trata (n., nome e unidade) e como foi ferido. Nessa ocasião receberá uma mensagem verbal que deverá ser transmitida no final do percurso.

Continuando a sua marcha encontrará um barranco para ser galgado por intermédio de uma fiteixa. Após galgar o barranco deverá lançar a fiteixa para o sopé do mesmo, conforme indicação da tabuleta aí colocada.

Logo após, mal feito do esforço despendido, é atacado pelo boneco de reação que lhe cai em cima. Observa-se, então, como usa a baioneta ou a faca de trincheira.

Se por falha do operador, o boneco cair fora do alcance da baioneta ou faca de trincheira, o FAL deve ser apontado com o objetivo de atirar sobre o inimigo.

Derrotado o boneco, o executante, seguindo a trilha, depara com outra ravina onde ele encontra uma corda esticada no vão. Esta será transposta pelo processo da "Preguiça" ou do "Comando Crawl". Este último deve ser o escolhido por ser o menos cansativo.

Transposta a ravina encontra novo incidente. Um boneco atravessado no itinerário, figurando um inimigo morto. O mesmo procedimento usado para os objetos abandonados é posto em prática. O inimigo deve ser removido do seu primitivo local com o uso de uma vara longa ou um cordel, se o executante o tiver. Este procedimento tem em vista evitar a ação das armadilhas. Em seguida os bolsos do inimigo devem ser revistados. Há uma mensagem num dos bolsos do morto que deve ser decorada.

Mais adiante, em outro incidente, uma sentinela barra-lhe os passos. Esta, dizendo a senha deve receber a contra-senha. Uma vez identificado como amigo recebe ordem de avançar. A sentinela está instruída para tentar entabular uma conversa com o executante. Este não deve dar ouvidos e prosseguir sua marcha.

O próximo incidente é uma área gasada caracterizada por placas colocadas no terreno. Neste momento deve ser usada a máscara contra gases, que será retirada após a transposição da zona.

Um telefone abandonado é encontrado a seguir. Deve ser examinado sem ser tocado. A existência de linhas deve ser observada.

A seguir, exatamente sobre a trilha, existe um fôssco camuflado. Este é feito de tal forma que um indivíduo atento perceba a sua existência.

Alguns metros adiante o balizamento da pista é interrompido e, neste ponto, há uma bússola sobre uma prancheta. Fixado à prancheta um cartaz que indica um azimute e o n. de passos duplos que, se forem tomados corretamente, conduzirão o executante novamente ao balizamento.

Outra vez na trilha, o próximo obstáculo será uma rede de abordagem que deverá ser transposta.

Superada mais esta dificuldade uma série de tabuletas com dizeres "MINAS" caracterizam o próximo incidente. Não sendo permitido o desbordamento, o FAL com a baioneta calada tem que ser usado. Espetando o sabre com toda cautela, à procura de uma passagem no solo, o elemento vai demarcando os locais onde deverá pisar para ultrapassar o campo minado.

Depara nôvo grupo de objetos inimigos abandonados, desta vez armadilhado, com um acionador e espoleta, constituindo o penúltimo incidente.

Finalmente o último obstáculo: um barranco íngreme, de aproximadamente 20 m, deve ser descido por uma corda, usando-se o processo de "Rappell".

Terminada a pista o executante se apresenta a um monitor que figura a autoridade a quem deveria ser transmitida a mensagem inicial. Este monitor anota a hora de chegada, determina ao mensageiro que faça um relatório verbal de tudo que se passou no transcurso da pista e verifica a correção da mensagem inicial, anotando tudo que vai sendo lembrado.

Nesta ficha será dado o grau 1 ou 0, conforme o fato seja lembrado ou não. Para a msg de saída, o grau variará de 0 a 5 e para a do ferido variará de 0 a 3, conforme a correção do texto recordado.

Em todos os incidentes da pista há um monitor que observa o executante registrando sua conduta e atitude diante da situação encontrada.

Para se apurar o resultado final e transformá-lo em menção usa-se a seguinte ficha:

POSTO Nº..... ()

Dia...../...../.....

Nº de Ordem	Hora	Concelto			Observações
		0	$\frac{1}{2}$	1	

1. Resultados obtidos

Somente os 2º e 3º Contingentes executaram este tipo de Operação, pois o 1º não teve tal oportunidade, devido à tensão inicial da situação e aos combates travados na República Dominicana. Vemos, pois, as observações sobre o treinamento de cada grande grupo.

a) Sobrevivência

O resultado desta instrução foi muito bom, de vez que trouxe conhecimentos básicos ao soldado sobre aspectos por vezes completamente desconhecidos de muitos.

O preparo obrigatório de refeições pelo soldado mostrou que alguns nunca fizeram uma fogueira para cozinhar algo. No combate a guerrilheiros, nem sempre é possível deslocar as cozinhas, daí o próprio combatente ter de prover a sua alimentação.

As noções sobre higiene e conhecimento de animais venenosos (répteis, aracnídeos etc.) bem como as medidas de primeiros socorros foram bastante úteis.

A tropa, de modo geral, aprendeu os ensinamentos deste aspecto da Instrução, com facilidade.

b) Orientação

Nesta Instrução o resultado pode ser considerado bom. Observou-se uma sensível melhora no desempenho do 3º Contingente, o que deve ser fruto de uma maior e melhor preparação destes elementos. Sentimos, todavia, a falta de bússolas, pois há necessidade de, pelo menos, uma bússola para cada grupo de dois instruendos.

c) Patrulhas, Emboscada e Contra-Emboscada

Um rendimento muito bom, neste aspecto, foi conseguido, com a tropa da Brigada Latino-Americana.

As Instruções Teóricas, em sala, o planejamento, reconhecimento e escolha de posições favoráveis, a montagem de emboscada, tiveram grande receptividade por parte dos Quadros e tropas.

Foi realizado o treinamento no escalão GC e Pelotão, no sistema de rodízio, passando toda a tropa, tanto na realização de Emboscada como na Contra-emboscada.

A observação dos instrutores foi unânime em aquilatar a aptidão da tropa para este tipo de combate.

Lamentamos apenas a impossibilidade de utilizar munição de festim para maior motivação da instrução. Sempre que um Pelotão era considerado emboscado, o exercício era interrompido e feita a crítica. Isto impossibilitava uma observação mais detalhada das ações do Pelotão.

N. de ordem
Hora
Senha e coo- tra-senha
MSG de saída
MSG do ferido
MSGT do morto
FB
FAT
C. C.
Rêde
abordagem
RAPPEL
Gás
Minas
Sem armadilha
Com armadilha
Boneco
Sentinela
Telefone
Orient.
Póssio
Observações

Subunidade

FICHA MODELO 2

Plata de Reação — (Conceito final)

N. de ordem	Pôsto ou graduação	N.
	NOME	
	Atitude	
	Pôsto n. 2	
	Pôsto n. 3	
	Pôsto n. 4	
	Pôsto n. 5	
	Pôsto n. 6	
	Pôsto n. 7	
	Pôsto n. 8	
	Pôsto n. 9	
	Pôsto n. 10	
	Pôsto n. 11	
	Pôsto n. 12	
	Pôsto n. 13	
	Pôsto n. 14	
	Pôsto n. 15	
	Pôsto n. 16	
	Pôsto n. 17	
	Pôsto n. 18	
	Tempo	
	Senha e contra-senha	
	Mensagem	
	N. de pontos	
	MENÇÃO	

d) *Pista de Reação*

A Pista de Reação, executada pela maioria, pela primeira vez, foi um dos exercícios no campo, que melhor rendimento ofereceu. O homem é submetido a situações várias, inopinadas, em que se verifica sua presença de espírito, rusticidade e resistência física, capacidade de percepção, grau de instrução tática individual e outras reações.

Os resultados globais da Pista de Reação mostram um equilíbrio entre os Batalhões da Brigada Latino-Americana.

2º Contingente:

I/RESI: 1ª Cia Fzo

MB	— 7 —	7%
B	— 49 —	46%
R	— 42 —	39%
I	— 9 —	8%

Total: 107 homens

2ª Cia Fzo

E	— 1 —	1%
MB	— 4 —	4%
B	— 30 —	29,5%
R	— 32 —	31,5%
I	— 25 —	34%

Total: 102 homens

I/RESI: 3ª Cia Fzo

MB	— 4 —	2%
B	— 36 —	30%
R	— 45 —	37%
I	— 37 —	31%

Total: 122 homens

Cia C e Sv

MB	— 3 —	4%
B	— 47 —	54%
R	— 16 —	18%
I	— 21 —	24%

Total: 87 homens

Resultado Global: E — 1

MB — 18

B — 162

R — 135

I — 102

Btl Fraternidad

Cia FN (Brasil)

MB	— 3 —	3,5%
B	— 29 —	34,5%
R	— 35 —	41,7%
I	— 17 —	20,3%

Total: 84 homens

PARAGUAI

MB	— 4 —	4%
B	— 43 —	41%
R	— 53 —	51%
I	— 4 —	4%

Total: 104 homens

NICARAGUA

MB	—	0	—	0%
B	—	46	—	47%
R	—	35	—	36%
I	—	16	—	17%

Total: 97 homens

HONDURAS

MB	—	3	—	2%
B	—	42	—	34%
B	—	50	—	38%
I	—	34	—	26%

Total: 129 homens

Resultado Global: E — 0

MB — 10

B — 160

I — 101

B. CONTINGENTE

I/RESI: 1ª Cia Fzo

MB	—	9	—	8,6%
B	—	70	—	6,7%
R	—	24	—	22,8%
I	—	2	—	1,9%

Total: 105 homens

2ª Cia Fzo

MB	—	6	—	6,92%
B	—	54	—	61,36%
R	—	28	—	31,82%

Total: 88 homens

3ª Cia Fzo

MB	—	9	—	8,11%
B	—	65	—	58,56%
R	—	36	—	32,43%
I	—	1	—	1,9%

Total: 111 homens

Resultado Global: E — 0

MB — 24

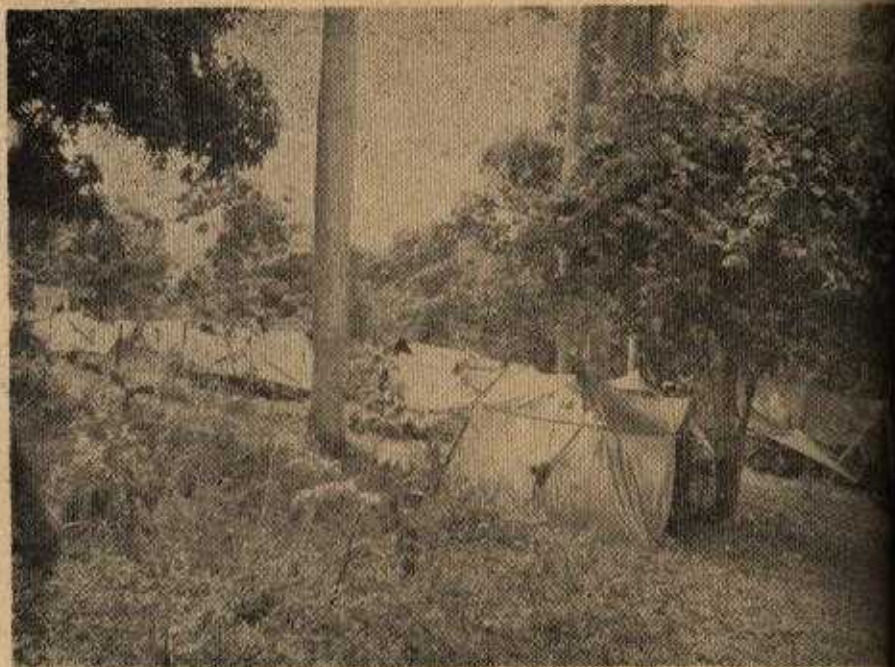
B — 189

R — 88

I — 3

1. Conclusão

O estágio de Operações em Selva e Guerrilha foi uma experiência nova para a maioria dos executantes. Teve grande receptividade ao selo da Brigada Latino-Americana e foi de real proveito para todos. Serviu para testar a iniciativa, audácia e determinação da tropa e o valor excepcional dos nossos Comandantes de pequenas unidades, que demonstraram uma perfeita adaptabilidade às diversas missões, suportando as mais árduas intempéries e prolongado desgaste físico.



Aspecto de um acampamento na área de instrução, vendo-se as barracas armadas com a utilização da tenda-poncho impermeável



Visão geral da área de instrução de operações em terra e marítimas



Casobres existentes na área de instrução



"Tarântula" ou "Araña Pollito"



No exercício de sobrevivência na selva cada instruído aprende a preparar a sua própria alimentação, utilizando-se, tanto quanto possível, dos recursos da floresta



Soldado do I/RESI na "entrada" da Pista de Reação, recebe do seu instrutor a orientação sobre o itinerário a seguir



"Falsa Balana"



Identificação do ferido



Utilização da feteixa para galgar



Transposição de uma ravina profunda por meio de uma corda e pelo processo do "Comando crawl"



Procedimento ao encontrar um inimigo morto



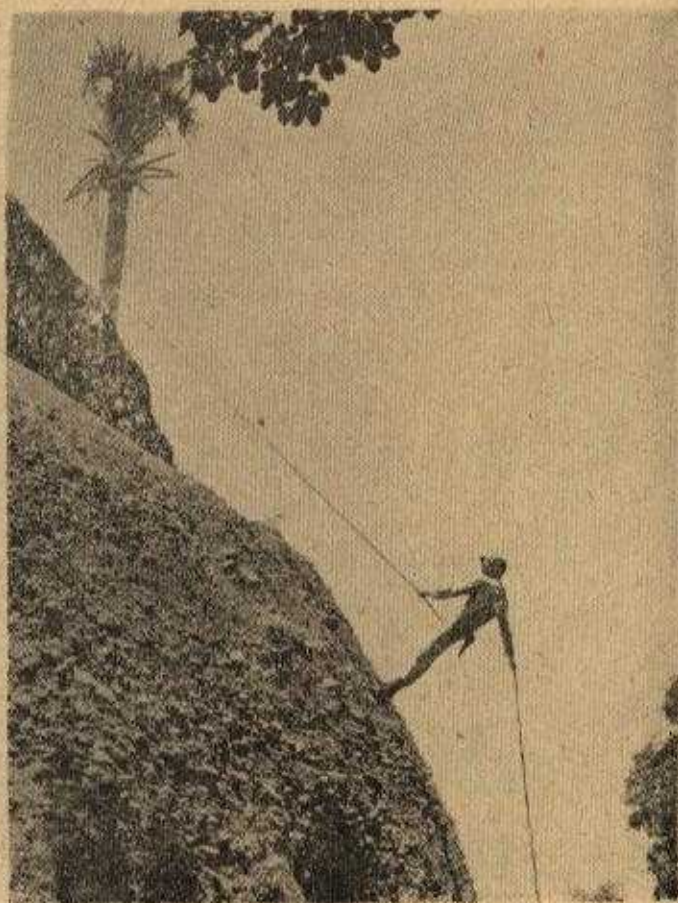
Transposição de uma zona gasada



Orientação pela bússola



Transposição da rede de abordagem



Descida pelo processo de "Rappel"

A INFANTARIA MODERNA E OS CARROS DE COMBATE

Ten-Cel Inf (QEME)
RICARDO FERNANDES
(Instrutor da ECEME)

I — INTRODUÇÃO

1. A não participação mais efetiva e global de comandos e tropas brasileiras na condução e na realização de operações nas guerras mais recentes, em que pèse a presença marcante da FEB na Europa; nossa mentalidade pacifista e, de certo modo, antimilitarista; nossas condições políticas e econômicas; a formação militar dos nossos oficiais, que provoca, com frequência, distorção do verdadeiro espírito de arma — são esses alguns dos fatores que nos vêm conduzindo a uma visão deformada do problema da organização e emprego dos meios de combate e à parcialidade na apreciação e análise dos fatos históricos e dos textos regulamentares.

2. A reestruturação do Exército Brasileiro, particularmente no que tange às armas e serviços, com suas missões, organização e dotações, deve merecer, portanto, um processamento e atendimento racional, alheio a paixões e a opiniões retrógradas ou incorretas, inspiradas na conjuntura nacional e internacional e, sobretudo, enquadrado no verdadeiro sentido de Segurança, tão mal compreendido pelo nosso povo, olhado com descaso por nossas elites e, por vezes, mal definido e mal defendido por nossos homens públicos.

Entre os muitos problemas, especial atenção deve merecer o da Infantaria Moderna e os Carros de Combate que lhe são orgânicos, talvez o mais sensível de todos e para o qual chamamos a atenção, sem idéia de abrir polêmica, mas, apenas, de oferecer uma contribuição ao trato da questão.

II — DESENVOLVIMENTO

1ª Parte — Existência de Grandes Comandos e de Grandes Unidades Blindadas e de Carros de Combate na Divisão de Infantaria

1.a. A fim de justificar a inexistência de elementos de carros de combate na arma de infantaria, no escalão divisionário, os partidários desta opinião citam Guderian:

— "Parecia-me um erro incluir carros de combate nas divisões de infantaria: o que precisávamos era de divisões

blindadas, as quais disporiam de tôdas as armas de apoio necessárias para permitir aos carros de combate o seu máximo padrão de possibilidades."

- "Concluiu-se que a sugestão de dividir os meios blindados entre as Divisões de Infantaria não é mais que um retôrno às primeiras idéias inglesas de 1916/17, que resultaram sempre em fracassos, porque os carros ingleses não tiveram sucesso senão quando foram empregados em massa, como em Cambrai."
- "Lamentei profundamente esta pulverização de nossas unidades motorizadas e blindadas..."
- "... uma absoluta concentração de nossas limitadas forças em grandes unidades — em Divisões, para maior clareza e a organização destas em tropas Panzer seria, provavelmente, o único recurso para compensar a inferioridade..."

No entanto, as sentenças acima não estão completas. Elas tomam forma e expressam um verdadeiro e conclusivo sentido, quando outras a elas se juntam e, então observa-se que Heinz Guderian distinguia perfeitamente os Grandes Comandos e Grandes Unidades Blindadas das unidades de carros de combate das Divisões de Infantaria e mais: apresentava uma solução, quanto aos blindados, para uma nação carente de recursos.

b. Antes, deveríamos verificar como as nações, com experiência positiva de combate, vêem o problema, através de seus manuais e suas organizações.

As potências militares mundiais, com a citada experiência positiva, distinguem os blindados de duas formas:

- os que se constituem em unidades e grandes unidades distintas, com missões definidas de uma Arma (Blindados)
- e aqueles orgânicos das divisões de infantaria.

Para a primeira concepção vale transcrever alguns tópicos das instruções que, com o valor de ordem para todo o exército russo, foram baixadas pelo "Marechal Chefe das Forças Mecanizadas e de Carros de Combate e Assistente do Comandante da Defesa", Marechal Fedorenko, a respeito do "emprego de formações blindadas por QG de Grupos de Exércitos e Generais Comandantes de Exército e Corpos Blindados":

- "1. O corpo blindado é uma unidade básica e será reservado à execução de missões estratégicas.
3. Fica proibido colocar o corpo blindado sob o comando de exércitos e desmembrá-lo com a finalidade de reforçar a infantaria. Um corpo blindado, empregado na área de um exército, operará em combinação com esse exército enquanto durar a operação prevista, mantendo simultaneamente contato com o grupo de exércitos".

Estas premissas coincidem, em traços gerais, com os manuais de campanha de blindados dos exércitos dos Estados Unidos, da Alemanha Ocidental e da Grã-Bretanha, com a literatura da última guerra daqueles que mais tiveram oportunidade de empregar blindados em larga escala e, mais ainda, com o que declararam Fuller, Liddel Hart, Martel, Patton e outros, entre os quais o próprio Guderian.

Há, pois, duas questões a examinar. A primeira é: "Devem os carros de combate ser retirados das grandes unidades blindadas e distribuídos entre as unidades de infantaria, reforçando-as ou integrando-as". A essa "pulverização" de meios orgânicos das GU blindadas e específicos da arma blindada é que se opõem, com veemência, os especialistas em blindados. O outro ponto é: "Devem as GU de infantaria dispor de carros de combate orgânicos?". Não vemos como se possa, de boa fé, considerar como válidas para esta indagação as respostas dadas para a primeira. A resposta à segunda questão só pode ser: SIM!

c. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Rússia e a Alemanha Ocidental possuem, em suas GU de infantaria, unidades de carros de combate. Estas unidades de carros, valendo-se de seu armamento (fogo), proteção blindada, ação de choque e mobilidade, podem ser empregadas para:

- cerrar sobre o inimigo, abrir brechas ou cooperar no alargamento dessas, ou sobrepassar as primeiras linhas inimigas, a fim de, atingindo rapidamente a retaguarda da posição defensiva, impedir ou dificultar a ação da reserva oponente, causar pânico, destruir instalações de comando, de comunicações e outras, facilitando a ação da infantaria que apóia;
- proteger o avanço da infantaria:
 - cooperando na destruição das armas anticarro e dos carros de combate inimigos;
 - neutralizando ou destruindo as posições de armas automáticas e
 - investindo sobre as posições de bateria, em profundidade;
- opor-se, com maior vigor, a contra-ataques, particularmente de carros de combate;
- cooperar na ruptura da posição inimiga e conquistar acidentes capitais do terreno à retaguarda do objetivo fixado para as tropas de infantaria, a fim de cercar, cortar a retirada das forças oponentes e evitar a chegada de reforços (isolamento);
- concentrar, com oportunidade de prazo e local, poder decisivo de combate em apoio à infantaria;

- explorar o sucesso e prover segurança; cooperar, por vèzes, na limpeza das posições penetradas e rompidas;
- cooperar no cêrco de localidades e no seu desbordamento;
- explorar a conquista de uma cabeça de ponte ou de praia pela infantaria;
- realizar junção com tropas de infantaria aerotransportadas ou aeromóveis;
- eventualmente, apoiar pelo fogo as ações da infantaria;
- realizar, com outros elementos da GU de infantaria, missões de reconhecimento e de segurança;
- realizar, com tropas de infantaria ou sem elas, incursões;
- proteger colunas de marcha, altos e estacionamentos;
- rápida e eficiente exploração dos efeitos das armas de destruição em massa, quando empregadas, como ação inicial para a infantaria;
- integrar ou constituir-se em Fôrças Tarefas;
- participar nas ações de defesa:
 - da Defesa Anticarro, em primeiro escalão e/ou em profundidade;
 - dos contra-ataques, particularmente nos de destruição do inimigo e de desaferamento;
 - das missões, de segurança (Fôrça de Cobertura, Pag. Pac, Segurança da Área de Retaguarda, etc.);
 - dos movimentos retrógrados, particularmente ao longo dos eixos no retraimento e no retardamento contínuo e nos contra-ataques, especialmente nos de desaferamento;
 - dos contra-ataques a fôrças aeroterrestres, de infiltração e irregulares.

Verifica-se que os carros de combate da infantaria podem, muitas vèzes, se tornar fatores decisivos, conforme circunstâncias ou situações, para as missões que são confiadas à arma que apóia — a infantaria — notadamente:

- na procura e manutenção do contato com o inimigo;
- no acompanhamento às evoluções rápidas das ações;
- na exploração das vulnerabilidades do inimigo;
- em assegurar, em tempo limitado e quando indicado pela necessidade de rapidez, o contróle de determinados acedentes capitais do terreno e
- na retomada da iniciativa.

É mister lembrar, contudo, após as assertivas acima e após tão vasta lista da aplicação dos carros de combate nas operações com a infantaria, que os mesmos não se constituem em “remédio” para tôdas as situações; basta citar, como exemplo, em outubro de 1941 em Alamein, onde, em virtude das minas, tais elementos fracassaram inicialmente; “foi a Infantaria que, de modo clássico, abriu, nas posi-

ções inimigas, a brecha que seria explorada pelos carros." Outros episódios semelhantes se repetiram na Europa, na própria África e no Pacífico e, mais tarde, na Coreia e, atualmente, no Vietnã.

Finalmente, vale reproduzirmos o seguinte pensamento: "O movimento serve para levar a tropa ao contato com o inimigo; para tal fim, pode-se usar as pernas dos soldados ou de cavalos; as ferrovias ou — recentemente — motores de automóvel ou de avião. Uma vez estabelecido o contato, o movimento é, em geral, paralisado pelo fogo adversário. A fim de se obter o relaxamento desta paralisia, o inimigo precisa, ou ser destruído, ou ser expulso de sua posição. ...

Tudo depende, em decorrência, do seguinte: ser capaz de mover-se mais depressa do que em qualquer tempo; continuar o movimento a despeito do fogo defensivo inimigo, e assim tornar difícil o estabelecimento de uma nova frente de defesa; e, finalmente, levar a ofensiva profundamente no interior do dispositivo adversário. ... Nós acreditamos que se atacarmos com carros de combate, poderemos ter uma velocidade de progressão maior do que qualquer outra anterior, e — o que é ainda mais importante, talvez, — que poderemos continuar o movimento quando se obtiver a ruptura."

A simples transcrição acima serve e vale como um complemento às afirmações até então expostas e lança a um novo campo, qual seja a mobilidade requerida à infantaria para operar com os carros que a apoiam ou que dela se servem como apoio.

2ª Parte — Existência da Infantaria Mecanizada na Divisão de Infantaria e nos Grandes Comandos e nas Grandes Unidades Blindadas

2.a. Os progressos da técnica permitem a existência de armas, viaturas e outros equipamentos, adaptáveis às injunções gerais das mais variadas áreas operacionais, dando, assim, grande flexibilidade de emprego às forças em situações diversas, em regiões diferentes e sob condições desiguais. A par disso, a maior suficiência, a simplificação e a eficiência de suprir e evacuar são outras particularidades que devem ser encaradas, para a dotação de meios modernos às forças armadas. Desta forma, a carência de vias de transporte, a falta de recursos em determinadas regiões de operações, a necessidade de progressão através do campo e, mesmo, em condições adversas (pântanos, rios, obstáculos, vegetação considerável e cerrada e orografia acentuada), agravada, por vezes, por condições climáticas ou meteorológicas desfavoráveis, devem encontrar uma resposta numa melhor eficiência do material e não no emprego de tropas equipadas e organizadas com meios antiquados, inadequados e que não apresentam as condições de mobilidade requeridas no combate moderno, que exige pronta resposta, quando não a antecipação ao inimigo.

"A constante tendência, no mundo moderno, é para maior e maior velocidade. Um Exército que deixa de manter-se em dia com essa tendência, longe de fazer progressos no sentido da modernização, está indo, firme e irrecusavelmente, para trás. ... Nada é mais im-

portante, para a futura eficiência do Exército, que a multiplicação de seu índice de mobilidade." Essa premissa "macarthurniana" enfatiza a necessidade de tornar a infantaria mais apta para o combate, dotando-a de meios não somente para se movimentar com maior rapidez, como para que o faça revestida de características de proteção e relativa ação de choque. A incompreensão dessa nova concepção de guerra e a resistência dos respectivos governos e alguns chefes militares foram a origem do fracasso dos exércitos poloneses e franceses.

b. Quando se busca a modernização não se pode admitir o emprego de carros de combate, normal e frequentemente, em conjunto com tropas a pé, a não ser em condições excepcionais. As armas devem estar "ajustadas" nas mesmas "medidas de espaço e tempo", isto é, os diversos elementos devem ser dotados da mesma mobilidade para que um complete o outro, para que um apoie, com eficiência, o outro, para que as operações tenham continuidade e segurança.

Guderian teve ocasião de verificar a procedência de suas conclusões sobre o assunto quando da aplicação, no campo prático da guerra, de uma infantaria dotada das características que acabamos de citar. Afirmou o mencionado chefe militar: "Meus estudos de história, os exercícios realizados na Inglaterra e mesmo as modestas experiências alemãs com modelos, convenceram-me de que os carros nunca poderiam dar o máximo de suas possibilidades, a menos que as demais armas em seu apoio imediato pudessem ser dotadas de um idêntico padrão de mobilidade fora das estradas. ... Evidentemente, a eficiência dos carros seria aumentada na proporção da capacidade que teriam a infantaria, a artilharia e os demais órgãos divisionários para acompanhá-los durante a evolução do combate. Queríamos veículos levemente blindados, de meia lagarta, para transporte dos infantess..."

São pensamentos que se incorporaram à doutrina de blindados de todas as potências militares; elas estenderam tais princípios e características às suas tropas de infantaria, a fim de habilitá-las ao cumprimento das mais variadas missões e firmar, em base sólida de eficiência, o indissolúvel binário: Infantaria x Carros de Combate.

III — CONCLUSÃO

1. Há duas concepções distintas de emprego e organização de tropas com carros de combate: uma, em que o carro é o elemento principal, caracterizando as unidades e grandes unidades da Arma Blindada, que têm a infantaria apoiando suas operações; e outra, em que a infantaria é a base da organização e não pode prescindir, para o cumprimento da maioria de suas missões, de carros de combate orgânicos. São duas noções diferentes, duas modalidades de emprego de armas dentro de situações indicadas e de missões definidas, tendo, contudo, num caso e no outro, os dois elementos se completando ou se apoiando. Retirar carros de combate das organizações blindadas, constituídas para missões pertinentes à Arma Blindada, para fracio-

tilos, reforçando ou integrando a infantaria, constitui um mau emprego de meios e um desvirtuamento das finalidades das unidades e grandes unidades blindadas. Por outro lado, deixar de compor as divisões de infantaria com elementos de carros de combate orgânicos, representa diminuição de sua capacidade combativa e ineficiência na exploração de suas ações. O elemento de carros de combate orgânico da Divisão de Infantaria receberá instrução em conjunto na GU, se exercitará com suas demais peças de manobra, conhecerá, profundamente, suas necessidades e características; enfim, se integrará, em todos os sentidos, nas operações divisionárias, e, assim, conhecendo, com segurança, todas as particularidades de seu combate e de sua conduta, poderá muitas vezes, ou se antecipar a uma decisão ou tomar todas as medidas, com antecedência, para cumpri-la num menor espaço de tempo e com eficiência.

2. A mobilidade não é fator decisivo na eliminação da vulnerabilidade às armas inimigas, seja em alcance ou precisão, e nem, tampouco, à velocidade de sua reação, como o era para a cavalaria até bem pouco tempo. Pelos recursos modernos, particularmente pela existência de aparelhos eletrônicos e de armas de destruição em massa, a mobilidade pode não ser um, único e eficiente anteparo, porém, a sua inexistência ou precariedade, causará maiores prejuízos, mesmo em áreas operacionais em que as armas nucleares não sejam empregadas.

Quanto aos fatores limitativos de determinados terrenos e de certas Áreas Operacionais, devemos lembrar que as selvas, os pântanos, as montanhas e a carência de recursos não são condições constantes. Tampouco se procurará, com frequência, o combate decisivo, em tais regiões, mas apenas em circunstâncias especiais e transitórias. Desta forma, as características dos espaços úteis da maioria das Áreas Operacionais e onde se vai, normalmente, buscar a decisão, devem encontrar uma resposta numa organização e dotação atual de meios, pelos êstes que devem ser de tal qualidade ou versatilidade que se adaptem às citadas circunstâncias especiais, quando ocorrerem. Sem querer extravasar para outra tese, poderíamos dizer que a eficiência de materiais modernos é tão grande que será mais lógico, mais seguro, mais econômico e mais atual manter menor número de unidades e grandes unidades bem equipadas, do que numerosas, anacrônicas, deficientes, incompletas e mesmo antieconômicas organizações antigas. É claro que, para fins de instrução, adestramento, segurança nacional e enquadramento de mobilização, tais tropas devem responder às dimensões do território nacional às hipóteses de guerra e a outras considerações.

3. A evolução, ordinariamente, não se processa só em uma arma ou serviço; ela se faz em todos os ramos. Assim, não é crível que determinadas armas sofram o influxo e as benesses da melhoria de padrão, enquanto se conserva uma ou mais em situação de atraso. Isto afeta a eficiência do Exército como um todo e, inclusive, tem implicações sobre os próprios elementos que estejam, por acaso, mo-

ternamente dotados, porque as armas se completam para o cumprimento de uma missão maior. O prejuízo será ainda mais apreciável quando a Divisão de Infantaria, grande unidade básica e decisiva nas manobras dos Escalões Superiores, tiver sua capacidade operativa limitada, destoante das demais unidades e grandes unidades das outras armas e serviços.

ARMAS CONVENCIONAIS

Cumpre-me, neste passo, esclarecer que, no armamento nuclear estratégico, a corrida armamentista envolve uma particular ironia. Ao contrário de qualquer época na história militar, hodiernamente, uma superioridade numérica substancial de armas não traduz, efetivamente, um controle político, nem vantagem diplomática.

De fato, mesmo com nosso monopólio nuclear, logo após a guerra, foi-nos impossível deter as pressões soviéticas contra Berlim, ou o seu apoio à agressão na Coreia.

Agora mesmo, nossa superioridade nuclear não evita todas as formas de apoio dos soviéticos à insurreição comunista no Sudeste da Ásia.

Por isso, nós e nossos aliados devemos manter forças convencionais substanciais, com comprovada capacidade de enfrentar um amplo espectro de formas menores de agressão política e militar — um tipo de agressão contra a qual o uso de forças nucleares seria desvantajoso para nós.

(Por que os EUA precisam ter Antifoguetes — Robert S. McNamara, Secretário da Defesa dos EUA — Jornal do Brasil, GB, 1 Out 67, Pág. 6, Caderno Especial).

SUBSÍDIOS

- Heinz Guderian — Panzer* Líder — Biblioteca do Exército
 Cel Robert S. Allen — Arremetida para Vitória — Idem
 Maj Eddy Bauer — La Guerre des Blindés (Les Opérations de la Seconde Guerre Mondiale sur les Fronts D'Europe e D'Afrique) — Payot, Lausanne (France)
 J. V. Portela F. Alves, Cel Art — Os Blindados Através dos Séculos — Biblioteca do Exército
 Charles de Gaulle — La France e Son Armée — Vers L'Armée de Métier
 Wiston Churchill — Churchill's Memoirs — The Second World War
 Ação das Pequenas Unidades Alemãs na Campanha da Rússia — Biblioteca do Exército
 Liddel Hart — Estratégia — Conceituação e Emprego em 25 Séculos — Idem
 Cesar Mantilla Lautrec — Infantaria e Carros de Combate — Idem
 Hans Speidel — Rommel e a Campanha da Normandia — Invasão — 44 — Idem
 Gen Omar Bradley — História de um Soldado — Idem
 FM: 17-1, 17-33 e 61-100; e, 100-5
 Military Review Set 66.

GUERRA NA SELVA:

EMBOSCADAS E CONTRA-EMBOSCADAS

Cap. Inf

GELIO AUGUSTO BARBOSA FREGAPANI

Com exceção da Idade Média, os exércitos sempre procuraram atacar de surpresa o inimigo. Se isto era raramente possível em relação aos grandes exércitos, nas frações menores era e ainda é a chave da vitória.

Estes ataques de surpresa, quando sobre uma coluna em movimento ou momentaneamente parada denomina-se EMBOSCADA, pela frequência com que estes ataques eram desencadeados por tropas escondidas nos bosques.

Do valor das emboscadas no passado, nos mostra a história. Chamou a atenção do mundo quando a "Guerrilha" espanhola destruiu as melhores tropas de Napoleão ao comando do Gen Junot à base de emboscadas.

Hodiernamente com as ações de guerrilha da 2ª Guerra Mundial a técnica da emboscada teve um considerável desenvolvimento. A emboscada é a principal das ações de guerrilha.

Impedindo a chegada de suprimentos à frente, destruindo, hostilizando, inquietando a retaguarda, representou um pesado ônus para o Exército Alemão na Rússia e foi empregada no Extremo Oriente.

Entretanto, no conflito do Vietnã onde a guerrilha põe em choque o mais bem equipado exército do mundo, através de suas ações de combate — as emboscadas — desmente o axioma que somente o material e a riqueza é que ganham as guerras modernas.

Perguntaríamos: o que teria acontecido se os japoneses, povo muito superior cultural, militar e tecnicamente aos vietcongs, tivessem adotado suas táticas?

O fato é que emboscadas bem sucedidas diminuem de imediato a eficiência de combate do inimigo. A perda em pessoal e material poderá afetar seriamente o seu esforço e terá que retirar tropas de outras missões privando o inimigo de suas valiosas contribuições ao esforço de combate.

Quando as emboscadas são frequentes, as tropas tendem a mostrar certa resistência para efetuar patrulhas e para moverem-se em combolo ou grupos pequenos.

Tornam-se menos agressivas e pensam em termos de defesa. Evitam as operações noturnas e ficam sujeitas à confusão e ao pânico que resulta em serem vítimas de mais emboscadas.

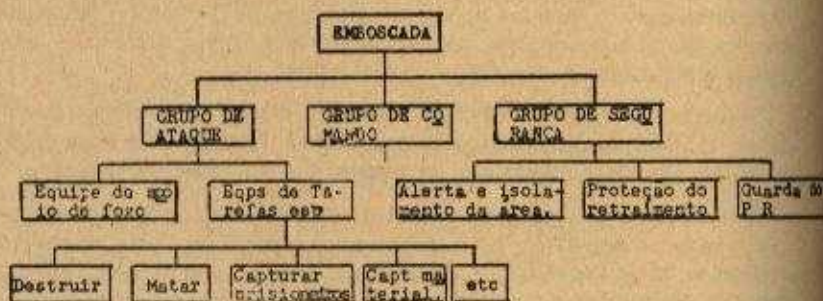
As emboscadas podem ser um método ideal para obtenção de informações através da captura de prisioneiros e material de guerra e das reações a emboscadas do inimigo.

Também as patrulhas que operam bem dentro de zonas inimigas podem ser reabastecidas parcial ou totalmente, mediante emboscadas destinadas a tomar abastecimento e equipamento, sendo que em muitos casos isto representará a fonte principal de abastecimento e material de guerra para elementos guerrilheiros.

Para ter êxito, uma emboscada deve surpreender. Se não há surpresa, não há emboscada. A surpresa é o fator decisivo que dá o controle imediato da situação para a força emboscante. Para obtê-la usamos a rapidez, o sigilo, variamos os meios e métodos, empregamos terreno aparentemente impróprio. Se não fôr possível obter-se a surpresa, esperamos outra ocasião.

COMO SE FAZ UMA EMBOSCADA

Organização em pessoal — dividimos a força em 3 grupos: de comando, de segurança e de ataque. (V. Fig. 1)



(Fig. 1)

Grupo de Comando — Nas emboscadas maiores, é constituído pelo Cmt e pessoal com deveres administrativos como comunicações e saúde.

Grupo de Segurança — Tem como missão alertar sobre a aproximação do inimigo, isolar a área selecionada e assegurar a retirada do restante da força de emboscada.

Grupo de ataque — É o encarregado da ação principal da emboscada. Constitui-se normalmente de 2/3 da tropa e desencadeia o fogo a um sinal.

Conforme a finalidade da emboscada, suas equipes de tarefas especiais realizam as ações correspondentes como assaltar e matar, capturar prisioneiros, capturar material, destruir um equipamento especial, etc., enquanto a equipe de apoio de fogo lhes fornece o apoio indispensável e os acolhe de volta.

Se o objetivo da emboscada fôr apenas causar baixas e inquietar, o grupo de assalto retrai imediatamente após o desencadeamento do fogo. Neste caso não haverá equipes de tarefas especiais.

O grupo de segurança sempre se subdividirá, pois terá que ter elementos isolando a área, elementos garantindo o retraimento do restante da força e elementos guardando o ponto de reunião.

O grupo de ataque também pode se subdividir em diversos grupos, conforme o tipo da emboscada.

Para o grupo de ataque as melhores armas serão as automáticas, as granadas de mão e de fuzil e os lança-rojões.

Se fôr possível, cerca-se o inimigo de minas e armadilhas, e conforme a reação comum se toma a atitude correspondente em sua destruição.

Existem várias linhas de ação que regulam a conduta da força de emboscada em operações dessa característica. O reconhecimento imediato para encontrar uma zona apropriada de emboscada poderia fazer-se, o que permitiria realizar um ataque contra o primeiro objetivo encontrado, ou uma patrulha poderia sair ao anoitecer para verificar o volume do movimento inimigo até uma hora designada, emboscando o primeiro objetivo encontrado e voltando antes do amanhecer. Além disso, a patrulha poderia emboscar de modo improvisado um elemento inimigo ao realizar operações numa situação na qual o contato é inevitável. Agora temos que considerar o terreno. Ao escolher um lugar de emboscada, se deve efetuar um estudo cuidadoso, empregando cartas, fotografias aéreas e quando fôr possível, um reconhecimento pessoal. O terreno deve proporcionar facilidade para ocupação e a preparação de posições escondidas. Devem existir itinerários úteis para um retraimento protegido a fim de permitir à força de emboscada romper contato sem a possibilidade de ser perseguida e alcançada pelas forças inimigas. Deve proporcionar-se à patrulha de emboscada campos favoráveis (túneis) de tiro. O lugar selecionado deve obrigar o inimigo a entrar na zona de destruição ou de matar. O lugar deve, desde logo, oferecer uma posição que assegure estabelecer contato com o inimigo. O lugar da emboscada deve ser escolhido onde a observação inimiga é limitada, seus campos de tiro curtos e seus movimentos restritos. O lugar deve favorecer, ou pelo menos não prejudicar o elemento SURPRESA da emboscada. O

objetivo consiste normalmente em matar quantos inimigos fôr possível e escapar para o território amigo. Geralmente, ao selecionar o lugar, deve-se buscar um obstáculo que obrigue o inimigo a dirigir-se à zona desejada o que o impede de manobrar contra a patrulha de emboscada. Em vista desta circunstância, o Cmt da patrulha não terá que selecionar o terreno mais elevado ou melhor terreno do ponto de vista tático para sua emboscada.

Muitas vezes a seleção de um lugar que se obtenha surpresa será mais vantajoso do que a seleção de um lugar que melhor se adapte a uma emboscada, mas que viesse a despertar suspeitas. Em consequência, a emboscada pode preparar-se ladeira abaixo do inimigo tão bem como ladeira acima.

Quando se está em nível abaixo do lugar onde se encontra o inimigo, se lhe oferece uma maneira mais fácil de retirar-se, já que tudo o que tem que fazer é correr ladeira abaixo até perder-se de vista e às vezes isto representa uma distância de uns poucos metros para internar-se na selva.

Sem dúvida, ao colocar-se a patrulha em nível acima do inimigo e aproveitando os obstáculos naturais ou minas, a posição será a melhor das posições. Recorde-se que em qualquer das duas posições, sem o elemento **SURPRESA** não há emboscada.

Pode-se considerar o uso de uma isca adequada que pode ser objetos que chamem atenção do inimigo e provoquem sua reunião em torno, como material, cadáveres, etc.

Lógico que para uma tropa adestrada e dependendo da situação isto apenas a alertaria.

Pode-se atacar determinado posto somente para emboscar o seu corro, ou ainda, fazer uma pequena emboscada e retrair para, perseguidos, conduzir o inimigo à emboscada real.

Reúne-se sempre o máximo de informações sobre o inimigo como:

- Itinerário a ser percorrido e seu objetivo;
- Velocidade de marcha;
- Sua organização e proteção disponível;
- Sua possibilidade em apoio aéreo;
- Sua reação comum contra emboscadas.

Quanto às comunicações, o sinal de aproximação do inimigo deve ser silencioso e evitar emboscar uma coluna errada.

Eventualmente pode ser usado o rádio. O sinal de fogo deve ser percebido por toda a tropa. Nesse caso podem ser usados explosivos. O sinal de retirada deve ser percebido pela segurança e não deve ser entendido pelo inimigo; podem ser utilizados artifícios pirotécnicos ou ainda o tempo, como no caso particular de selva, em que a retirada poderá iniciar-se após 10 segundos do início do fogo.

FORMAÇÕES DE UMA EMBOSCADA

De Flanco — é a emboscada mais simples e apresenta como vantagem a facilidade de controle.

Usa-se principalmente para causar baixas e inquietação. (V. Fig. 2)

Como desvantagem, permite o inimigo fugir pelo lado descoberto, se o mesmo não se encontrar armadilhado.

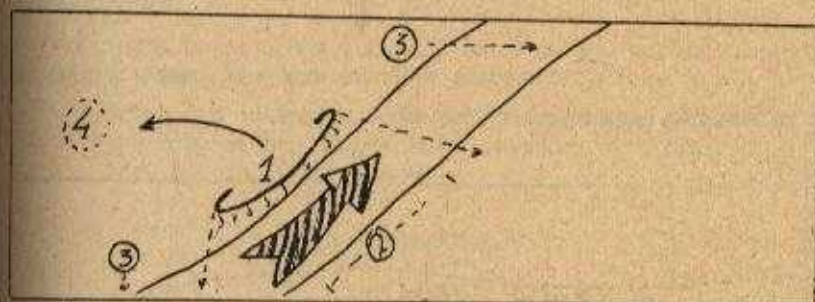


Fig. 2

Obs.: 1) Força de emboscada; 2) Minas e armadilhas; 3) Segurança; 4) Ponto de reunião.

Frontal — Também de grande simplicidade, presta-se principalmente para ação retardadora. (Fig. 3)

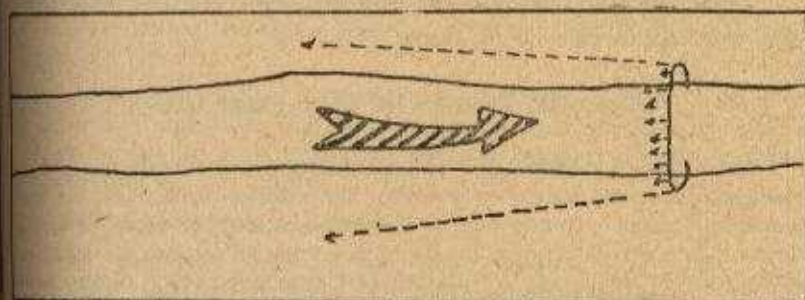


Fig. 3

Em L — Combinando a emboscada de flanco com a frontal, obtém-se a emboscada em L. (Fig. 4)

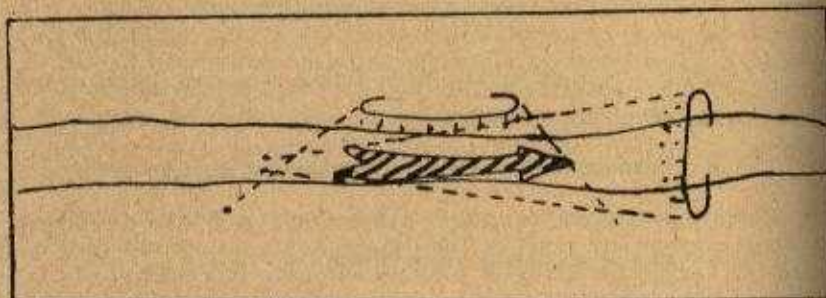


Fig. 4

Em V — É a emboscada preferida dos vietcongs e a que mais dificilmente será descoberta na selva. (Fig. 5)

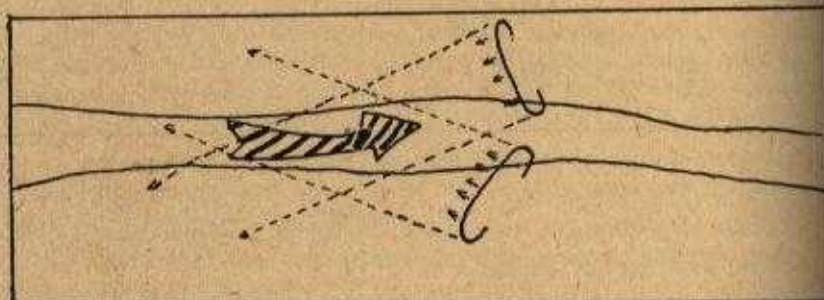


Fig. 5

Fôrça nos dois flancos e Minueto, que são formações de emboscadas que explicaremos mais tarde.

COMO SE ENFRENTA UMA EMBOSCADA

Desde a antiguidade que emboscada significa vitória para o emboscante, derrota para o emboscado. Entretanto, na Malásia, os ingleses que vinham sofrendo constantes emboscadas, por vezes com o inimigo a 30 metros, à noite, surgindo por trás de montes de feno, sentiram que se atacassem imediatamente, ficariam menos tempo expostos ao fogo do que se procurassem abrigos ou fugissem.

Foi difícil convencer os soldados de que deveriam avançar, atacando diretamente, embora alvejados por uma arma automática a 30 metros; mas o método revelou imediatamente sua eficiência, destruindo algumas emboscadas.

O efeito foi fulminante. Os emboscantes já não tinham a mesma possibilidade total de vitória e as emboscadas, já não tão proveitosas, começaram a diminuir de frequência. Não se emboscava mais, sempre que possível.

Isto poderia representar a morte das grandes emboscadas, restando apenas as pequenas, de inquietação, cuja ação mais problemática era o retrain.

ESQUEMA DE UMA REAÇÃO CONTRA EMBOSCADA

Observações:

- 1) A tropa que está sob o fogo — todos atacam imediatamente, sem esperar ordem de ninguém.
- 2) A tropa que ultrapassou ou ainda não chegou à "zona de matar", a comando de seus comandantes, manobra para pegar o inimigo de flanco e cortar a sua retirada.

CONSIDERAÇÕES

Imaginemos que alguns emboscantes matem sistematicamente o primeiro homem da ponta. O que faz a tropa agredida? Pela doutrina, a tropa que recebe fogo abriga-se, procura localizar o inimigo e manobrar, de preferência pelo flanco para desbordá-lo.

O emboscante, como de sua doutrina, não esperaria por tudo isto, mas já teria retraído a muito tempo.

Naturalmente, o Cmt da vanguarda estaria satisfeito; conseguiria uma "vitória" tendo perdido apenas um (1) homem. A manobra de suas tropas deu resultado e ele seguira as prescrições regulamentares. Vitória de Pirro entretanto, porque no próximo compartimento os emboscantes podem repetir a façanha, idem no seguinte e no outro e assim por diante.

No fim de poucos dias, o exultante Cmt poderia ver com tristeza, que perdera o efetivo de um pelotão e que ninguém mais queria ser da ponta, enquanto o inimigo não perdera nenhum homem e está mais confiante do que nunca.

Aqui cabe a máxima de Sun Tzu:

"Se você perde terreno, mas conserva seus homens, a terra pode ser retomada. Se você conserva ou mesmo toma terreno, e perde seus homens, você perde ambos."

Melhor seria feito se uma investida impetuosa impedisse o inimigo de retrain sem baixas. Se nesta investida impetuosa se perder o efetivo de um pelotão, mas aniquilar os emboscantes, teremos resolvido o problema da emboscada. (Fig. 6)

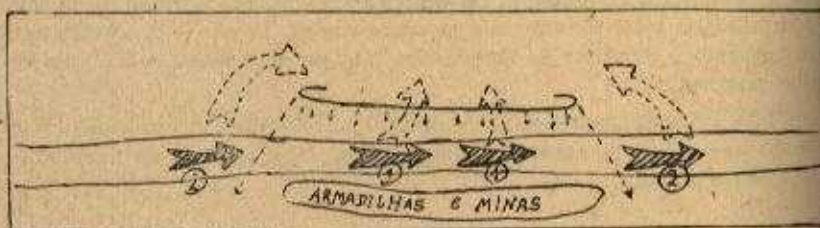


Fig. 6

Esta hipótese já aconteceu em Cuba; nos exércitos de Batista, já não se encontrava quem quisesse fazer parte da ponta, criando problema muito sério. E a ponta procurava andar o mínimo possível para diminuir seu próprio risco.

Quando o Exército, instruído por norte-americanos, se compenetrava de que necessitava atacar, mesmo temerariamente, não para tomar o terreno, mas para destruir o inimigo, começaram a ser desarticuladas as emboscadas castristas, que para sobreviver tiveram que adotar nova tática que foi:

O MINUETO

Para executá-lo, selecionamos uma área que possa ser cercada pela observação, colocando-se quatro frações de tropa em tórno.

Quando o inimigo encontrar-se nesta área, desencadeia-se o fogo sobre a ponta. Como o inimigo ataca, a fração que atira retrai, enquanto é novamente aberto o fogo de um dos flancos ou retaguarda e assim, sucessivamente, até que tenha sido desencadeado fogo dos quatro cantos. Cada fração que retrai, pode voltar se o inimigo o permitir e novamente abrir fogo, de suas antigas posições ou outras preparadas.

O *Minueto* é um tipo de emboscada para ser usado contra tropas agressivas, que podem destruir as emboscadas comuns. Nenhuma das frações deve se engajar decisivamente. (V. Fig. 7)

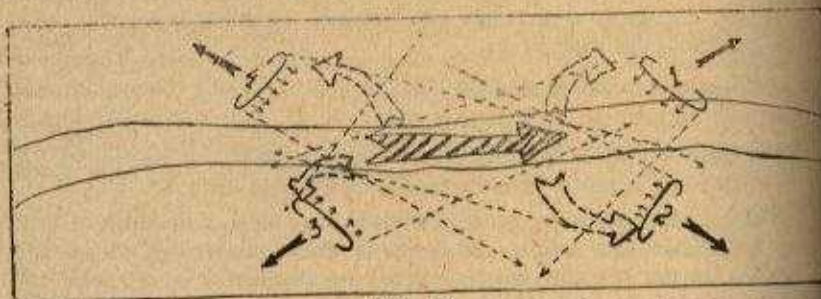


Fig. 7

Na selva, não teremos áreas com observação por todos os lados; poderemos então usar força nos dois flancos; uma abre fogo, retraindo quando o inimigo ataca, ao mesmo tempo que a do outro flanco inicia seu fogo. (V. Fig. 8)

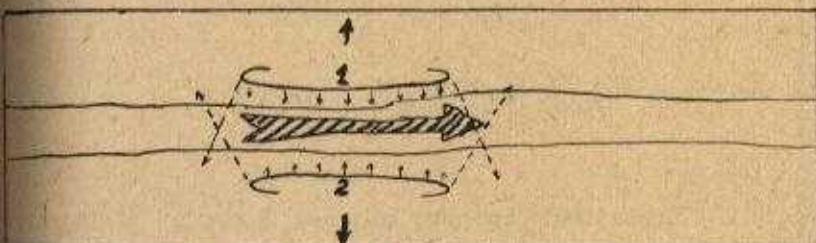


Fig. 8

As frações atiram inesperadamente sobre o inimigo entrando em ação sucessivamente em uma ordem combinada; quando o inimigo ataca, recua sem se engajar no combate aproximado, voltando se houver condições para tal.

O fogo é desencadeado sucessivamente; o grupo de ataque 1 retrai após o desencadeamento do fogo para uma posição mais afastada, enquanto o grupo 2 atira e ataca. O grupo 1 impede a fuga.

Chamamos este tipo de emboscada com força nos dois flancos de "Balalaica".

A melhor atitude contra o "Minueto" e a "Balalaica" consiste em uma vez atacado o inimigo, não se modificar a direção do ataque, até sair da zona de matar. É claro que assim abandonamos *a priori* os feridos, material, etc., sendo no entanto a única chance de evitar o aniquilamento da tropa quando a emboscada é poderosa e bem coordenada.

Uma tropa deve estar altamente adestrada e ensaiada antes de tentar um "Minueto", pois a coordenação é muito difícil, mas não se encontrou uma resposta que inutilizasse esse tipo de emboscada, embora a mesma possa ser evitada por uma forte e eficiente flanco-guarda a qual por sua vez também pode ser emboscada.

Aqui fica uma sugestão: — Em nossas manobras, evitemos aquele teatro organizado do início ao fim, em que os quadros não precisam pensar. Podemos dividir nossas tropas e dar a uma a missão de deslocamento e a outra, a missão de emboscá-la como puder.

Podemos ainda assumir o comando de uma delas, ou nos reservar o papel de árbitro, revezando-nos nessas funções e aprendendo sempre mais.

BIBLIOGRAFIA

Notas do Centro de Instrução de Guerra na Selva.

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração, não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

1º B FRON REALIZA INSTRUÇÃO DE «GUERRA NA SELVA»

Cap Inf PAULO FERNANDES RODRIGUES

Fotografia: Sgt MIGUEL F. FERREIRA

Possuindo o 1º Batalhão de Fronteira três oficiais com curso do Centro de Instrução de Guerra na Selva, foi realizado, no período de 16 a 27 de novembro de 1967, o seu primeiro estágio de instrução desse tipo de Guerra, tendo como Diretor o Capitão Fernandes Rodrigues e como instrutores o Capitão Plínio Coelho e 1º Tenente Sylvio Heitor Alves Ramos, com a finalidade, não só de adestrar seus quadros para esta modalidade de operação, como também de formar Instrutores e Monitores. Tomaram parte neste estágio de instrução, 4 oficiais, 13 sargentos (sendo um Fuzileiro Naval, lotado na Capitania Fluvial dos Portos do Rio Paraná) e um cabo.

Os exercícios foram realizados, tendo como locais o Parque Nacional do Iguaçu, situado na margem direita do Rio do mesmo nome, e Fazenda Cel Lins, do 1º Batalhão de Fronteira, localizado às margens do Rio Paraná e cortada pelo Rio Bela Vista, ao norte da cidade, a 10 quilômetros na estrada Foz do Iguaçu — Guaira. A instrução incidiu situações simples, no âmbito de equipe de cinco homens, comportando: vida na selva, orientação diurna e noturna, defesa de acampamento e clareiras, tiro noturno, embarque e desembarque de viaturas em movimento, transposição de obstáculos, navegação fluvial, armadilha antipesoal, pista de reação e pista de tiro, suprimentos e evacuação, incursões, emboscadas, ação imediata, fuga e evasão, além de conhecimentos gerais sobre serpentes e outros animais silvestres, doenças tropicais e efeitos fisiológicos do calor, nós e pontes de corda, planta e alimentos, armadilhas para caça. O exercício transcorreu normalmente, com ótimo rendimento, o que se deve não só ao grande interesse e vibração demonstrados pelos estagiários como também ao excelente trabalho de montagem das várias pistas de instrução, o que concorreu para os resultados alcançados. Todas as instruções se desenrolaram em plena mata, tendo inclusive os estagiários, durante o período de instrução, utilizado abrigos por eles mesmos construídos (Tapiris) e se alimentado com os recursos que a região oferecia (caça, frutos, palmito, etc...).

A instrução teve passagens interessantes e de aproveitamento singular, salientando-se a transposição de obstáculos no Rio Bela Vista (afluente do Paraná), pista de reação (onde foram observadas as reações

psicológicas dos estagiários), pistas de tiro e pistas de armadilhas anti-pessoal, construída com o emprego de material da região (madeira e cipós) e a estaca "PANJI".

Para o exercício de evasão os estagiários foram organizados em equipes de cinco homens (guerrilheiros), percorrendo por três dias o Parque Nacional, conduzindo, apenas, bússola, sal e duas armas de caça por equipe e tendo de enfrentar, além das intempéries, animais selvagens e outros inimigos naturais, um rigoroso patrulhamento por parte de uma Cia de Fuzileiros, orientada pelos instrutores.

Com o encerramento deste estágio, o 1º Batalhão de Fronteira está em condições de, contando com novos instrutores e monitores, cumprir rigorosamente toda a programação de instrução de Guerra nas Selvas.



A foto nos mostra, na instrução de transposição de obstáculos, um estagiário ao transpor a ponte de três cordas.



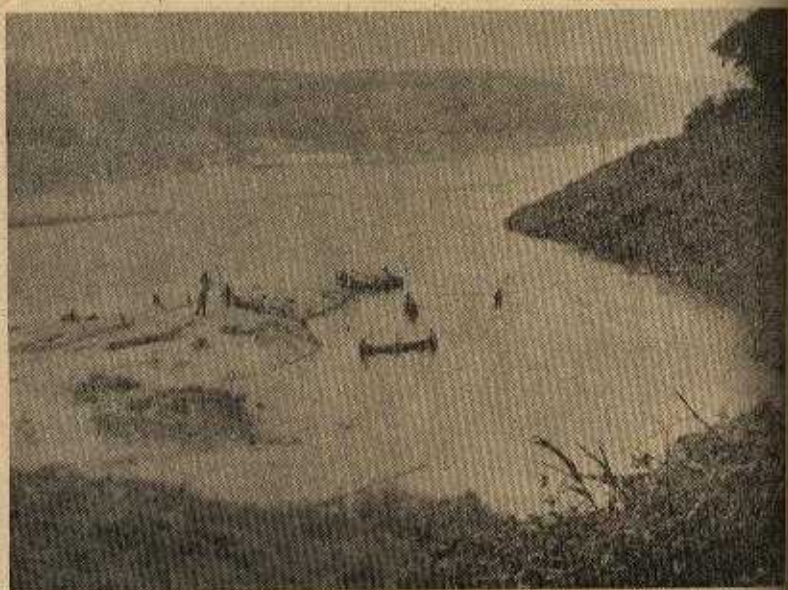
Na foto, os estagiários recebem orientação antes do início de uma incursão.



Emboscada — Empregando o "Osso de Peixe" os estagiários vasculham uma área.



Na foto, travessia de curso de água — Utilização de bôia improvisada



Transposição de obstáculos — Vista parcial das pontes de corda construídas na confluência do Rio Bela Vista com o Paraná

SISTEMA DE LANÇAMENTO DE PROJÉTIS ANTICARRO

Cmt Btl de REBOUL — L'Armée 1967

Tradução do Maj Cav (QEME) CEZAR MARQUES DA ROCHA

O aperfeiçoamento dos meios de lançamento e das técnicas de estabilização ou de direção dos projetis, permitiu, de uma parte, uma elevação importante da probabilidade de atingir diversos sistemas de armas anticarro, conjugado a um aumento de seu alcance e, de outra parte, a fabricação de armas portáteis leves de resultados semelhantes aos das antigas armas pesadas. A fim de apreciar as vantagens táticas que podem ser sacadas, é necessário considerar a maneira como estes progressos foram obtidos pelos diversos sistemas de armas (canhão, míssil e foguete) distinguindo das armas pesadas montadas em veículos, as armas leves de grande potência, cujo aparecimento leva a consequências táticas muito particulares.

ARMAMENTO PESADO

As características das armas pesadas, na maioria montadas sobre veículos blindados, puderam ser desenvolvidas sem maiores cuidados em relação à limitação de peso; sua flexibilidade de emprego é ligada essencialmente a seu grande alcance e à mobilidade de seu meio de transporte. Este armamento engloba os canhões, os mísseis pesados, e talvez os lança-foguetes múltiplos.

CANHÕES

Como meio de lançamento de projetis anticarro, o canhão clássico não foi destronado, mas nos exércitos ocidentais é encontrado somente montado em veículos, para que sua mobilidade satisfaça aos imperativos táticos atuais.

Pode ser um simples canhão montado em veículo sobre lagartas, como o canhão belga de 90 mm "CATI", a baixa pressão, ou um canhão AP como o de 90 mm M56 das Unidades Aeroterrestres Americanas, ou ainda um canhão AP blindado como o Kanonen Jagd Panzer de 90 mm; mas é sobretudo, evidentemente, o canhão dos diversos carros de combate que não podem ser passados em revista neste estudo.

O canhão permanece como o principal meio do combate anticarro porque existe sobre ele grande experiência; é uma arma robusta, de instalação simples, podendo lançar os três tipos de projetis anticarro, em cadência rápida e com trajetória bastante tensa para os obuses de carga ôca e, principalmente, para os perfurantes subcalibrados (1).

A elevação da probabilidade de atingir o alvo deste armamento, diretamente ligada ao aumento de alcance, tem sido obtida pelo aumento da velocidade inicial, e graças a descobertas no domínio da aerodinâmica, permitindo uma melhor manutenção da velocidade ou na melhor estabilização dos projetis, em particular daqueles de pequeno movimento de rotação.

Estes problemas já foram abordados anteriormente e aqui são tiradas somente as consequências:

O tiro com alça de combate, sem necessitar de uma apreciação exata da distância, tornou-se possível até 1200 m para alguns obuses à carga ôca e 1700 m para os obuses subcalibrados, e estas distâncias ainda podem ser aumentadas.

A menor duração do trajeto dos projetis permite efetuar correções de tiro, inferiores, mais precisas do que antes, e de bater, com maior precisão, objetivos fugitivos.

MISSEIS PESADOS (MONTADOS SOBRE VEÍCULOS)

A vantagem do míssil pesado é, principalmente, o aumento da probabilidade de atingir o alvo, vantagem discutível nas pequenas distâncias em relação ao canhão, indiscutível acima da alça de combate do canhão considerado.

Assim, ao lado do Kanonen Jagd Panzer, encontra-se, na Alemanha, o Raketen Jagd Panzer, com o mesmo chassi que aquele e que lança o míssil francês SS 11.

Os britânicos têm o veículo Ferret equipado com o míssil Vigilant (alcance de 1.400 m), o veículo Hornet com o míssil Malkara (com carga de esmagamento, alcance de 3.600 m), e o veículo Trojan FV 432 com o "Swing Fire" (alcance da mesma ordem). Os americanos estudam um sistema de maior alcance para um veículo da fórmula Araft (2).

(1) Os canhões de carros e anticarros modernos devem, para obter grande probabilidade de atingir o alvo no primeiro disparo, ser acompanhados por uma "conduta de tiro", complicada e cara, permitindo a avaliação da distância e a da "correção-alvo".

(2) Deve-se assinalar que o CC AMX-13T lança-mísseis SS 11 foi o primeiro veículo blindado porta-mísseis a ser colocado em serviço em um exército nacional.

Os mísseis podem, igualmente, tornar-se o armamento principal dos carros de combate, como o Shillelagh para o carro Sheridan, e provavelmente para o futuro carro germano-americano (MBT 70).

O aumento da probabilidade de acerto dos mísseis foi obtido pelo controle do projétil em toda a sua trajetória. A "condução" pode ser melhorada e tornada mais fácil pela automatização das operações, e pela redução da dispersão na partida. As características dos mísseis podem ser melhoradas pela redução do tempo de voo.

PRINCÍPIO DE DIREÇÃO

O princípio de direção dos mísseis é o do alinhamento. Trata-se de manter o míssil sobre o eixo ótico de visada.

Com comando manual, a ordem do atirador se exprime por ação sobre uma alavanca de comando. Esta indicação mecânica é traduzida por uma aparelhagem eletrônica em um sinal elétrico transmitido do míssil por intermédio de fios. As tensões elétricas são transformadas em movimentos mecânicos para acionar os órgãos de governo.

Para o "Entac" ou o "SS 11", por exemplo, uma corrente alternada com dois níveis de amplitude possíveis faz funcionar os eletroímãs que comandam interceptadores de filêtes de ar que se escoam sobre as alhetas ou interceptadores do jato. O sentido da corrente influencia os eletroímãs dos governadores de profundidade, e a amplitude dos governadores de direção.

Mas este sistema eletrônico relativamente simples e seguro, de reflexos instântâneos, era, basicamente, submetido aos reflexos humanos do atirador com todas as causas de erros que isso representa. Às curtas distâncias, o tiro era impossível, e nas outras, ficava-se ao azar de um mau reflexo.

PARTIDA PROGRAMADA

Em direção manual, o alcance mínimo da ordem de 400 a 500 m para os mísseis clássicos (Entac, SS 11 Cobra, Vigilant, mosquito) pode ser reduzido pela utilização de um programador, conduzindo automaticamente, na partida, o míssil sobre a linha de visada.

DIREÇÃO SEMI-AUTOMÁTICA

Para eliminar progressivamente o atirador da cadeia de direção, reduzir o alcance mínimo, e reduzir a duração da trajetória pelo aumento da velocidade (limitada pela direção manual: tempo de resposta do atirador), estamos nos encaminhando para a direção semi-automática que deixa ao atirador somente a obrigação de colocar um retículo sobre o alvo.

Lançamento por tubo de canhão e telecomando, automático por canal eletromagnético.

A distância mínima pode ser reduzida a menos de 100 m desde que haja uma pré-direção, e que o míssil possua na partida, uma velocidade inicial suficiente. É o caso dos mísseis lançados através de um tubo de canhão, como o Shille Lagh.

O míssil é em seguida telecomandado por um sistema automático. Atirado por um canhão como um obus, com, em um depósito, a primeira carga propulsora, este tipo de míssil não pode ser ligado ao posto de Comando por fio. As ordens lhe são então enviadas por um canal de ondas eletromagnéticas (rádio ou infravermelho), mas isto não muda o princípio do telecomando automático descrito acima.

DIREÇÃO SOBRE FEIXE

Um outro processo de direção pode ser utilizado, a direção sobre feixe diretor infravermelho ou laser.

O míssil dispõe em seu corpo de um receptor capaz de detectar seus desvios em relação ao eixo do feixe diretor e de um aparelho eletrônico para transformá-los em ordem de direção.

Este sistema permite suprimir a transmissão de ordens, problema sempre delicado desde que se deva abandonar o fio.

A utilização de um feixe laser deverá permitir atacar um carro a distâncias superiores às permitidas com outros sistemas. O problema mais delicado (3) é o de enquadrar o alvo com o feixe particularmente estreito. Dependerá da potência e da precisão do aparelho de visada.

AUTO DIRETOR PASSIVO

Para aumentar a precisão da direção, que nos processos por alinhamento ou por feixe diretor diminui com a distância, pode-se imaginar o auto diretor passivo. O alvo é iluminado e o míssil se guia automaticamente sobre o raio refletido. O auto diretor passivo pode ainda ser aperfeiçoado. No caso, o atirador fica na obrigação de apontar, e de sua pontaria depende a eficácia do míssil. Pode-se imaginar um processo onde o próprio míssil seja capaz, após ter sido dirigido para o objetivo, de reconhecê-lo e de se dirigir sobre ele (televisão por contraste ou outro processo, utilizando uma particularidade física do alvo).

UTILIZAÇÃO DA 3ª DIMENSÃO: HELICÓPTEROS

A exemplo da França, vários países armam seus helicópteros com mísseis. Os "Alouettes II" e "III" são armados com SS 11, em França e nos países que os adquiriram. O mesmo acontece com o helicóptero americano Troquois HU-1B.

(3) O problema delicado é o da precisão da pontaria a grande distância com um aparelho ótico.

Procura-se adaptar aos helicópteros mísseis com direção automática. Americanos têm cogitado do "Shillelagh" mas, no momento, parecem preferir o TOW. O emprego do "HOT" sobre helicópteros poderia ser facilmente encarado.

O principal problema a solucionar é o da estabilização do aparelho controle (ótico e infravermelho).

Outros sistemas: lança-foguetes múltiplos — drones (aviões sem piloto).

O problema, que ainda não foi solucionado, é o do ataque de um conjunto de carros, cada um sendo tratado particularmente, ou o contato batido por munições que possuam uma grande eficiência (Projetis lançados por canhões ou lança-foguetes multitubos).

As probabilidades de acerto de um tal sistema estariam ligadas à capacidade de saturação de uma zona com projetis eficazes contra os carros, e à precisão dos sistemas de obtenção de objetivos.

Pode-se igualmente pensar em armar com mísseis um drône (avião sem piloto que tem como missão a observação do campo de batalha). O drône vigiando uma determinada zona poderia lançar seus mísseis sobre os objetivos que descobrisse.

Estes últimos exemplos só merecem ser lembrados na medida em que auxiliem a concretizar a tendência em utilizar as últimas descobertas da técnica para procurar e bater os carros inimigos na maior distância possível.

Qualquer que possa ser o rendimento destes sistemas, o fato de começar o combate anticarro bem antes da linha de contato, aumenta a porcentagem de carros atingidos e assim a eficiência de conjunto dos carros anticarro que entrarão sucessivamente em ação. Mas, principalmente, permitirão bater as massas blindadas que se introduziriam nos espaços vazios criados pelas explosões nucleares, de uma maneira mais contínua que a permitida pelos mísseis guiados do solo.

ARMAMENTO LEVE DO INFANTE

O aperfeiçoamento do armamento anticarro do infante consiste em uma diminuição considerável de peso e tamanho ao mesmo tempo que aumenta o alcance e a possibilidade de acerto.

O resultado dos esforços técnicos nestes domínios é a construção de armas leves portáteis, eventualmente acionadas no ombro, executando as mesmas missões das antigas armas pesadas tracionadas ou montadas em veículos. É igualmente a construção de armas individuais extremamente leves para o combate aproximado tendo as qualidades de antigas armas letivas.

O emprego generalizado destes novos tipos de armas é suscetível de modificar de maneira importante certos dados táticos. Para se fazer uma

idéia mais precisa do que se pode conseguir neste campo, em futuro próximo ou longínquo, é necessário considerar para cada tipo de arma o que caracteriza seu progresso técnico e quais podem ser seus limites.

Trata-se essencialmente de mísseis lançados por tubo leve com telecomando automático, de canhões sem recuo colocados sobre o ombro e de lança-foguetes, seja de alcance aumentado, seja de peso reduzido.

MISSEIS LANÇADOS POR TUBOS LEVES COM TELECOMANDO AUTOMÁTICO

Nos escalões regimento e batalhão, encontramos, desde alguns anos, mísseis telecomandados manualmente do tipo Entac, Cobra ou Bantan atirando de 1.500 a 2.000 m, com uma distância mínima de tiro de 300 a 500 m, conjugados, em geral, com canhões sem recuo do tipo 106 mm, EUA, ou 120 mm "Wombat" britânico de alcance útil de 500 a 600 m (4) e de alcance máximo de emprego de 800 a 1.000 m.

No escalão Companhia encontramos somente canhões sem recuo (5).

A tendência atual é de substituir estes 2 tipos de armas por um único, aumentando o alcance enquanto se diminui o peso (6).

O MÍSSIL TOW

Para o escalão Batalhão, os americanos construíram o primeiro sistema de míssil lançado por um tubo aberto nas duas extremidades, seguido óticamente através de uma luneta de visada ligada ao emissor infravermelho de um sistema de direção automática e telecomandada pelo intermediário de fio (WIRE); donde a sigla "TOW".

O TOW alcança 2.000 m e pesa 72 kg repartidos em 4 partes: tubo, tripé, aparelho de observação ótico conjugado ao emissor infravermelho e cofre contendo o restante do aparelho eletrônico.

Recordemos que o SS 11-TCA, adotado pelo Exército Francês há 2 anos e em curso de dotação, é o primeiro míssil de telecomando semi-automático existente.

Esta arma pode ser montada em veículo, mas pode também ser transportada por unidades que se deslocam e combatem a pé. Observando seu peso, as características do TOW não são inteiramente satisfatórias mas esta arma tem o mérito de ser a mais avançada no plano das experimentais. Para os alemães e franceses, o estudo correspondente seria o míssil "HOT" cujas características serão superiores, mas esta arma será utilizada somente em veículo.

(4) Distância de tiro rasante (flecha máxima inferior a 2,30 m), levando em consideração a dispersão em altura da trajetória.

(5) Seção AC ou Seção de apoio da Cia Inf de alguns exércitos estrangeiros.

(6) Recordemos que um canhão sem recuo do tipo 106 mm pesa cerca de 200 kg com seu reparo, sendo que o tubo pesa a metade. Um canhão de 120 mm é ainda mais pesado.

O MISSIL MILAN

O sistema franco-alemão "Milan" (missil leve anticarro) em estudo e experiências, muito mais leve, é transportável em 2 fardos de menos de 10 kg cada. Seu alcance será de 2.000 m. Dispõe de um tripé mas pode ser utilizado sobre o ombro em diversas posições.

Seu poder de perfuração é muito grande.

OS MISSEIS MAW

No programa MAW (Medium Antitank Weapon) os americanos tinham 2 projetos em competição, vencendo o de MacDonell. De peso inferior ao MILAN, mas de menor alcance, seria destinado ao escalão companhia ou inferior. A versão MacDonell é de concepção semelhante à do MILAN no que se refere à direção. Seu alcance será da ordem de 1.000 m.

A versão DC-MAW (Directronal Control) executada pelo "Army Missile Command" é igualmente um missil lançado por tubo mas não é telecomandado; dispõe, no corpo do missil, de um sistema de pilotagem automático simplificado, com um giroscópio mantendo-o na direção inicial. Seu alcance será ainda mais limitado que o do projeto MacDonell (cerca de 500 m).

Este tipo de arma deverá ter consequências táticas muito importantes: Armas potentes, estes mísseis não tiram do infante o que o caracteriza, isto é, sua mobilidade, sua fluidez e sua capacidade em se adaptar perfeitamente ao terreno. Constituirão, para os carros inimigos, uma ameaça permanente, difícil de enfrentar. Para o infante, permitirão combater em melhores condições psicológicas.

Dão efetivamente à Infantaria a possibilidade de molestar colunas blindadas com riscos menores, obrigar o adversário a manobrar mais cedo e de participar com eficiência nos "golpes de deter" contra os blindados. Favorecendo a dispersão das Unidades, elas revalorizam as resistências residuais em face de um assaltante que teria sido atacado, em continuação, por uma troca de golpes nucleares.

Canhões sem recuo instalados no ombro e lança-rojões.

Ao lado dos mísseis, relativamente delicados e caros, existem armas mais robustas e de melhor preço, com características inferiores, mas fabricadas em grande quantidade a fim de saturar o local do combate. Trata-se dos canhões sem recuo, acionados do ombro e de lança-rojões.

Procura-se, por diversas razões, obter para este armamento um alcance de combate útil de 500 a 800 m. De acordo com os resultados de pesquisa operacional, é a esta distância que a maioria dos carros se revela pela primeira vez.

Destinados às seções e aos grupos de combate, estas armas, devido ao seu grande número e a sua maneabilidade, constituirão, por suas in-

cidências táticas, talvez o mais novo fato. As pequenas unidades de Infantaria estarão em condições de se opor com eficiência ao assalto (7) dos carros sobre suas posições.

Este programa de "Armas de curto alcance" ou de "armas de combate aproximado", apresenta problemas diferentes para os dois tipos de armas: canhão sem recuo e lança-rojões.

É necessário recordá-los para julgar o que é possível ser obtido de uma e de outra fórmula.

CANHÃO SEM RECUE

Há alguns anos canhões sem recuo, colocados no ombro, são empregados no escalão Seção nos principais exércitos estrangeiros, ao lado de lança-rojões mais antigos.

Os americanos construíram o canhão de 90 mm M67. Seu alcance de 250 m é muito fraco para seu peso.

Por outro lado, o canhão sueco de 84 mm Carl Gustav obteve grande sucesso. É adotado em vários exércitos europeus. Carregado, pesa 8 kg. Sua Vo de 310 m/s possibilita tiro rasante sobre 300 m. Seu aparelho de pontaria permiti-lhe alcance máximo de emprêgo de 450 m sobre objetivo móvel e 550 m sobre objetivo fixo (8). A formação da guarnição exige poucos dias.

Esta arma, notável por sua simplicidade, sua robustez e sua precisão, é uma das melhores armas anticarro em serviço neste escalão. Não obstante, constitui uma arma de transição, e suas características ficam muito abaixo do que se deseja atualmente.

Para satisfazer o programa proposto com os canhões sem recuo existem duas tendências: Uma propõe-se a obter uma velocidade supersonica à saída do tubo mas de não levá-la senão a 500 m no exterior com auxílio de propulsão adicional; este processo permite obter uma arma de 10 a 12 kg carregada, mas supõe a solução antecipada de um difícil problema de estabilização do projétil.

A outra se propõe a obter a velocidade inicial de 500 m/s à saída do tubo.

(7) Nos ataques "imediatos" os blindados russos se lançam literalmente ao assalto das posições que devem submergir sem procurar a manobra.

(8) Uma vez que a distância do objetivo tenha sido corretamente calculada, este tiro não permite esperar senão pequena probabilidade de acerto no primeiro disparo, porque o aparelho de pontaria não permite calcular uma distância nem avaliar uma correção.

LANÇA-ROJÕES

Para os Lança-rojões AC o problema de alcance é mais difícil de solucionar. No momento não se consegue ainda fazer queimar, com a rapidez suficiente, a pólvora propulsora do foguete para que a velocidade supersônica possa ser atingida em um tubo de comprimento aceitável (1,50 m).

Como a velocidade do som não deve ser obtida no exterior do tubo por causa de perturbações que se produziram neste momento crítico e reduziram a precisão, a velocidade do rojão deverá ser ligeiramente inferior.

Duas tendências se apresentam para obter estas características:

- Velocidade máxima no exterior do tubo: este processo tem a vantagem de facilitar a trajetória por mais tempo como se a velocidade de 300 m/s fôsse atingida à saída da boca. O tiro seria rasante (flecha inferior de 2,30 m) sobre um pouco mais de 350 m.

Mas a propulsão adicional não pode ser utilizada senão quando o rojão está com antecedência perfeitamente estabilizada se não se quer prejudicar a precisão.

É um problema delicado a resolver.

- Velocidade máxima à saída da boca: este processo procura a velocidade máxima de 300 m/s à saída da boca (como velocidade inicial). Se o projétil tem um bom coeficiente balístico, sua trajetória será rasante sobre um pouco mais de 300 m.

Para conservar sobre uma distância maior, 400 m por exemplo, uma probabilidade de acerto igual à de uma trajetória rasante, os esforços devem incidir sobre o aparelho de pontaria. Alguns países procuram incorporar um sistema telemétrico de colocação simples, e que permita calcular instantaneamente, com exatidão, a distância do carro inimigo.

Os lança-rojões permanecem ainda com alcance inferior aos canhões em recuo mas são mais leves e mais manobráveis.

Estes dois tipos de armas vão, sem dúvida, continuar a ser desenvolvidos durante muitos anos.

LANÇA-ROJÕES MINIATURIZADOS

Os estudos sobre os lança-rojões têm sido conduzidos igualmente em outra direção: a do aligeiramento e da miniaturização para torná-los uma arma individual de defesa aproximada.

Assim, os americanos fabricaram um lança-rojão de 66 mm M 72, que pesa 2 kg e tem comprimento de 80 cm, e possui as mesmas características que a velha bazuca US de 89 mm que pesava 10 kg e tinha 1,20 m de comprimento. Na França as pesquisas se orientam para uma arma deste tipo; será mais leve, 1 kg e seu alcance menor.

O valor desta arma de combate aproximado não é somente de ordem psicológica, uma vez que existirá em grande número e permitirá grande densidade de fogo.

Para aliar harmoniosamente a flexibilidade de emprego e a eficácia em qualquer distância, as armas anticarro têm sido aperfeiçoadas no sentido de diversidade. Ao lado de um armamento que se utiliza largamente da eletrônica, serão construídas armas de técnica mais simples, de características menores, mas que poderão ser construídas em maior quantidade.

Se a tendência a procurar a bater o inimigo a maior distância apresenta resultados espetaculares, o que fôr feito para melhorar o armamento leve do infante é talvez o mais importante. Com efeito, é interessante atingir o inimigo o mais longe para desorganizar o desembocar de seu ataque; mas é mais útil ainda dispor de meios de destruição generalizados, de curto e médio alcances, no local onde a maioria dos carros são observados pela primeira vez. A panóplia das armas anticarro leves do infante permitirá então o combate em profundidade, e fornecerá um fogo mais e mais denso à medida que as primeiras vagas de carros se aproximarem.

O desenvolvimento do armamento anticarro toma uma forma tal que poderia levar a crer no estabelecimento de certo equilíbrio de forças entre este armamento e o carro. É preciso entretanto não perder de vista que o infante, mais vulnerável aos ataques nucleares que seu adversário blindado, será mais prejudicado que este para tirar o melhor proveito de seu armamento. Não obstante, para deter o desaferamento de forças de exploração, exclusivamente blindadas e mecanizadas, executado em ritmo sem precedentes, em combate cujo desenrolar será comandado pelas armas de destruição em massa, o armamento anticarro dos próximos anos poderá desempenhar missão de capital importância.



G. R. Schmid & Cia. Ltda.

**PAPELARIA — TIPOGRAFIA — MATERIAL
DE DESENHO — MATERIAL DE LIMPEZA**

Rua Teófilo Otoni, 113-3º — Tel. 43-9462

RIO DE JANEIRO

A FORMAÇÃO DO OFICIAL DE MATERIAL BÉLICO

Cel Art (QEME) TOGO LOBATO

Em 1964, através desta mesma revista, tivemos oportunidade de estudar o problema da formação dos oficiais de material bélico. Naquela ocasião, ressaltando os inconvenientes mais em evidência da legislação em vigor, sugerimos algumas idéias para a sua radical modificação. De lá para cá são passados mais de três anos. É bem verdade que foram realizados vários estudos que redundaram em novos anteprojetos de lei, resultando de positivo apenas a instituição do Patrono do Serviço de Material Bélico. Melhor, talvez, teria sido a instituição de um patrão...

O nosso oficial de material bélico, por força da Lei n. 3.654-59, possui formação mais onerosa e extravagante que se poderia imaginar. São quatro anos na AMAN, dois a quatro anos na tropa, três anos no IME, um ano numa organização técnica especializada, um ano na EsAO e, finalmente, dois anos na EsCEME, se aspirar ao generalato. Dessa maneira, o oficial de material bélico, praticamente, passa a metade da sua carreira dentro de Escolas ou preparando-se para nelas ingressar. Sai da AMAN preparado para a tropa mas, em seguida vai para o IME. Do IME sai preparado para exercer funções de engenheiro metalurgista, químico, eletricitista, eletrônico, ingressando a seguir na EsAO. Com esse processo de formação as organizações de material bélico jamais contarão com oficiais qualificados. Os subalternos estarão sempre sendo prematuramente renovados e, quando em função, é natural que permaneçam preocupados e motivados para o ingresso no IME, direito que lhes é assegurado por lei.

A passagem do oficial de material bélico pelo IME, é absolutamente desnecessária, constituindo um desperdício de tempo e de dinheiro. A formação da AMAN é suficiente para dar ao oficial de material bélico os conhecimentos necessários ao exercício de suas atividades nas diversas organizações de material bélico. Formar especificamente um engenheiro para desempenhar função de subalterno em corpo de tropa, é absurdo semelhante à designação de um aspirante de artilharia para chefiar uma peça, função para a qual, apenas, o curso de um ano da EsSA é suficiente.

Criou-se o Quadro de Material Bélico (QMB) simultaneamente com a Arma de Comunicações. Enquanto esta foi estruturada com oficiais oriundos de outras Armas, particularmente da Arma de Engenharia, e do extinto quadro de técnicos da Ativa, o QMB não. Este foi criado como se fôsse algo completamente novo, exclusivamente à base dos aspirantes formados pela AMAN e dos oficiais do extinto QTA. Os experimentados oficiais das Armas, especializados em material bélico, motomecanização, armamento e munição, muitos, até mais identificados e entusiasmados com as atividades de material bélico do que mesmo com as de suas armas, foram inexplicavelmente ignorados no texto da Lei n. 3.654-59. Essa Lei não contribuiu em qualquer aspecto para o aprimoramento das atividades do material bélico, apenas retardou e tumultuou a solução para a estrutura de um quadro à altura da importância do serviço sobre o qual repousa a responsabilidade quase total pela eficiência do fogo e do movimento em combate. Enquanto a Arma de Comunicações irmã gêmea do QMB, cresce e se corporifica dia a dia, este permanece desativado, amorfo e ignorado.

Até os primeiros anos da década quarenta, viveu o nosso material bélico, rotineiramente estruturado em depósitos, arsenais e parques regionais. Após a identificação do nosso Exército com a doutrina do Norte-americano, principalmente depois da FEB, as atividades de material bélico adquiriram nova dimensão, novo dinamismo. Foi a época da criação das organizações de material bélico de campanha. Devido à inexistência de pessoal especialmente formado para a composição do quadro de oficiais das novas organizações, solucionou-se o problema com o recrutamento de oficiais das Armas, especializados em material bélico. Estes, no desempenho das funções de subalternos, comandantes de subunidades ou mesmo de unidades de material bélico, não perderam o vínculo com as suas respectivas Armas de origem, nem tiveram desfigurada a característica de oficial combatente ou de Arma. Foi a solução natural, coerente e espontânea. As atividades de um oficial de material bélico de corpo de tropa, na paz ou em campanha, são muito semelhantes às atividades dos oficiais das Armas. No entanto, ao se instituir o quadro de oficiais de material bélico, ao mesmo tempo em que se criou a Arma de Comunicações e se reestruturou a Arma de Engenharia, aqueles oficiais foram enquadrados como oficiais de serviço. Solução para a qual não foi possível identificar o critério adotado. Oficiais que por função devem realizar a manutenção de todos os tipos de armamento do Exército, devem manusear todos os tipos de munições, e conhecer e reparar todos os tipos de veículos sobre rodas ou lagartas, foram classificados como de serviço; enquanto aqueles que só manuseiam explosivos, equipamento de pontes, equipamentos elétricos ou eletrônicos, foram enquadrados como oficiais de Arma. Não nos move qualquer prevenção ou atitude contrária a esta ou aquela Arma, sim, o alinhamento de argumentos a favor de uma idéia. Talvez, para camuflar o enquadramento de fato dos oficiais de material bélico como oficiais de serviço, a Lei n. 3.654-59

criou um artifício, o QMB. Classificar os oficiais de material bélico, como oficiais de serviço, considerando que a legislação estabelece para esses oficiais, parece-nos uma injustiça. É um enquadramento desajustado com relação à realidade do nosso Exército. As atividades de material bélico sempre foram, e serão ainda por muitos anos, exercidas por oficiais combatentes. O que o legislador poderia ter feito seria consagrar na lei a prática existente, e jamais inverter a realidade. Não há dificuldade em conciliar a idéia tradicional de "Serviço de Material Bélico" com um quadro de oficiais combatentes de material bélico. Estão no mesmo caso os Serviços de Engenharia e Comunicações e os respectivos quadros de oficiais dessas Armas.

De passagem, é oportuno assinalar que a classificação de oficiais de Arma ou Serviço, presentemente, tem muito mais de tradicionalismo do que mesmo de funcionalidade.

Embora lembrada, propositadamente, não cogitamos da situação dos oficiais dos quadros de Intendência, formados na mesma escola em que se formaram os oficiais das Armas. Fugiríamos à finalidade deste artigo.

Retirar dos oficiais de material bélico o direito de realizarem o Curso de Comando e Estado-Maior, do mesmo modo que os oficiais das Armas, cerceando-lhes as possibilidades, colocando-os em nível diferente sem qualquer razão mais forte, em contraposição aos interesses do Exército, é solução difícil de ser entendida e, mais ainda, de ser aceita.

Somente após a recente instituição do "Fundo do Exército" pode o Exército elaborar com objetividade um programa de aquisição a longo prazo e iniciar, assim, o seu reequipamento. Do confronto entre o volume das suas necessidades e o montante dos recursos existentes perceberemos o quanto de importância perde o valor absoluto dos números. Diante da impossibilidade de aumentá-los a curto prazo, torna-se imprescindível atenuar essa deficiência mediante uma eficiente política de manutenção dos novos equipamentos que estão sendo adquiridos. Os resultados positivos dessa política dependerão diretamente dos elementos responsáveis pela sua direção e execução. Surge, assim, mais uma vez a necessidade de reorganizar o quadro de material para poder cumprir a parte que lhe toca, e que é a maior, nessa grande tarefa. Precisamos tentar para a nossa realidade, romper com as idéias obsoletas e estereotipadas, revogar totalmente a Lei n. 3.654-59 para, através de uma nova lei, criar um novo quadro de material bélico eclético, misto de Arma e de Serviço, sem discriminar ou restringir as possibilidades de seus integrantes em relação aos oficiais das Armas, que de início seria estruturado à base de oficiais voluntários das Armas, especializados em material bélico — motomecanização, armamento e munição — e do atual QMB e, no futuro, com oficiais formados na AMAN completamente desvinculados da formação dos técnicos militares.

GUERRA BIOLÓGICA:

OS ÁCIDOS NUCLEÍCOS E O CÓDIGO GENÉTICO

Cap. Vet

GERALDO DE MAGELLA

Embora as semelhanças e diferenças entre pais e filhos venham sendo estudadas há muitos anos e, há mais de um século, Mendel tenha descoberto os princípios que regulam estas semelhanças e diferenças ou os mais propriamente chamados Caracteres Hereditários, o mecanismo íntimo, bioquímico, da herança dos caracteres só agora está sendo desvendado.

Os trabalhos de Mendel e de muitos outros pesquisadores trouxeram à luz muitos fatos relacionados com a herança dos caracteres. O ramo da Biologia que estuda estes assuntos foi batizado com o nome de Genética.

Ela estuda não só a hereditariedade dentro das várias espécies ou sejam as semelhanças e as diferenças entre animais e plantas que guardem entre si algum grau de parentesco como também a herança de caracteres específicos, procurando explicar por que os filhos dos bovinos nascem bezerros e não cavallinhos.

Após longos anos de trabalhos e de pesquisas os geneticistas concluíram que os elementos responsáveis pela hereditariedade estavam situados no Núcleo das células e eram os Cromossomos dentro dos quais existiam os Gens, milhões deles, cada qual condicionador de um ou mais de um caráter.

Como isto acontece é certamente o quesito mais importante para a decifração do segredo máximo da vida e que, uma vez resolvido, possibilitaria a síntese em laboratório de um ser vivo.

Só esta pergunta e as pesquisas realizadas com o objetivo de respondê-la fizeram com que os limites da Genética fossem ultrapassados, devido à implicação de novos métodos de trabalho, criando-se um novíssimo ramo da Biologia denominado Biologia Molecular.

Entre as substâncias encontradas nos seres vivos as mais importantes são as proteínas. Elas são chamadas substâncias plásticas por estarem encarregadas de formar todo o arcabouço dos organismos.

Se compararmos os organismos com um automóvel, poderíamos dizer que para os primeiros as proteínas representam mais do que o ferro e o aço para o último. A grande diferença é que as proteínas só existem nos seres vivos. Por esta razão é que alguém disse ser a vida uma propriedade das proteínas. Assim como o TNT apresenta a propriedade de explodir, as proteínas seriam capazes de viver.

Por tudo isto, durante muito tempo pensou-se que os Gens eram proteínas. Hoje sabemos que não é assim.

As proteínas na realidade são os caracteres em si mas não os fatores que os condicionam assim como os tijolos formam uma parede mas não são eles que se fabricam a si próprios e que se empilham para formá-la.

O mistério todo é, portanto, o modo como são fabricadas as proteínas e como elas são conduzidas ao lugar certo.

A condução ao lugar certo é facilmente explicada pelas propriedades físicas e químicas de cada proteína. Se tivéssemos uma série de peneiras de malhas gradualmente mais estreitas e fizéssemos passar através delas grãos de diferentes tamanhos os maiores iriam ficando nas peneiras de malhas mais largas e teríamos no fim a distribuição dos grãos de acordo com o seu tamanho. É mais ou menos isto o que ocorre na distribuição das proteínas no corpo influido principalmente, além das propriedades físicas, as propriedades químicas.

Para sabermos como elas são fabricadas é preciso saber de que são formadas.

As proteínas são formadas por substâncias chamadas aminoácidos ligadas entre si. Os aminoácidos existentes são cerca de 20. As diferenças entre as várias proteínas decorrem principalmente da quantidade de aminoácidos e da ordem em que estão dispostos. Por exemplo: a proteína X — formada pelos aminoácidos A, B, C, D e E, nesta ordem — é diferente da proteína Y formada pelos mesmos aminoácidos dispostos em outra ordem (v. g. B, C, D, A e E). Os aminoácidos podem ser repetidos na mesma proteína com as letras do alfabeto (pouco mais de 20) servem para escrever milhares de palavras. As proteínas costumam ter milhares de aminoácidos em suas moléculas.

Os aminoácidos são fornecidos aos organismos pelos alimentos.

Com o que vimos até este ponto temos o nosso problema resumido da seguinte maneira: todo ser vivo é iniciado a partir de um ovo, salvo raras exceções. Na espécie humana este ovo mede cerca de 0,2 mm e é, como nas demais espécies, resultante da penetração do espermatozoide no óvulo, fenômeno denominado fecundação. Do ovo até ao homem o que ocorre é principalmente Síntese de Proteínas.

Quais seriam os fatores que permitiriam ao minúsculo ovo conter todas as informações necessárias para que ele se transforme em um homem adulto possuindo não só os caracteres da espécie humana mas ainda os de sua raça e de sua família?

Aqui entram os Ácidos Nucleicos. Seu nome é devido ao fato de se ter pensado no início que eles só eram encontrados no núcleo da célula.

Eles foram descobertos no fim do século passado mas só recentemente foi-lhes dada a importância devida. São dois os ácidos nucleicos. Um é formado por Ácido Fosfórico ligado a um açúcar, a Ribose, e este a uma entre quatro substâncias que são chamadas bases púricas (Adenina e Guanina) e bases pirimídicas (Timina e Uracila). Esta estrutura é repetida uma infinidade de vezes para formar a molécula do Ácido Ribonucleico (RNA). O outro ácido, por ser o seu açúcar uma ribose que perdeu um átomo de oxigênio, chama-se Ácido Desoxirribonucleico (DNA). O DNA difere do RNA pelo açúcar e ainda por dois outros aspectos: a) no lugar da uracila, sua base pirimídica é a Citosina; b) é formado por duas séries ácido fosfórico-desoxirribose-base, uma colocada em frente à outra. (Ver figs. 1 e 2)

Embora as bases púricas liguem-se sempre a bases pirimídicas a ordem em que vêm colocadas pode variar assim como o número de conjuntos que forma uma molécula de ácido nucleico é extremamente variado podendo chegar à casa dos milhões.

RNA

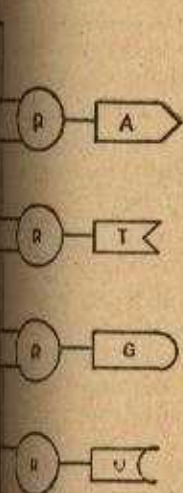


FIG 1

DNA

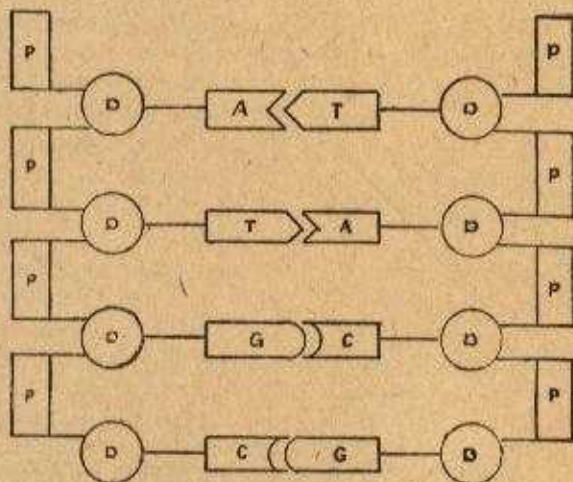


FIG 2

No exemplo citado mostramos esquematicamente a estrutura plana dos ácidos nucléicos mas na realidade sua configuração é helicoidal. Observem que o desenho formado lembra uma escada cujos suportes laterais são ácido-fosfórico e açúcar e os degraus são as bases púricas e pirimidicas.

A estrutura acima permite a estas substâncias apresentarem uma propriedade sob todos os aspectos inédita entre as substâncias químicas que é a de duplicar-se, isto é, reproduzir-se.

Cada conjunto ácido-fosfórico-açúcar-base chama-se Nucleotídio. De acôrdo com o que vimos só existem 8 tipos de nucleotídios: 4 para o RNA e 4 para o DNA.

Para produzir-se a molécula de DNA rompe-se ao meio, como se se quebrassem os degraus da escada. Em seguida os nucleotídios livres vão sendo colocados na posição correta sobre cada uma das meias escadas formadas, recompondo 2 escadas iguais à primitiva ou sejam 2 moléculas de DNA iguais à primeira. Para formar o RNA o modelo é o próprio DNA. (Ver fig. 3)

Duplicação do RNA.

DUPLICAÇÃO DO DNA

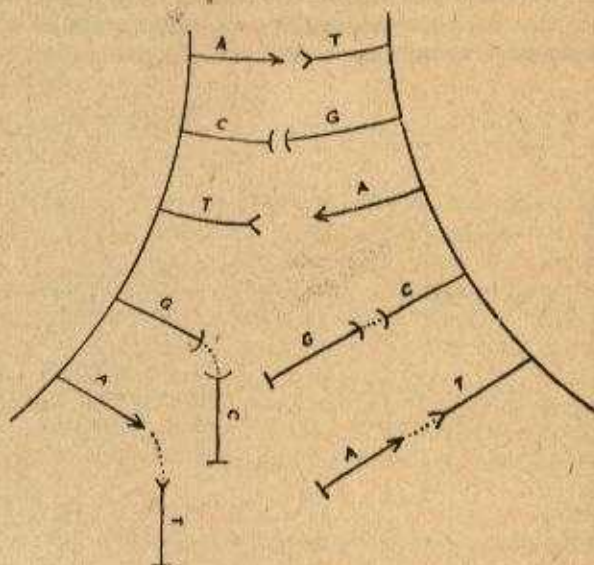


Fig 3

Agora vejamos como os ácidos nucléicos dirigem a Síntese das Proteínas. Existe uma correlação entre os nucleotídios e os aminoácidos que são aquelas substâncias formadoras das proteínas. Esta correlação é a seguinte: grupos de 3 nucleotídios têm a propriedade

de se ligar a molécula de aminoácidos de maneira perfeitamente definida, isto é, um determinado conjunto, e não qualquer outro, liga-se a um aminoácido determinado. Por exemplo: se em uma cadeia de RNA vierem seguidos três nucleotídios cuja base for a uracila o aminoácido que se prenderá a este terno será a fenilalanina.

No núcleo celular encontram-se as moléculas de DNA. O RNA existe tanto no núcleo como fora dele, no citoplasma. Há três tipos de RNA: RNA mensageiro, RNA transportador e RNA modelo.

O RNA mensageiro é formado no núcleo pelo DNA e recebe este nome porque leva a mensagem do núcleo para o citoplasma. Esta mensagem é contida na ordem de disposição dos seus nucleotídios.

No citoplasma o RNA mensageiro prende-se a pequenos corpúsculos chamados Ribossomas e recebe então o nome de RNA modelo.

O RNA transportador é constituído por moléculas menores correspondentes aos aminoácidos existentes e têm a função de procurar no meio celular as moléculas de aminoácidos e guiá-las para a posição correta no RNA modelo. Uma a uma as moléculas de aminoácidos vão sendo colocadas no RNA modelo formando uma proteína determinada e não qualquer outra, de acordo com as informações recebidas do DNA do núcleo.

Todas as proteínas do corpo são formadas por este processo.

O diminuto ovo continha todas as informações necessárias para se transformar em um homem adulto contidas no DNA do seu núcleo. O DNA do núcleo de ovo foi recebido do espermatozóide e do óvulo.

Vamos agora mostrar alguns exemplos práticos que ilustrarão a teoria exposta acima.

Os vírus são os seres vivos mais simples que se conhecem. Existem alguns que são formados apenas por ácido nucléico e uma proteína como é o caso do vírus que produz a doença chamada Mo-saico no fumo. Este vírus pôde ser dessecado e transformado em cristais de substância que o forma e em seguida, quando dissolvido e inoculado na planta, reproduziu a doença.

Outro exemplo interessante é o do bacteriófago, vírus que ataca certas bactérias e as destrói. Este vírus tem a propriedade de invadir a célula bacteriana e formar, à custa dela, a matéria necessária à formação de outros vírus.

Vejamos como isto ocorre e como transcorreu a experimentação que demonstrou o fenómeno.

O bacteriófago é formado por ácido nucléico e uma proteína. No ácido nucléico existe fósforo mas não há enxofre. Na proteína há sempre enxofre mas só raramente existe fósforo. Deixou-se o bacteriófago reproduzir-se em um meio em que houvesse isótopos radioativos de enxofre e fósforo. Dentro de pouco tempo todos os vírus apresentavam em suas moléculas de proteína e de ácido nucléico respectivamente enxofre e fósforo radiativos que podiam portanto ser pesquisados através de detectores.

Em seguida estes vírus "marcados" foram postos em contato com bactérias. No fim de algum tempo verificou-se que havia no interior das bactérias apenas fósforo radiativo e que o enxofre estava fora da célula bacteriana podendo ser lavado ou simplesmente sacudido. Isto demonstra que o vírus ao infectar a célula fazia penetrar apenas o ácido nucléico. Mais tarde verificou-se que haviam sido formados outros bacteriófagos completos, inclusive com a proteína mas esta não estava marcada e portanto fôra fabricada com material da bactéria. Posteriormente aparecem até mesmo vírus com ácidos nucléicos não marcados, evidenciando que foram utilizados nucleotídios da bactéria para formar o ácido nucléico do vírus.

Outro exemplo interessante, conhecido desde 1928 mas que só agora tem explicação, é o de certas bactérias que provocam a pneumonia. Existem duas variedades dessas bactérias: uma apresenta uma película sobre a célula e constitui a variedade lisa ou S (virulenta, isto é, produz a doença), a outra não apresenta a película constituindo a variedade rugosa ou R que é a virulenta. Se fervermos as bactérias S elas morrem e se tornam incapazes de produzir doença, mas se misturarmos bactérias S mortas com bactérias R vivas poderemos obter bactérias S vivas. Qual seria a explicação? Não se pode admitir que as bactérias S houvessem ressuscitado.

Sabe-se hoje que ocorre o seguinte: As bactérias R não possuem o gen (gen hoje é sinônimo de DNA) para a formação da película. As bactérias S ao ser fervidas morrem mas o seu ácido nucléico não é destruído e algumas bactérias da variedade R aproveitam-se dele tornando-se capazes de produzir a película e a doença.

Hoje esta experiência é repetida mas não se usam mais bactérias S mortas. Misturam-se apenas ácido nucléico proveniente de bactérias S a culturas de bactérias R e isto é suficiente para produzir bactérias S.

Um fenômeno ocorrido com os seres vivos e que também agora é explicado é a chamada Mutação. Por exemplo, em um rebanho bovino formado por animais dotados de chifre, súbitamente aparece um animal môcho. Este animal môcho, se fôr cruzado com animal chifrudo, poderá ter filhos com chifres e môchos. Mas o cruzamento de môcho com môcho não dará jamais descendentes de chifre.

Diz-se que no primeiro animal ocorreu uma mutação que é um caráter hereditário aparecido súbitamente em uma linhagem. Sabe-se há muito tempo que várias são as causas das mutações e entre elas estão as radiações.

A luz dos conhecimentos atuais as mutações são produzidas por fatores que interferem na molécula do ácido nucléico destruindo nucleotídios ou alterando a sua ordem. As mutações são obtidas artificialmente por vários processos.

É aqui que vamos encontrar ligações entre tudo o que vimos antes com a Guerra Biológica.

Não lhes posso apresentar dados experimentais e nem mesmo apontar autores que tenham falado sobre o assunto. Isto decorre do fato de serem estes estudos recentíssimos e também do segredo de que deve estar envolvida a implicação bélica desses avanços científicos. O raciocínio no entanto conduz-nos por estes caminhos intrincados e permite que tiremos conclusões bastante impressionantes.

Na marcha em que estão sendo encaminhadas as pesquisas no campo da Biologia Molecular prevê-se que até o ano de 1990 serão fabricadas em laboratório as formas mais simples de vida. Se puderem ser fabricadas formas de vida é claro que poderá ser fabricado também um germe para produzir uma doença nova. O povo que possuir este germe e a vacina contra ele terá poder de vida e de morte sobre os demais povos da terra.

Mas isto é para o futuro. Qual será hoje a situação exata do problema?

Seria possível, através de mutações artificialmente produzidas transformar um germe não virulento em um que seja capaz de produzir doença?

Já vimos que sim. Isto se dá com o germe da pneumonia.

Ter-se-ia já conseguido transformar um germe avirulento em outro germe semelhante mas capaz de produzir uma doença desconhecida?

Provavelmente sim.

Uma vez obtido este germe é possível obter uma vacina que proteja toda uma população contra a doença desconhecida antes do emprego do germe como agente de Guerra Biológica.

As conclusões finais ficam por conta da imaginação do leitor.

A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em principio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral : em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias : cópias em preto e branco : para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções : nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando fôr o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE !** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é : revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprego apropriado de maiúsculas, grifos, carmin, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas ; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **AOS NOSSOS COLABORADORES !**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

EDUCAÇÃO POLITICA DOS MILITARES SOVIÉTICOS

(Revista Militar Soviética — Set 1967)

Cel
M. SIBILEV

Nota do Tradutor Brasileiro — Este artigo trata em linhas muito gerais, da educação político-ideológica nas Forças Armadas Soviéticas, tendo sido traduzido da versão em inglês da Revista Militar Soviética, de Set 1967.

Seu interesse reside sobretudo na importância com que é encarado o assunto, e nos vastos recursos que lhe são destinados. Valeria, na oportunidade, uma comparação com o que se faz — ou o que se poderia fazer — no que denominaríamos "educação para a democracia".

É evidente que o artigo visa mais a impressionar o público externo da revista soviética. O seu exame e análise devem ser feitos levando-se isso em conta. Não obstante as limitações decorrentes de uma segunda tradução, acreditamos que a leitura do texto contribuirá para esclarecer os leitores sobre os métodos de preparação moral, política e psicológica das Forças Armadas Soviéticas.

Ten Cel Art (QEME)
KLEBER F. DE OLIVEIRA
(Tradutor)

Os comandantes e organismos políticos das Forças Armadas Soviéticas dedicam muita atenção à educação ideológica do seu pessoal. Aos militares são explicados os justos objetivos e o caráter científico da política soviética, dentro de um plano educacional que visa a lhes inculcar o comprometimento pela pátria, pelo trabalhismo internacional e uma fraternal solidariedade aos povos que lutam pela liberdade e independência.

Muitos dos problemas relacionados com a educação política e moral dos membros das Forças Armadas Soviéticas são estudados em uma brochura recentemente publicada, de autoria do Coronel-General M. Kalashnik (*).

O autor do livro, que é a segunda pessoa da chefia do Departamento Político para os Exército e Marinha de Guerra da Rússia, examina as novas perspectivas e tendências no Exército e na Marinha, assim como as experiências e objetivos da educação política das Forças Armadas.

É bem conhecido que a vitória no campo de batalha não depende apenas das armas empregadas, mas principalmente dos homens que as manuseiam e que devem agir de maneira resoluta e consciente.

(*) M. H. Kalashnik, "Ideinoye Vospitaniye Sovetskikh" — (A educação ideológica dos militares russos) — Departamento de Publicações do Ministério da Defesa, 1967. 78 páginas. Em russo.

O elevado moral de um exército, assinala a obra, é fator preponderante na consecução da vitória, como o provam de forma flagrante os exemplos históricos.

No período da intervenção estrangeira na guerra civil na Rússia (1918-1920) o Exército Revolucionário Vermelho, ainda que precariamente dotado de armas e alimentos, derrotou forças bem instruídas e ricamente equipadas, das potências contra-revolucionárias. Uma profunda convicção ideológica auxiliou os soldados soviéticos a superar as dificuldades do período inicial da Grande Guerra Patriótica contra a Alemanha de Hitler. Mesmo enfraquecidos pela prolongada luta contra um inimigo superior em número e das adversas circunstâncias do momento, as forças soviéticas se mostraram capazes de deter os alemães, inverter a balança de poder e finalmente obter uma decisiva vitória.

A consciente rapidez com que o povo soviético se apresentou para defender a pátria se tornou um dos fatores decisivos para a derrota dos agressores nazistas.

O autor do livro ressalta que a preparação ideológica no Exército e Marinha soviética é, atualmente, ainda mais importante, em vista da evolução dos assuntos militares e à crescente agressividade do imperialismo. São analisadas as alterações introduzidas na estrutura do país nos 50 anos do regime soviético, e a sua influência nas Forças Armadas.

Terminaram os dias em que os conscritos do Exército Vermelho tinham pouca ou nenhuma instrução, e iniciavam o serviço militar pelo aprendizado da leitura e da escrita. O soldado soviético progrediu muito, sob o ponto de vista de escolaridade, e diversos exemplos ilustram tal assertiva. Um estudo foi feito, cobrindo três áreas: as Forças de Foguetes Estratégicos, as Forças Terrestres e a arma submarina da Marinha. Quase 50% dos sargentos e soldados dessas formações possuíam instrução secundária. No Regimento de Artilharia de uma Divisão de Infantaria Motorizada de Taman 76% dos recrutas incorporados em 1966 tinham instrução secundária ou colegial.

Os militares soviéticos participam ativamente da vida social e política do país, implementando a política do Partido Comunista. Mais de 12.000 militares são membros de organizações locais de governo, dos sovietes das repúblicas componentes ou do Supremo Soviete da URSS. Nos últimos dez anos, o número de membros do Partido nas fileiras dobrou. Na verdade, os membros do Partido e da Liga Leninista dos Jovens Comunistas representam cerca de 85% do pessoal das Forças Armadas.

O autor mostra, de forma convincente, que o Partido e o Governo estão dando o melhor de seu esforço ao Exército e à Marinha: não apenas instrução técnica militar, mas que também seriam como uma escola de firme convicção política e cultural para as novas gerações.

Cursos de orientação política são ministrados regularmente nas unidades. Programas cuidadosamente elaborados permitem que todos os soldados incorporados recebam, durante o período de serviço, em curso

completo de doutrina política e noções importantes de ciências sociais. Estuda-se a natureza, os aspectos essenciais e a finalidade das Forças Soviéticas, sua história e tradição, o mapa mundial política e econômico, a história do Partido Comunista e da União Soviética, problemas específicos relacionados com a teoria marxista-leninista e atuação comunista, e o significado do compromisso à bandeira. Aquêles que concluem o programa com êxito recebem certificados de que foram aprovados em um curso na escola política das Forças Armadas.

Os estudos são conduzidos levando-se em conta os antecedentes escolares dos conscritos. Os homens com educação secundária já completa, que terminam o seu período de serviço por um exame que os habilita a se tornarem oficiais da reserva, são obrigados a um curso avançado de ciência política.

Nas Forças Armadas Soviéticas há também um sistema de educação política para oficiais, com o propósito de lhes dar conhecimentos de dialética e métodos científicos para a solução de problemas de teoria militar. Os oficiais estudam a filosofia marxista-leninista, fundamentos do comunismo científico, economia política (inclusive problemas de economia militar), história do Partido, aplicação à guerra da teoria marxista-leninista, aspectos filosóficos da administração militar, pedagogia e psicologia.

Os métodos para a educação política dos oficiais são variados, comportando o estudo individual, aulas, conferências e seminários de teoria, debates e trabalhos escritos. Existem nas Forças Armadas centenas de universidades noturnas de Marxismo-Leninismo, escolas do Partido Comunista e simples grupo de estudos políticos. A sua finalidade é a mesma: proporcionar conhecimentos ideológicos e alguma experiência no trato de questões políticas.

O Exército e a Marinha dispõem, ainda, de uma vasta rede de centros culturais, como sejam residências para oficiais, clubes do exército, museus de glória ao combate, salas de Lenine em unidades do exército, salas de chá e café para militares. Todas as casernas possuem aparelhos de retransmissão rádio, um projetor de filmes e grupos artísticos amadores. Estúdios para filmes de amadores têm se tornado muito populares, nas guarnições. Dezenas de emissoras de televisão transmitem programas especialmente dedicados às Forças Armadas.

Um setor importante do trabalho ideológico, conforme aponta o livro, é o estímulo do sentimento patriótico e do heroísmo. Os soldados se poderão ser chamados a defender o país da agressão estrangeira aprendem a se orgulhar das realizações da pátria do socialismo. Homenagens especiais são prestadas aos heróis que se cobriram de glória nas lutas pela liberdade e independência do país. Muitos dos heróis que vivem na luta têm os seus nomes eternizados nas relações de efetivo das unidades ou navios soviéticos. Os museus de glória ao combate nas unidades e grandes unidades exibem coleções de relíquias, documentos,

etc. relacionados com a história da formação ou dos seus heróis. O Exército e a Marinha celebram simultaneamente em todo o país as datas magnas associadas à história do Estado Soviético e às suas Forças Armadas. A juventude militar — e também a civil — pode assim entrar em contacto com os veteranos da Revolução, da Guerra ou da Grande Guerra Patriótica, heróis dos campos de batalha, líderes militares e valorosos operários industriais. Nestas ocasiões se realizam excursões em que os jovens têm oportunidade de visitar locais onde o povo soviético conquistou vitórias na guerra, ou examinar as grandes realizações industriais do tempo de paz.

O progresso das técnicas militares e a produção de novas armas criaram severas exigências concernentes ao moral e à preparação psicológica dos combatentes. Um dos aspectos dessa preparação, afirma o livro, consiste em dar aos homens um perfeito conhecimento das armas modernas, seus rendimentos e possibilidades, em lhes explicar a provável natureza das próximas guerras e em lhes ensinar como cumprir seus deveres mesmo nas mais complexas situações de combate.

A adequação dos programas adotados na educação ideológica do pessoal é demonstrada pelos magníficos resultados obtidos no treinamento para o combate e na educação política das diversas formações, unidades ou navios. Uma prova de alto padrão moral e eficiência combativa dos marinheiros soviéticos foi a última viagem submarina em torno do mundo, realizada por um grupo de submersíveis de propulsão nuclear, comandado pelo Contra-Almirante Sorokin. Igual admiração merecem as nossas valentes sentinelas do ar, as Forças Aéreas da Defesa Aérea, que mantêm 24 horas por dia cerrada vigilância dos céus da União Soviética.

Os oficiais e praças das Forças de Foguetes Estratégicos têm demonstrado notável habilidade no manejo de suas modernas e complicadas armas. Mais da metade dos membros das F.F.S. possuem menções elogiosas de instrução de combate e educação política, em suas folhas de serviço; todos os lançamentos de mísseis de instrução, realizados nos últimos anos, proporcionaram um crédito favorável às F.F.S.

O pessoal das outras armas e serviços alcançou também progresso extraordinário, nos setores de instrução para o combate e educação política. Graças às suas firmes convicções políticas e ideológicas, os soldados soviéticos estão cada dia mais capacitados a bem cumprir seus deveres e a aperfeiçoar sua capacidade combativa.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna.

MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

A CAUSALIDADE HISTÓRICA

Cap. Art.

LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO

CAUSA, CONDIÇÃO E CAUSALIDADE

Se se folhear um dicionário em busca do significado do vocábulo *causa* encontrar-se-á a seguinte informação no verbete correspondente: *causa*, s.f. — aquilo que determina um acontecimento.

Em se tratando de História, contudo, a idéia de causa transcende deste simples enunciado e, por conseguinte, ganha mesmo uma nova dimensão. Ademais, visando o processo histórico a transformações e obedecendo a uma técnica, a análise em História não incide nas ocorrências em si, ou seja, nos acontecimentos, mas na interpretação destes que recebe a denominação de fato. Isto vem reforçar a tese de que causa em História é alguma coisa mais do que os vernáculos indicam.

Há, portanto, que se precisar melhor o termo. Assim sendo, para os estudiosos deste ramo das ciências sociais, dada a afinidade das palavras, necessário se faz ressaltar que só cabe a qualificação de causa *essencial e suficiente* que provoca um fato histórico, restando ao *exclusivamente* indispensável, mas não suficiente, a mera designação de *condição*.

Conceituado em bases explícitas causa e condição e estabelecida a distinção entre estes dois termos, falta distinguir causalidade que, em suma, se traduz pela relação amalgamadora do determinante ao efeito.

MONOCAUSALISMO X POLICAUSALISMO

Não há dúvida de que o homem faz a História do mundo e, reciprocamente, que a História faz o mundo do homem. Não se pretende contestar que o homem seja o protagonista ou agente principal da História. Mas daí apegar-se à figura humana como pedra angular dos fatos ou dar-se a um princípio básico científico, segundo o qual se afirma a existência de relações constantes e necessárias entre os fenômenos históricos, seria advogar um determinismo camuflado.

Hoje está mais do que comprovado que a simples existência de *causas* idênticos não geram resultados idênticos, mas dão apenas a possibilidade de efeitos análogos.

Com a projeção das experiências do já vivido nas telas do presente e os consequentes reflexos nos horizontes incertos do porvir, não se admite negar o livre arbítrio ou a influência da pessoa humana na determinação do fato histórico nem atribuir este a específicas forças internas ou externas.

O estudo analítico da gênese, crescimento, maturidade, decrepitude e morte das várias civilizações que antecederam às atuais ensina, ao contrário do que alguns tentam fazer crer, que a vida e morte das sociedades não foram condicionadas por um único fator, mas resultaram da interdependência de uma multiplicidade de fenômenos-causas.

Embora certos fatores influam sobremaneira na sucessão histórica e criem até mesmo a falsa imagem de que a História se repete, a verdade é que a equilibrada tomada de posição entre as correntes determinista e possibilista assegura a vitória do policausalismo sobre o monocausalismo.

Por outro lado o monocausalismo conduz ao determinismo já superado, que oferece o perigo de buscar analogias onde não existem, redundando na distorção da História.

O QUE FAZ A HISTÓRIA

Mas que forças afinal são essas que se ajustam para condicionar a História ou impelem o homem a desempenhar o seu papel histórico?

Inúmeros são os fatores que se apresentam. Buscando uma classificação genérica poder-se-ia subdividi-los em fatores físico-geográficos e humanos.

Agindo o meio físico mais negativa do que positivamente, "a Natureza comumente proíbe, às vezes sugere, mas raramente compele". Por isso, às chamadas influências propriamente ditas físico-geográficas talvez seria preferível batizá-las de relações, conforme preceitua DELGADO DE CARVALHO.

De sua parte, as relações diretas do meio físico-geográfico tendem a se restringir, no que diz respeito ao homem, à Pré-História, pois com os progressos da ciência e da técnica, os seus imperativos perdem, gradualmente, o caráter de necessário. A proporção que a vida se torna mais artificial o grau de civilização dos agrupamentos humanos se mede pelo coeficiente de independência que possuem em relação às forças naturais que o homem em vez de temer passa a controlar.

Por isso mesmo, o ponto de vista puramente físico-geográfico perdeu a importância que se lhe atribuía em tempos idos.

Dentre os físico-geográficos alinham-se a posição absoluta e relativa, o tamanho e a forma, a topografia e a hidrografia, as características químicas do solo e do subsolo, as condições climáticas, a existência e localização de recursos naturais da região.

Sendo o homem um agente ativo e não passivo da Natureza, mesmo quando recebe as imposições do meio, compreende-se que os fatores humanos se apresentem em maior número e revestidos de considerável significação.

Incluídos no rol dos humanos estão os fatores antropológicos, demográficos, culturais, ético-morais, religiosos, econômicos, político-sociais, militares e um dos mais poderosos do mundo moderno — o psicológico.

FATORES FÍSICO-GEOGRÁFICOS

Em primeiro lugar se apresenta a posição de uma determinada região com respeito aos hemisférios, ao equador e ao meridiano central, aos continentes e às rotas de comunicações. Da localização de um determinado país dependem sua segurança, suas relações com as diversas partes do globo e suas possibilidades de comércio exterior. As limitações e possibilidade de uma área mediterrânea são bastante diversas das de uma outra marítima ou insular.

Países dotados de ampla extensão territorial, tais como a URSS, podem normalmente abrigar um enorme contingente populacional e, conseqüentemente, proteger o seu interior com maior facilidade. Desfrutam também grandes probabilidades de dispor de imensas reservas de recursos naturais. Ao mesmo tempo, um país de dimensões extensas pode enfrentar sérias dificuldades no campo dos transportes acarretadas pelas distâncias e dispersão dos centros industriais e populacionais.

A forma de um país influi significativamente no desenvolvimento do poder nacional. Um país estreito e cumprido leva desvantagem na distribuição interna de matérias-primas e produtos industriais, na unificação de seus habitantes e da sua estrutura governamental e se torna vulnerável a agressões externas. Tal desvantagem avulta quando o país é bissecionado longitudinalmente por uma cadeia de montanhas, como o Chile, ou onde se mostra dividido em duas partes, como o Paquistão.

A configuração da superfície de uma área ou sua topografia constitui também um fator de ponderável valor. Montanhas e um relevo acidentado reduzem a cultivabilidade de terras aráveis e interferem na distribuição das águas pluviais. Estabelecem barreiras ou obstáculos às comunicações. Embora possam oferecer um sistema defensivo natural contra incursões alienígenas, da mesma maneira reduzem qualquer apoio externo em situações de emergência.

A existência de rios atuando como mananciais de água, fonte de energia hidrelétrica ou vias de transporte pode influir no desenvolvimento econômico de uma região.

Nos Estados Unidos, por exemplo, como se não bastassem os dois mares laterais, o Atlântico e o Pacífico, uma fabulosa rede hidrográ-

fica liderada pelo prodigioso Mississippi (verdadeiro rio de unidade nacional), no dizer de VIANNA MOOG, permite ir-se através dos rios, lagos e canais aos pontos mais extremos do país: de Nova Iorque à fronteira com o Canadá; de Saint Paul, Minnesota, a Nova Orleães, ao Golfo do México.

No Brasil a pobreza da rede hidrográfica, a quase inexistência de lagos, rios encachoeirados submetidos às incertezas dos regimes de cheias e vazantes constituem mais embaraços do que instrumentos de progresso. O próprio Amazonas, considerado o maior curso de água natural do mundo em volume nada vale comparado ao velho Nilo ou ao progressista Mississippi.

As características químicas e físicas do solo e do subsolo determinam até onde pode uma região ser auto-suficiente tanto na produção agrícola como industrial. E, nos dias de hoje, o país que não puder alimentar a si próprio estará em posição desvantajosa na competição internacional pelo poder.

O clima, além de exercer notável influência no desenvolvimento econômico de uma região está intimamente ligado ao vigor físico e ao bem-estar da população local. Dizem que não é acidental localizarem-se as grandes potências mundiais nas zonas temperadas e de latitudes médias onde o clima se apresenta moderado. Afirmam alguns historiadores que o homem parece sentir-se melhor, tanto física como mentalmente, ao longo das isotérmicas de 68° e 70°, com a umidade relativa oscilando entre 40 e 70 por cento. Nesta faixa de temperatura e umidade, tudo indica que o homem trabalha mais e com maior eficiência. As condições climáticas atingem também diretamente a parte do produto nacional bruto despendida com vestuários, abrigos e alimentos.

Sobre e sob a superfície da terra acham-se as matérias-primas que alimentam a moderna indústria. O grau de auto-suficiência de uma nação no suprimento de produtos agrícolas e minerais ganha especial significância, em particular, nos tempos de conflitos armados quando as linhas de comunicações podem ser total ou parcialmente interceptadas. A pura e simples existência de recursos naturais não é suficiente para que uma área assuma posição de destaque no quadro mundial. A suma importância no caso é a localização relativa a outras reservas naturais e aos centros produtores e consumidores. A enorme distância entre a quase totalidade das jazidas de minério de ferro e as minas de carvão na Rússia muito entravaram o desenvolvimento daquele país no passado. Os Estados Unidos, por outro lado, foram particularmente afortunados de ter depósitos de minério e minas de carvão próximas e dentro de uma rede de rios navegáveis e do sistema dos Grandes Lagos, que permitem um escoamento fácil e barato para os centros industriais e populacionais situados ao longo destas aquavias.

FATORES HUMANOS

Já vão longe os dias em que a teoria vigente era a da desigualdade das raças em inteligência, valor, capacidade criadora e de absorver cultura independentemente das condições físico-geográficas, antecedentes sociais e período histórico. A superioridade congênita do dolicocefalo loiro de olhos azuis sobre o resto da humanidade é coisa do passado.

As experiências levadas a efeito por Ford na Amazônia brasileira e por alemães na Amazônia peruana invalidam completamente as doutrinas de Chamberlain e Gobineau, há poucos anos revigorados pelo nacionalismo de Hitler.

A História moderna não aceita, sem levar em conta a herança social e fatores geofísicos, o mito das virtudes hereditárias de certas raças.

O esdrúxulo racismo norte-americano, consubstanciado na doutrina de iguais mas separados, dia a dia perde a acústica de outrora e ameaça a grandiosidade daquela superpotência.

A tão combatida miscigenação racial, apontada como causa geral do atraso da América Latina, tem provado que não degrada tanto os indivíduos que dela participam nem o produto.

Um dos mais expressivos determinantes da qualificação de uma nação como potência é o caráter de seu povo. Qualquer análise com o propósito de determinar a contribuição de um potencial humano à História deve compreender três considerações: características demográficas, condições e atitudes impostas por herança cultural e grau de efetiva devoção aos interesses nacionais.

Um grande efetivo populacional constitui, sem dúvida, um dos requisitos básicos para o fortalecimento do poder nacional, mas números pequenos não são o bastante. Se apenas um grande efetivo populacional fosse o suficiente para uma nação tornar-se potência, a China seria a mais poderosa do mundo, seguida pela Índia e a União Soviética ocuparia o terceiro lugar. Embora o número de habitantes de uma região seja de capital importância para se aquilatar o seu potencial humano, não menos significativas são as considerações de ordem qualitativa, tais como nível educacional, condições sanitárias, dotes culturais, habilidades e caráter nacional. Somente a integração de todas estas coisas darão um perfil dos recursos humanos em foco.

Muitas vezes pensa-se que uma nação dotada de uma população jovem, aquela que dispõe de uma grande percentagem de pessoas em idades baixas, é viril, forte e se encontra em uma situação vantajosa. Isto nem sempre retrata a verdade. Freqüentemente tal se verifica entre povos de hígidez precária cujas altas taxas de mortalidade colocam sérias limitações à sua produtividade. Da mesma forma, se associa comumente a idéia de desenvolvimento a um efetivo populacional em

ascendência, enquanto, reciprocamente, se relaciona a de uma população em decréscimo a um retrocesso. Isto, também, pode não ser válido. Um incremento populacional, a menos que tenha as necessárias qualificações e adequados meios de subsistência, ocasiona transtornos a uma economia em vez de a fortalecer.

A distribuição ocupacional de uma população serve de indicativo para o poder nacional. Uma elevada percentagem de gente fixada à terra pela imposição de fornecer alimentos ao restante de uma população limita o volume da força de trabalho industrial e da reserva disponível para atender as crescentes demandas numa emergência nacional ou internacional. Os povos por natureza móveis acostumados a mudar fácil e rapidamente de uma localidade para outra gozam do privilégio de trocar de atividades sem embaraços. Já nas áreas de povoamento estático, em que durante anos não se processam sequer migrações internas, a força de trabalho se restringe apenas a determinadas atividades, o que leva à estagnação. Os nômades, dado que estão habituados a enfrentar mudanças de diversas ordens, acham-se melhor equipados para as essenciais transformações acarretadas pelo desenvolvimento industrial.

O fato de um povo fruir de um elevado padrão de vida pode tanto favorecer como prejudicar o fortalecimento do poder nacional. Exercera uma influência positiva no caso de haver um considerável "superavit" na economia. Em uma nação de elevado padrão de vida a fonte de mão-de-obra, onde a força de trabalho normal se abastece para expandir-se, é geralmente maior. Uma reduzida percentagem dos membros das famílias trabalha em tempo de paz. Além disso, um povo beneficiado por alto padrão de vida comumente está melhor capacitado a educar os jovens e, conseqüentemente, ampliar a força de trabalho da nação. Por outro lado, pairam dúvidas se um povo acostumado a um elevado padrão de vida restringir-se-á ao mínimo indispensável para a sobrevivência e ainda despenderá o esforço necessário à segurança da nação, em situações de emergência.

Os efeitos dos diversos tipos de incentivos e como os povos reagirão sob certas pressões e motivações variam muito no espaço e no tempo. A psicologia, a estrutura social de um povo e as condições do momento condicionam-no a agir diversificadamente em circunstâncias homólogas. Costumes e tradições exercem incomensuráveis resultados sobre os homens. Por exemplo, ao início da Segunda Guerra Mundial julgava-se impraticável lançar a mulher européia em muitas linhas de produção devido ao tradicional pensamento de que o seu lugar era em casa e não na rua. Tais restrições diminuíram a mão-de-obra disponível para fins industriais, embora, nesta mesma região, se aceitasse a mulher na lavoura para aumentar a produção agrícola.

Apenas por intermédio de um estudo completo dos costumes, da religião, das ideologias e do meio, precisar-se-ão os reflexos dos fatores psicológicos e sociais na História.

Há, entretanto, os intangíveis e incomensuráveis que se revelam somente em determinadas situações e condições. Constituem, sem dúvida, um importante fator de análise. Por exemplo, não se pode jamais fixar até aonde irá o patriotismo de um povo no apoio aos objetivos e ações de um governo. Naturalmente, uma nação desprovida de um acendrado sentimento patriótico, aquela força mística que impelle os cidadãos a se unirem para a consecução dos ideais nacionais com sacrifícios pessoais, não permite a um governo, por mais bem intencionado e vigoroso que seja, a desenvolver grandes projetos que requeiram contribuições altruísticas de uma parte razoável do povo.

No mundo de hoje talvez o que mais assegura a união de um povo de cultura similar, ocupando uma área comum, em uma comunidade — a nação, é a força psicológica. Reside aí aquela seiva que empresta vigor para resistir a uma potência estrangeira quando tenta impor o seu controle ideológico, político, militar ou econômico a outrem; rejeitar propostas ou tentativas de organizações internacionais que ofendam a soberania do Estado; criar alento e lutar pela conquista dos objetivos nacionais permanentes.

Não sendo o homem e suas criações subprodutos geofísicos e pertencendo à História as paixões, os orgulhos, os conflitos, as ambições e a moralidade, não se pode querer interpretá-la abstraindo as influências dos fatores ético-morais nos fenômenos sociais. Mesmo porque o ético-moral que regula o comportamento do homem em sociedade difere de lugar para lugar e de época para época. Por exemplo, a poligínia, em tempos idos e hoje, praticada entre certas tribos da África e da Ásia, causa espanto aos povos ditos civilizados. Entretanto houve ocasiões em que tais sociedades poligâmicas foram tidas como adiantadas. O Homossexualismo, atualmente condenado pela moral vigente, foi amplamente praticado em Esparta no apogeu daquela histórica cidade-estado da Grécia. Em pleno século XX, os esquimós continuam escandalizando outros povos com o tradicional costume de oferecer a esposa aos seus hóspedes. Tivessem os portugueses se deslocado para o Brasil desde o princípio com suas famílias, apesar da ausência de preconceitos raciais oriundos de uma ocupação moura secular, e, se dispostos a aqui se fixar, como ocorreu com os colonos ingleses do "Mayflower" na América do Norte, provavelmente, a miscigenação não se operasse em tão larga escala. Os açorianos que imigraram para o Rio Grande do Sul e o português do Norte, que não sentiu os efeitos da saturação moral inconsciente provocada pelos costumes sarracenos da prática da poligínia e da visualização da escrava como instrumento de prazer, resistiram ao cruzamento com índias e negras, mostrando um comportamento discriminatório semelhante ao do anglo-saxão nas colônias.

Ao lado dos fatores ético-morais se enquadram os religiosos. "Nas colônias do Novo Mundo, os padres seculares viviam amancebados com mestiças sob a égide de que abaixo da linha do Equador não havia

pecado — *ULTRA EQUINOCALEM NON PECCAVIT?*” Na Idade Média tudo estava subordinado à ética religiosa e como tudo era feito para maior glória de Deus, não se admitia cultivar valores materiais. Todas as ciências e artes se condicionavam à palavra da Igreja. A verdade na época só encontrava fundamentos nas revelações divinas e não nos argumentos da razão como sói acontecer agora. A propriedade, o dinheiro, a acumulação de riquezas, o comércio, a indústria, o empréstimo, o juro e o “turpe lucrum” passaram a ser admitidos só depois da reforma calvinista. A usura ou cobrança de juros era pecado, conforme S. Tomás de Aquino. Protestantismo e racismo fazem sentido para alguns, enquanto outros defendem que catolicismo subentende nacionalismo. Para Santo Agostinho, as riquezas foram feitas para o homem e não o homem para as riquezas. Ainda recentemente na “*POPULORUM PROGRESSIO*”, Paulo VI afirma que a doutrina social da Igreja se alicerça nos ensinamentos dos antigos Padres e dos grandes teólogos bíblicos, citando textualmente Santo Ambrósio: “A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos”. Trechos há em que lembra as palavras de São João Crisóstomo e de São Jerônimo, respectivamente: “Tu possuíste o resultado do roubo, se não és tu mesmo um ladrão”. “Todas as riquezas têm sua origem na injustiça. Se alguém não tivesse perdido, o outro não poderia adquirir... todo homem rico é ladrão ou filho de ladrão”. Já aos olhos do puritano as supremas virtudes são a poupança, o trabalho, a utilização do tempo e a acumulação de riquezas. Foram os judeus expulsos dos países católicos que, aliados aos calvinistas, estabeleceram a lei da oferta e da procura, da livre concorrência, criaram a letra de câmbio e os títulos ao portador, institucionalizaram os juros e organizaram as companhias por ações. O célebre historiador moderno Toynbee, em sua não menos famosa obra “*A Study of History*”, assegura mesmo que História é teologia.

Há ainda quem diga também serem as civilizações promovidas pelos grandes homens, gênios, líderes e heróis, porque as massas desprovidas de personalidade criadora, na melhor das hipóteses se limitam a uma imitação superficial e mecânica (mimese) — “uma das menos elevadas faculdades da natureza humana”. E como exemplo citam os nomes de Moisés e Maomé, Cristo e Buda, Zoroastro e São Benedito, Alexandre e Júlio César, Maquiavel e Pedro o Grande, Napoleão e Kant, Washington e Cromwell, Lenine e Gandhi, Kaiser e Hitler, Churchill e De Gaulle, etc. O aparecimento dos heróis na História, todavia, parece resultar mais dos constantes desafios levados aos diversos povos ao longo dos anos e cuja solução reclama um esforço anormal, sem precedentes, dos homens.

O fator econômico, segundo os marxistas, rege a História. De acordo com esta teoria as metamorfoses políticas, sociais, religiosas, filosóficas, institucionais, culturais, individuais e coletivas, derivam do sistema de produção da época. Pregava Karl Marx que a “História se processa exclusivamente em torno dos fatores econômicos e da luta de classes”. Mas como o homem nada cria, nem destrói, só produz, a economia política

clássica atribui à produção uma triplíce origem: a natureza, o trabalho e o capital (modernamente acrescida de uma quarta — capacidade empresarial).

Na verdade a capacidade econômica de um agregado é medida pela habilidade organizacional de seus membros para empregar os recursos disponíveis eficientemente. Tal eficiência representa, em grande parte, a capacidade empresarial de combinar trabalho, capital e natureza da maneira mais econômica. Isto implica, em um certo grau, na habilidade de conservar os recursos materiais e humanos através de constantes inovações tecnológicas.

Não há um único índice capaz de mensurar apuradamente o potencial econômico. Existem bons indicadores de progresso industrial tais como valor da produção de energia ou de aço de um país, se pudessem ser medidos com precisão. As estatísticas sobre transportes e comunicações fornecem outros índices que podem oferecer uma imagem do desenvolvimento alcançado em uma região se comparada a outra tomada como padrão. Em que pese os métodos imprecisos de cálculo e de conservação numa unidade universal de valor o "Produto Nacional Bruto" e a renda "per capita" ainda são úteis ferramentas para se avaliar uma economia.

Apesar de as nações se apresentarem politicamente independentes dentro da política moderna raramente agem com independência absoluta. E por sua vez os fatores políticos se interpenetram desde os primórdios das antigas civilizações com os econômicos, psicossociais e militares. Desta forma não há como afirmar que este ou esse fato histórico se deva exclusivamente a uma origem eminentemente política.

Os militaristas argumentam que a História não se faz sem armas e guerras. Procurando defender suas tendências belicosas se aproveitam da dialética hegeliana e enfatizam que a humanidade paradoxalmente se perpetua e progride somente por intermédio de conflitos armados.

HISTÓRIA E VIDA

Tentando, finalmente, inferir-se o que constrói a História depreende-se que, contrariando as inúmeras teorias divulgadas e discutidas no passado, esta ciência social não se fundamenta exclusivamente no comportamento de uma raça lutando por sua pureza, nem tampouco na geografia como insinuava Ratzel, muito menos no progresso indefinido de Spencer ou na lei dos três estados do positivismo de Comte, na religião ou nos heróis, na simples estrutura do fator econômico, como juram os adeptos de Marx, ou na espada do soldado.

A História foi cognominada a "mestra da vida" porque é a própria vida. E onde há vida domina o imprevisível e o incontrollável que não

permite unilateralidade de causas, mas concausas, passado, presente e futuro. Eis por que os antigos sempre que desejavam explicar os antecedentes dos fatos remontavam ao fundo dos tempos dizendo "No princípio era o Verbo..."

As origens e os motivos de quaisquer acontecimentos sociais não se podem restringir a causas exclusivas ou predominantes. Quando muito se aceita para fins didáticos o estabelecimento de causas mediatas e imediatas.

Até o presente desconhece-se a ciência da exata hierarquização dos fatores-causas.

No dizer de Troeltsch "a causalidade ignora hierarquia".

ENCADERNAÇÃO E DOURAÇÃO

PLANETA

*Executam-se com perfeição encaderna-
ções em percalina e couro, reformam-se
bibliotecas e brochuras em geral*

ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO

S. CARVAS CAMARA

RUA CACHAMBI, 206 - LOJA D - MEIER - TEL. 49-3422

O PROCESSO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO EQUADOR

Maj Inf HÉLIO COSTA

S U M Á R I O

1. Generalidades
2. Situação do atual Equador no âmbito do VR de Nova Granada no início do século XIX
3. A situação pré-revolucionária e revolucionária
4. A atuação de Bolívar e Sucre
5. A situação do Equador em face da Grã-Colômbia
6. Conclusão

1. Generalidades

A conquista do Equador se realizou de 1533 a 1534. Foi complementar à do Peru. Teve também o caráter privado e foi realizada com o apoio da Base de San Miguel de Piura contra forte resistência do indígena.

Em 1542 ficou subordinado ao VR do Peru com a criação deste.

Em 1717, a pedido de um visitador, foi criado o VR de Nova Granada que compreendia também a Presidência de Quito, onde já vinha funcionando a Audiência desde 1563. Em 1808 os Governadores de Guayaquil, Quijos e Maynes pertenciam ao VR do Peru, pois foram desmembrados da Presidência de Quito em 1803. Isto é um pequeno resumo da formação histórica do Equador, necessário ao entendimento do seu processo de emancipação política. Este processo, encarado de um modo mais amplo, apresenta aspectos semelhantes com o que aconteceu na H S A, em todas as antigas colônias.

De fato, os ressentimentos criados pelos processos coloniais da Espanha, eram comuns em todas elas.

Deu-se o rompimento de clausura intelectual cujos efeitos logo se fariam sentir. Com isto, as idéias de liberdade que agitavam o mundo, no final do século XVIII, chegaram a H S A. Eram idéias sobre liberdade do Comércio, sobre a organização democrática dos Governos e tantas outras que enebriavam os americanos desejosos de melhores dias.

NOTA DO AUTOR — O presente trabalho é de uma compilação feita de um polígrafo do Gen Flamarion Barreto Lima sobre o mesmo assunto e de igual modo, do livro do Gen Airton Salgueiro de Freitas, que trata da emancipação política dos países sul-americanos. Nada tem de original a não ser algumas conclusões. Visou o autor apenas "colocar em forma", país por país, o que está naquelas duas excelentes fontes de consultas para o candidato à ECEME.

Dêste modo, pouco a pouco, se ia formando um clima pré-revolucionário e posteriormente de completa revolução. O desmoronamento do trono espanhol, no início do século XIX, em face da ação de Napoleão, originou uma oportunidade excepcional para o desencadeamento do movimento emancipador.

A fim de que se tenha uma visão mais ampla do Processo Equatoriano, mister se faz que, inicialmente, seja mostrada a situação em que se encontrava o atual Equador, no início do Século XIX, principalmente as condições Politico-Sociais, decorrente do Processo Colonizador Espanhol.

O movimento Precursor de Miranda e a repercussão da ação de Napoleão, necessitam também ser conhecidos. Não se pode também deixar de mencionar a Campanha admirável de Bolívar e a formação e desagregação de seu sonho maior a Grã-Colômbia, na parte que interessa ao Equador.

2. Situação do atual Equador, no âmbito do Vice-Reinado de Nova Granada, no início do século XIX

O Território do atual Equador fazia parte do VR da Nova Granada e VR do Peru, no início do século XIX.

Havia uma Audiência em Quito. Nesta cidade havia também duas Universidades. A miscigenação das três raças povoadoras (branco — índio — negro) tinha sido bastante intensa. A população indígena que fôra duramente tratada pelos Colonos brancos, estava dizimada em grande parte. Havia, entretanto, contingente de índios puros que nutriam ódio feroz ao homem branco, fôsse espanhol ou crioulo. Viviam em regiões inacessíveis da Cordilheira Andina ou nos "lhanos". O comércio era ativo, sendo o pôrto de Cartagena, o mais importante, e, intermediário, desde o início da colonização, nas trocas comerciais, com o exterior. O movimento intelectual era apreciável havendo uma Universidade em Bogotá. O clero era numeroso e influente. Em Bogotá havia um Arcebispado.

Havia um descontentamento generalizado dos crioulos que constituía a elite político-econômica e intelectual nativa.

A grande massa de escravos negros, nas plantações da costa e no vale interior de Madalena e os índios empregados nas minas da área de Bogotá, eram indiferentes a mudança de senhores. A par disso, havia os contingentes de índios puros nutrido ódio mortal ao branco, isolados em regiões inacessíveis e que não perdiam oportunidade para hostilizá-lo, fôsse ele espanhol ou crioulo.

A população era quase igualmente distribuída pelas zonas costeiras e do interior. Nas costas, havia ricos comerciantes e fazendeiros em contacto com as idéias vindas do exterior. Tinham tendências políticas liberais e federalistas.

No interior, existiam grandes proprietários agrícolas e senhores de minas, vivendo mais ou menos isolados nas suas propriedades. Tinham pendor aristocráticos e conservadores, temiam os indígenas e não raro se desentendiam com os comerciantes da costa, intermediários forçados de suas ligações com o exterior. A tendência política desses elementos era: **lealista, absolutista e unitário.**

A força militar existente era importante e constituída principalmente de Soldados espanhóis. As populações da costa eram mais aguerridas.

Esta era, pois, a situação do atual Equador no início do século XIX. Como vemos, o mesmo quadro existente em todo o Território do VR de Nova Granada.

3. A situação pré-revolucionária e revolucionária

Em 1808, Governava o Vice-Reinado da Nova Granada, o Vice-Rei — D. Antonio Amar. Nesse ano, chegou a notícia da tomada do trono espanhol por Napoleão. Como aconteceu em toda a H S A, isto teve grande repercussão. O Presidente da Província de Quito (pertencia ao VR de NG), D. Manoel Urriez efetuou várias prisões, a título de reprimir a agitação popular, o que desgostou o povo.

Esta insatisfação, culminou com um Movimento contra Urriez, em 10 de agosto de 1809, data em que se comemora a Independência do Equador e chefiado pelo Capitão Salinas. É então organizada uma Junta chefiada por Montufar. Este movimento foi efetuado sob o pretexto de fidelidade a Fernando VII, fórmula que, com certa honestidade foi empregada pelos revolucionários americanos em todas as partes. Mas era indissfarçável o anseio de Independência total.

O VR Amar julgou o movimento sedicioso e enviou tropas para combatê-lo. O mesmo fez o VR do Peru. Ameaçada pelo Norte e pelo Sul, a Junta fez sair um Corpo de Tropa para o norte o qual se aproximou das tropas realistas e foi por estas derrotado nas proximidades da Província de Pasto, a 16 de outubro de 1809. Estava debelado o movimento. Urriez retoma o poder. No entanto isto era apenas o início de tremenda Guerra. A consolidação da Independência só seria conseguida posteriormente, através das Campanhas de Bolívar, coadjuvado por seu melhor discípulo, o General Sucre.

2 o que veremos.

4. A situação de Bolívar e Sucre

Debelado o movimento de Salinas, em 1809, a partir daí, Quito e Guayaquil, tomaram parte direta ou indiretamente nos acontecimentos que tiveram lugar quer no VRNG, quer no VR do Peru.

Ano após ano, vamos chegar a 1820.

A 9 de outubro daquele ano (1820), o Governo de Guayaquil, então subordinado ao VR do Peru, sublevou-se. Os Patriotas aprisionaram o Gv Viveros e organizaram uma Junta chefiada por José Joaquim Olmedo.

Surgiram, logo, três correntes: a que desejava a incorporação ao Peru; a que preferia sua união com a Colômbia e a que desejava a transformação em Nação Independente.

Assim dividido, os patriotas pediram auxílio a Bolívar e San Martín. Organizaram por outro lado, forças para resguardar a Independência do Governo Revolucionário contra os espanhóis de Quito e levar a Revolução ao interior.

Uma Divisão patriota enviada para o norte foi derrotada pelas Forças do Presidente de Quito, Aymerich.

Bolívar tomou conhecimento da Revolução de Guayaquil em 9 de dezembro de 1820. Em 25 de novembro de 1820 Bolívar havia feito um armistício com os espanhóis, em Trujillo, Venezuela. Por essa época envia a Quito o Gen José Antonio Sucre a fim de estender o armistício a essa Região. Sucre conseguiu que as hostilidades fôssem suspensas em Quito, entre os realistas e os neogranadinos de Colômbia. No entanto Aymerich não concordou que o armistício fosse estendido aos rebeldes de Guayaquil. Em maio de 1821, Sucre desembarcou no Golfo de Guayaquil. A partir daí entrou em operações contra os realistas. Venceu-os em Yaguachi a 19 de agosto de 1821, sendo porém derrotado em Huachi a 12 de setembro. Sucre habilmente negociou também um armistício com os realistas, aproveitando-o para reorganizar suas forças e para solicitar a San Martín que lhe enviasse auxílio.

Bolívar por sua vez iria pessoalmente levar reforços para Sucre.

Entrementes, Sucre informado de que o Gen Andrés Santa Cruz, estava a caminho de Guayaquil com uma Divisão de Reforço que lhe enviara S M, rompeu o armistício em 18 de janeiro de 1822 e procura concentrar suas forças na região de Saraguro.

Em 9 de fevereiro de 1822, Sucre dispunha em Saraguro de uma Divisão Colombiana e uma Peruana sob o comando de Santa Cruz. Daí partiu a 19 de fevereiro para enfrentar os espanhóis. A 29 de abril já estava rumo a Quito.

Por essa ocasião Sucre incorporou às suas tropas um Batalhão enviado por Bolívar. No dia 21 de maio de 1822, Sucre foi informado de que Aymerich iria receber reforços em curto prazo, vindos de Pasto, para a defesa de Quito. Assim, Sucre que já tinha feito várias tentativas para travar combate com Aymerich, frontalmente, todos em vão, decidiu mostrar uma audaciosa manobra, desbordando o flanco direito do adversário, visando colocar suas forças entre Quito e Pasto, impedindo a chegada dos reforços.

Era uma operação difícil e digna de um grande General. As 21 horas do dia 23 de maio de 1822, deu início ao movimento. E

no dia seguinte, 24 de maio de 1822, iria travar a Batalha de Pichincha em que, vencedor, confirmou a Independência do Equador.

No dia 25 de maio de 1822, Sucre entrou em Quito e arvorou na Cidade o Pavilhão Colombiano. No dia 29 o Povo Quiteno decidiu aceitar sua reunião à Grã-Colômbia. No dia 11 de julho de 1822, Bolívar chegou a Guayaquil a fim de conseguir a adesão também à Grã-Colômbia.

Logo após Bolívar se encontrou com San Martín em Guayaquil, na sua célebre entrevista (26 e 27 Jul 1822). Após essa Conferência é que ficou decidido que Guayaquil seria incorporada à Grã-Colômbia.

5. A situação do Equador em face da Grã-Colômbia

Logo após a Batalha de Pichincha, realizada a 24 de maio de 1822, o Povo de Quito, a 29, aceitou sua reunião à Grã-Colômbia.

Guayaquil só iria unir-se a Grã-Bretanha após a entrevista de Bolívar e San Martín realizada a 26 e 27 de julho de 1822.

E posteriormente, logo após a separação da Venezuela da Grã-Colômbia, em 25 de novembro de 1829, o Gen Juan José Flores, Chefe dos Departamentos do Sul, tratou de constituir um Estado Independente e Soberano convocando para este fim, uma Assembléia Constituinte em 31 de maio de 1830. A Assembléia depois de votar uma Constituição Republicana e dar à nova República o nome de Estado do Equador, nomeou o General Flores para seu Presidente.

O Equador também se desligara da Grã-Colômbia.

6. Conclusão

O Processo de Emancipação Política do Equador, teve como condicionantes fatores diversos, entre os quais julgamos necessário ressaltar como conclusão do estudo feito:

1. A situação político-social reinante no território no qual se formou o atual Equador, no final do século XVIII para o início do século XIX, evidenciando um descontentamento generalizado, principalmente na elite nativa política, econômica e social, constituída pelos "Crioulos".

2. A pressão antagônica exercida por parte do VR de Nova Granada e do VR do Peru, influindo poderosamente na organização futura da nova República.

3. A ação combinada de Bolívar, Sucre e San Martín, conduzindo afinal pela ação esclarecida desses líderes, pela compreensão e boa vontade em conjugar esforços, à libertação total do jugo espanhol.

4. A oportunidade excepcional surgida com a tomada do Trono espanhol por Napoleão em 1808.

5. A existência embora, efêmera da Grã-Colômbia, da qual surgiu totalmente unificado o atual Equador.

«LOS DE LANZA Y GUITARRA»

POEMA CLÁSICO DA CAVALARIA ARGENTINA

Cuando las yeguas ya no den más potros,
ni crezcan más las cañas de tacuara,
cuando ningún talón sepa de espuelas,
ni de lujo en pihuelos y rodajas.

Cuando no se levante más el polvo
de la caballería en una carga;
cuando ya nadie más comprenda nada
de regatones, cujas y moharras.

Cuando ya se hayan ido para siempre
los centauros jinetes de mi raza;
los que por diversión hacían la guerra,
los que por profesión hacían la patria.

Los que a la luz del sol daban la vida,
y a la luz de la luna serenatas,
los de historias de amores y entreveros,
"Los de lanza y guitarra!...

Cuando ya se hayan ido para siempre
con la gloria chuceada en la tacuara,
y el último jinete se haya muerto
delirando con cargas y fanfarras.

Yo sólo sé dónde podré encontrarlos,
con sus caras, sus pingos y sus lanzas;
Yo sólo sé dónde estarán entonces
"Los de lanza y guitarra!...

Los hallaré en el cielo de la gloria,
en el mundo infinito de las almas;
porque este mundo les quedó muy chico
para la más cortita de sus cargas.

Y allá estarán, jinetes en el viento,
llevando a los relámpagos por lanzas,
pechando nubarrones con sus fletes,
usando las estrellas por rodajas!

Haciendo trepidar el mismo cielo!
cargando eternamente hacia la nada;
allá estarán cerca de Dios, muy cerca,
"Los de lanza y guitarra!...

UM PROBLEMA DO PATRIMÔNIO DO EXÉRCITO

DESAPROPRIAÇÕES

Maj Eng
JOÃO SHLER

A experiência que tivemos no exercício de funções, inclusive de chefia, do Serviço do Patrimônio Regional da 2ª Região Militar, em uma região de alta valorização imobiliária com conseqüente complexidade de problemas de toda ordem, leva-nos a apresentar esta nota, que pensamos ser oportuna e particularmente útil aos militares que venham a ter encargos relacionados a desapropriações. Normalmente os problemas patrimoniais não fazem parte da formação profissional e das atividades rotineiras do militar da ativa. Na verdade observamos que ocorre por vezes que as questões relativas a desapropriações são tratadas sob os mesmos aspectos por órgãos diferentes, ou ingerências de órgãos em atribuições de outros e, ainda, falta de providências de órgãos pouco familiarizados com as lides patrimoniais.

Unidades residenciais, para fins da presente exposição, são acomodações sobre terrenos Próprios Nacionais sob jurisdição do Ministério do Exército atribuídas a alguma Organização Militar para que sirvam de moradia a militares da dita organização.

O Decreto 48.230, de 16 de março de 1960, aprova o Regulamento da Diretoria do Patrimônio do Exército (DPEX). O art. 1º dásse Regulamento diz :

"A DPEX, diretamente subordinada à DGEC incumbe-se das atividades relativas ao tombamento e à manutenção da posse dos bens imóveis sob a jurisdição do Ministério da Guerra."

Logo cabe à DPEX estar atualizada com o número e tipo de unidades habitacionais de cada Organização Militar em todo o País. Em conseqüência sabe também as necessidades ainda em falta.

As faltas de residências para militares podem ser remediadas de duas formas :

- a) Pela construção em terrenos já da jurisdição do Ministério.

O Boletim de Informações do EMEx, Edição de Set 67, ao referir-se à política habitacional define a responsabilidade de forma objetiva:

"O órgão encarregado da execução da política habitacional é a Diretoria de Obras e Fortificações (DOF) que o faz através seus planos de Construção de Residências Militares (PCRM) elaborados anualmente e para serem realizados, em princípio no período de três anos."

b) Por desapropriação. É solução prática que convém ser aplicada em guarnições onde não há terrenos jurisdicionados ao MEX, que comportem as construções das Unidades Residenciais.

Caso haja Próprios, presume-se seja mais econômico construir nêles por intermédio da DOF do que nova compra onde necessariamente esteja incluído o valor do terreno.

Não vemos como recomendar aquisições de áreas com finalidade de construção quando é possível comprar casa ou edifício pronto. Os andamentos burocráticos do processo de desapropriação são iguais. Mas a compra apenas do terreno sujeita o projeto de construção às servidões de verba, e o que é pior, sempre há novas idéias com as mudanças do Cmdo, ocorrendo casos em que a área fica esquecida, considerada inadequada, freqüentemente abandonada. Passa então a ser problema para vigilância, e evitar ser invadida, depredada ou confundida em seus limites. Permitimo-nos citar, como exemplo constrangedor, a situação presente da valiosa Colônia Militar de Itapura, próprio nacional com seus 217.000.000 m² (duzentos e dezessete milhões de metros quadrados) invadida, depredada e confundida nos seus limites.

A iniciativa da incorporação de um imóvel de acordo com a letra c) do n. II das Instruções Patrimoniais aprovadas pela Portaria n. 2.234, de 24 de setembro de 1960, diz:

"Cabe ao Comandante da Região Militar a iniciativa da proposta de incorporação do imóvel, por proposta do proprietário do órgão diretamente interessado ou determinação do Ministro da Guerra."

Essa iniciativa torna-se ainda mais clara quando no n. 2 letra A do Título III da aludida Portaria onde se trata da tramitação do processo instrui que o mesmo deve sair da Região Militar para a DPEx. Logo caso a aquisição não seja considerada conveniente na Região Militar, recebe seu despacho de arquivamento na origem.

A DESAPROPRIAÇÃO NO DIREITO

A desapropriação ou expropriação é a transferência compulsória de bens particulares, ou públicos de entidades de grau inferior, para o Patrimônio do Poder Público expropriante. Essa transferência de domínio tem por fim o benefício da coletividade.

O § 22 do art. 150 da Constituição diz :

"É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvado o disposto no art. 157, VI § 1º ..."

Identificam-se três conceitos :

— Necessidade pública quando a Administração Pública enfrenta problemas que só podem ser resolvidos pela transferência da propriedade particular para o domínio da pessoa administrativa encarregada de resolvê-los. A forma mais freqüente de necessidade pública é manifesta pelas Municipalidades quando empenhadas em modificações urbanas destinadas a melhorar condições de trânsito.

— Utilidade pública quando há conveniência aos interesses administrativos na utilização dos bens particulares. Nessa forma os bens particulares não são imprescindíveis ao uso público, razão pela qual são precedidos de dispositivo de declaração de utilidade pública. Essa condição é identificada no art. 10 do Dec-Lei 3.365/41 :

"A desapropriação deverá efetivar-se mediante acôrdo ou intentar-se judicialmente dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará. Neste caso, somente decorrido um ano, poderá ser o mesmo objeto de nova declaração."

A transferência de domínio só é consumada por formalidade notarial de Escritura ou Sentença Judicial de imissão de posse. Seu processamento é previsto no Dec-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941; Lei n. 2.786, de 31 de maio de 1956 e outras.

— Interesse Social — Quando a autoridade administrativa entende que a propriedade particular pode ter melhor aproveitamento ou maior produtividade se distribuída e retalhada — Lei n. 4.132/62, Lei Delegada n. 4/62; Lei n. 4.504/64 (Estatuto da Terra). Essa modalidade só pode ser procedida pela União Federal, em propriedades rurais, terá o pagamento feito em títulos especiais da Dívida Pública e será alicerçada no § 1º do n. VI do art. 157 da Constituição, onde se lê :

"Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos especiais da Dívida Pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço das terras públicas."

Ao encerrar esse ligeiro esboço de desapropriação sob o prisma do direito é oportuno insistir que o Poder Público de maior hierarquia é a União Federal, não havendo possibilidade de se curvar perante interesses Estaduais ou Municipais.

A exemplo citamos o uso dos bens da União para passagens públicas que devem ter anuência expressa em "Térmo de Entrega e Recebimento" a ser fornecido pelo Serviço do Patrimônio da União. Caso ausente essa formalidade a passagem pode ser embargada a qualquer tempo — a passagem é mera intrusa.

A DESAPROPRIAÇÃO NO MUNICÍPIO

É comum fazer-se a qualificação das terras pelo seu uso:

- a) Para produção de alimentos — zonas rurais.
- b) Ocupação para construção de locais de trabalho — os edifícios de escritórios e fábricas.
- c) Ocupação para moradias.

Como estamos interessados na análise dos problemas habitacionais do Ministério, o que foi dito nas letras a) e b) só pode interessar a desapropriações destinadas a instalações de Organizações Militares.

Cuidemos do uso para moradia.

A propriedade mais tangível, mais concreta, mais sólida e estável é o solo. Desde as fases mais remotas da História, o homem por um sentimento inato, no desejo de sua segurança e estabilidade, foi conduzido a demarcar um pedaço de terra que seja seu, onde ele seja senhor, onde abrigue sua família e de cuja produção, resultado de seus esforços, obtenha sua subsistência. Com a evolução social, aparecimento dos núcleos humanos, progressos econômicos, o desejo de propriedade tomou outro aspecto. A forma de promover os meios de subsistência nas cidades exige freqüentes mudanças de famílias. Em consequência, há necessidade de residências disponíveis para serem locadas. A locação como outro comércio é sujeita a especulações, mas situa-se em elevados níveis. Ninguém melhor que o militar para confirmar que na sua vida de movimentações é sujeito a pagar aluguéis sempre excessivamente atualizados, após cada transferência, e dado a sua posição social, sente-se na obrigação de habitar imóvel digno em ambiente digno. Somou-se ao desejo de ser proprietário o sentimento de autodefesa contra aluguéis.

Por outro lado a parte mais central da cidade vai sendo disputada pelo comércio. Os terrenos nessa região atingem valores muito elevados. As zonas residenciais, mais afastadas desse centro não sentem tanto a oferta e procura, mantendo-se mais barato.

Estabelecemos nas cidades círculos concêntricos, onde a área mais central é a zona comercial, altamente valorizada, e os terrenos nos círculos subseqüentes são de valorização decrescente e mais adequados a residências.

Nas desapropriações urbanas os preços sofrem as servidões:

- 1 — Custo do terreno de acôrdo com sua localização.
- 2 — Custo de reprodução das edificações deduzida a depreciação.
- 3 — Custo atribuído à construção pela sua natureza especial (instalação comercial, fábrica, etc.).
- 4 — Custo atribuído ao conjunto pelo vendedor, por êle não ter anunciado para venda, e estar sendo procurado para compra.

O Ministério do Exército que pretende desapropriar o imóvel para seu usufruto, e não pensa em negociações imobiliárias, pode eliminar ou pelo menos atenuar por um criterioso estudo da situação algumas dessas servidões.

Exemplifiquemos :

No interior de um Estado da República, em cidade bastante adiantada funciona Circunscrição de Serviço Militar (CSM) instalada em casa residencial adquirida na década de 1950. Sua localização do ponto de vista urbano é excelente. No coração da zona comercial, próximo à Estação de Estrada de Ferro, mas sob o ponto de vista militar suas dependências são muito acanhadas, não possui área de expansão.

Conseguida uma pequena verba por intermédio da Diretoria de Obras e Fortificações pretendeu fazer melhoramentos. Constatou então que seu terreno era nível diferente do dos vizinhos e qualquer melhoramento implicaria em construção de muros de arrimo que por si sós consumiriam fabulosas verbas.

Foi feito estudo pelo Serviço Regional de Obras e concluiu-se que adquirindo os terrenos vizinhos, (lateral e fundos entestando para a outra rua), demolindo o que nêles se contém, e reduzindo o conjunto ao nível do imóvel ocupado pela CSM, a despesa seria possivelmente menor, e o Ministério teria área para futura expansão.

Conduzido o assunto ao órgão patrimonial evidenciaram-se na análise de apenas um dos lotes confinantes:

- 1 — Zona de alto valor imobiliário;
- 2 — Em virtude da importância do "ponto" os particulares proprietários preencheram quase tôda a área com benfeitorias (pequenos cubículos) que vêm sendo sublocados. Essas benfeitorias são de péssima qualidade e caso demolidas, se apresentarem material de construção aproveitável será muito pouco. Mas têm que ser apreçadas ao valor da reprodução;
- 3 — O lote entesta na rua com as instalações de um armazém. Nota importantíssima caso venha a ser vendido entre particulares;
- 4 — Não há interêsse pela venda por parte do proprietário, que se considera muito bem instalado e quando procurado estabeleceu preço

acrescido seguramente de 50% do valor que obteria em caso de anunciar o imóvel.

Entre as considerações feitas pelo SPR apareceu o seguinte :

1 — A localização de uma CSM deve ser em ponto acessível dentro do perímetro urbano, mas não necessariamente na área mais densamente procurada. Este último aspecto é até negativo, porque nas épocas da reunião de convocados aparecem sempre indivíduos de formação pouco recomendável, também os menos informados, cujo mau comportamento facilmente conduz a tumultos.

As condições para esses tumultos são mais favorecidas, mas mais prejudiciais à população quando ocorrem na área comercial da cidade.

2 — A aquisição de mais área em torno da CSM tendo como justificativa a construção de novo prédio implica numa segunda etapa com tortuosas burocracias para conseguir as verbas das obras que normalmente aparecem em parcelas onerando pelo tempo mais ainda a construção.

Por outro lado a atual construção obviamente não pode ser aproveitada no novo projeto — também deve ser demolida.

3 — Na desapropriação dos terrenos confinantes o Ministério do Exército paga pela :

- a) Valorização imobiliária do terreno;
- b) Importância do "ponto" (não interessa ao uso do Ministério);
- c) Instalação de Armazém (que será demolido pelo Ministério);
- d) Desinteresse do proprietário na venda (sem utilidade para o Ministério).

4 — Para solução do caso surgem as sugestões :

a) Contactos da CSM na cidade para localização de imóvel em áreas mais afastada do centro que atenda totalmente às necessidades da organização militar, ou na pior das hipóteses com ligeiras modificações, e proceder-se a sua desapropriação. Esta solução acode ao problema de forma imediata.

b) Caso seja considerada importante a construção pelo Ministério de novas dependências, proceder contactos com a Prefeitura local para estudar a possibilidade de doar terreno que atenda ao dito fim.

Em qualquer dos casos ao atual imóvel em uso pode ser reservada uma utilidade de caráter residencial ou social, sem importantes modificações de estrutura.

A DESAPROPRIAÇÃO NO AMBITO DO EXÉRCITO

As avaliações e pareceres para incorporação e transferência de jurisdição de imóveis ao Ministério do Exército têm suas diretrizes pautadas na Portaria Ministerial n. 2.234, de 24 de setembro de 1960, cujos ele-

mentos foram organizados pela Diretoria do Patrimônio do Exército e que contém as fórmulas de avaliação de imóveis previstas pelo Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda e Portaria Ministerial n. 236, de 26 de janeiro de 1962, que dá as Instruções para o Funcionamento do Serviço do Patrimônio em Tempo de Paz, em cujo art. 11 consta que compete à Seção do Patrimônio Regional "Organizar os pareceres para incorporação e transferência de jurisdição de imóveis do interesse do Ministério da Guerra".

As Comissões Regionais de Escolha de Imóveis designadas pelo Comandante da Região Militar, são previstas no n. 1, letra B) do Capítulo II das Instruções aprovadas pela Portaria n. 2.234, de 24 de setembro de 1960, que diz:

"Cada Região Militar possuirá uma Comissão Regional de Escolha de Imóveis (CREI), com a seguinte composição:

- Chefe do Estado-Maior Regional — Membro permanente.
- Chefe do Serviço Regional de Obras — Membro permanente.
- Um oficial representante do Serviço Regional do Patrimônio — Membro permanente.
- Um oficial da Unidade ou Repartição diretamente interessada — Membro provisório.
- Caso necessário poderá ser designado um oficial médico, como membro consultivo."

A apreciação da competência de cada um dos componentes dessa comissão será feita na ordem inversa para melhor compreensão:

— O oficial médico, se faz de presença necessária, quando se trata de grandes áreas, cuja salubridade e saneamento sejam de importância para a futura ocupação pela tropa.

— O oficial da Unidade ou Repartição diretamente interessada, faz as vezes do Comandante da organização militar que propôs ao escalão superior a necessidade de adquirir o imóvel para suprir as dificuldades administrativas do órgão que dirige. Esse oficial é encarregado de estabelecer diretamente os contatos com o vendedor, deve estar a par do comércio imobiliário local, concorrências públicas, emite parecer para o Comandante de sua organização militar sobre as conveniências da aquisição e providencia junto à Prefeitura por documento, o valor do metro linear de testada e metro quadrado — do local da pretensa desapropriação, para atendimento de posteriores trabalhos técnicos (n.º 35 das normas para elaboração de laudo de avaliação do Anexo I das instruções aprovadas pela Portaria n.º 2.234-60).

— O oficial do Serviço Regional do Patrimônio procede a vistoria do processo, conferindo dimensões de plantas e registros

notariais e terreno; procede a seguir a avaliação do terreno, à vista dos valores — por metro linear de testada e metro quadrado documentados pela Prefeitura local; procede ao cálculo da depreciação da construção em função de sua idade, tudo de acôrdo com as fórmulas e normas estabelecidas na Portaria n.º 2.234-60, a seguir emite o parecer sôbre a aquisição do ponto de vista do Patrimônio.

— O chefe do Serviço Regional de Obras fornece o valor por metro quadrado da construção, levando em consideração tipo, estilo, materiais empregados, etc., de acôrdo com as normas daquele serviço; responde em seu parecer pela robustez e qualidade da construção; no caso de terrenos, se pode ou não ser construído, quais as proporções de construção que comporta, etc.

O Chefe do Estado-Maior Regional sendo hierárquicamente o mais antigo da Comissão, dá as ordens mais adequadas para cada caso aos membros da mesma, cabendo a êle decidir à vista do parecer de cada membro, se "julga conveniente ou não a incorporação do imóvel e se o mesmo se presta ao fim a que se destina". Declaração necessária ao parecer final do Relatório da CREI, conforme está previsto na Portaria n. 2.234-60.

Fica assim regulado o processo de desapropriação, evitando interferências de interesses particulares que possam prejudicar conveniências do Ministério e do órgão que vai desfrutar do imóvel. E, por outro lado, os encargos afetos a cada setor têm seu curso normal.

CONCLUSÃO

Adiantamos nas palavras iniciais do presente artigo que ocorre serem questões relativas a desapropriações tratadas sob os mesmos aspectos por órgãos diferentes, ou ingerências de órgãos em atribuições de outros e, ainda, falta de providências de órgãos pouco familiarizados com as lides patrimoniais.

Contudo, acreditamos que as eventuais divergências acima mencionadas poderão ser evitadas com as considerações do presente estudo.

A observância da sistemática ditadas pelas normas ministeriais vigentes conduzirá ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para aquisições onerosas.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

ASSISTÊNCIA ÀS POPULAÇÕES DURANTE CALAMIDADES PÚBLICAS

O PLANO DO I EXÉRCITO

NOTA DA REDAÇÃO: A existência de planejamento e o desencadeamento oportuno de medidas previstas, na ocorrência de calamidades públicas, reduzem os danos, em bens e vidas, enquanto que a inexistência de planejamento e de recursos adequados acarretam elevado número de baixas, mortos, feridos e flagelados, e prejuízos materiais de monta. Por isto os órgãos responsáveis devem estar em condições de proporcionar a assistência e o socorro necessários. As populações atingidas, na ocasião própria. Imbuído desse alto espírito o I Exército elaborou o Plano de Colaboração para Situação de Calamidade Pública que, em princípio, só entrará em execução por determinação de escalões superiores ou solicitação de autoridades civis competentes. Flexibilidade e objetividade caracterizam as grandes linhas do Plano e constituem a melhor garantia para sua execução, eficácia e oportunidade.

Tendo em vista o pioneirismo, o valor do trabalho e a excelente contribuição no campo da Defesa Civil, a nossa "Defesa Nacional" obteve do Comandante do I Exército a autorização para publicação de um Extrato do Plano certos de que, divulgando-o como o fazemos neste número, estamos prestando à classe, aos leitores e à coletividade em geral um excelente serviço, pois indiscutivelmente o mesmo além de seu valor intrínseco é uma fecunda contribuição para a estruturação de um Plano Nacional de defesa permanente contra as calamidades públicas.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Rio de Janeiro, GB, 23 Dez 67

I EXÉRCITO

QG — Sec Plan Coop

PLANO DE COLABORAÇÃO PARA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA

(Extrato)

1. SITUAÇÃO

a. A área do I Ex pode vir a estar sujeita a uma Calamidade Pública, assim considerada uma situação de emergência, provocada por fatores anormais e adversos (climáticos, atmosféricos, geológicos, sanitários ou de outra natureza) que afete gravemente a comunidade, privando-a, total ou parcialmente, do atendimento de suas necessidades fundamentais ou ameaçando a existência e a integridade de seus elementos componentes.

b. *Informações sobre Governos e Forças Armadas Empenhadas*

1) O Governo Federal atuará particularmente por intermédio do Ministério do Interior.

2) A Marinha deverá colaborar cumprindo missões próprias e cooperar com o Exército e a Aeronáutica no desempenho das missões dessas Forças. Com o I Ex poderá cooperar, particularmente por intermédio do 1º DN, com helicópteros em missões de reconhecimento, ou de transporte de pequeno número de pessoas ou carga de grande valia.

3) A Aeronáutica deverá colaborar cumprindo missões próprias e cooperar com o Exército e a Marinha no desempenho das missões dessas Forças. Com o I Ex poderá cooperar, particularmente por intermédio do CATTER, com helicópteros ou aviões leves em missões de reconhecimento ou de transporte de pequeno número de pessoas ou carga de grande valia.

4) O Governo do Estado da Guanabara atuará no território de sua jurisdição, particularmente por intermédio da Coordenação Estadual de Defesa Civil (CEDEC).

5) O Governo do Estado do Rio de Janeiro atuará no território de sua jurisdição particularmente por intermédio da Secretaria Executiva de Defesa Civil.

6) O Governo do Estado do Espírito Santo atuará no território de sua jurisdição particularmente por intermédio da Secretaria do Serviço Social.

7) Os Governos dos Estados de Minas Gerais e Goiás e a Prefeitura do Distrito Federal atuarão nos territórios das respectivas jurisdições por intermédio dos seus órgãos administrativos e técnicos.

c. *Melos recebidos e retirados*

Anexo A (Composição dos melos e Zonas de ação)

d. *Hipótese*

Ocorrência de Calamidade Pública, abrangendo toda a área do I Ex ou apenas alguns pontos.

2. MISSÃO

Prestar colaboração ao Ministério do Interior, Prefeitura de Brasília, Governos Estaduais e Municipais, dentro da área do I Exército.

3. EXECUÇÃO

a. *Conceito da Operação*

O I Ex prestará colaboração ao Ministério do Interior, Governos Estaduais e Municipais na assistência às populações atingidas e no restabelecimento da normalidade, mediante ordem do escalão superior ou solicitação das autoridades civis.

Ficará com as Grandes Unidades, os Grandes Comandos e Unidades em suas zonas de ação de rotina em condições de serem empregadas em prazo muito curto, mantendo a possibilidade de acorrer rapidamente com novos meios onde se fizer necessário.

Anexo B — Calco Op n. 1

Anexo C — Calco Op n. 2

b. 4ª RM/4ª DI

c. 11ª RM

d. 1ª DI

e. GUEs

1) Deverá manter, em qualquer circunstância, 1 GT à base de BI, em reserva que só será empregado mediante ordem.

2) Emprego do 1º BS fora do seu aquartelamento, mediante ordem. Subparágrafo m. 5).

f. D B

g. A Cos/1

h. ID/1

i. 1º BC

j. 3º BC

k. AMAN

m. Reserva

5) 1º BS

Em condições de ser empregado, mesmo por frações constituídas, em qualquer parte da área do I Ex.

n. Prescrições diversas

1) O emprego de qualquer Elemento Subordinado será feito na zona de ação que lhe foi atribuída; fora de sua zona só será feito mediante ordem ou autorização do I Ex.

2) Qualquer OM do I Ex deverá, em princípio, estar em condições de colaborar realizando Atividades (Anexo D — Atividades Desempenhadas em Situação de Calamidade Pública).

3) Qualquer Elemento Subordinado poderá ser chamado a operar, como um todo, por frações constituídas ou com determinadas Atividades, em zona de Ação diferente da sua.

4) O Elemento Subordinado deverá informar a Situação de Determinados Dados Importantes nas condições estabelecidas pelo Anexo E.

5) O funcionamento do Sistema de Comunicações é fator de grande importância para o atendimento à situação.

6) Na falta de meios de comunicação oficial ou em caso de necessidade, tendo em vista providências que se tornem necessárias com urgência, poderão ser utilizados radioamadores da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (LABRE).

7) Qualquer Elemento Subordinado que tiver conhecimento de indício de calamidade pública deverá comunicar com urgência ao escalão superior bem como tomar as providências que o caso requer e acompanhar o fenômeno.

8) Qualquer Elemento Subordinado, mediante ordem ou por iniciativa própria em casos especiais, passará à situação de "ATENÇÃO CP" que corresponde a ter seu pessoal, em curto prazo, em condições de iniciar suas Atividades. Nessa ocasião confirmará ou completará a última informação prestada sobre a Situação de Dados Importantes.

9) Qualquer Elemento Subordinado, mediante ordem ou iniciativa própria em casos especiais, passará à situação de "A POSTOS CP" que corresponde a ter seu pessoal pronto para iniciar suas Atividades. Se for o caso, informará sobre a Situação de Dados Importantes.

10) A colaboração do Elemento Subordinado só deverá ser tornada efetiva mediante ordem do Cmt do I Ex. Se a situação de emergência se revelar, houver solicitação da autoridade civil competente e impossibilidade material de ser obtida tal ordem ou autorização em tempo útil, deverá o Elemento Subordinado agir por iniciativa própria; neste caso, deverá comunicar ao escalão superior na primeira oportunidade a decisão tomada e as medidas adotadas.

11) Aquartelamento ou dependência militar, em princípio, não deve ser utilizada para ponto de coleta, ponto de reunião ou abrigo de flagelados.

12) As Unidades de Engenharia, além das Atividades Comuns, deverão estar em condições de executar as tarefas de sua especialidade.

13) As Unidades de Comunicações, além das Atividades Comuns, deverão estar em condições de executar as tarefas de sua especialidade.

14) As Subunidades ou Seções de Projeteiros deverão estar em condições de executar as tarefas de sua especialidade bem como as de aplicação de Geradores.

15) O GUEs, no período de 15 de março a 15 de maio, deverá estar em condições de reforçar, em prazo muito curto, o 1º B Com Ex com cinco motoristas de Vtr 1/4 ton e três de 3/4 ton.

16) As comunicações de responsabilidades do I Ex ficarão a cargo do 1º B Com Ex.

17) O 1º B Com Div, além de seus encargos normais, ficará em condições de reforçar o 1º B Com Ex nos seus encargos de comunicações da 1ª DI ou mesmo assumir tais encargos.

18) As Regiões Militares subordinadas deverão baixar instruções aos Tiros de Guerra tendo em vista a possibilidade de serem empregados, em seus próprios Municípios, particularmente na execução de Atividades Comuns.

19) Os Cmt 4ª RM/4ª DI, Cmt 11ª RM e Cmt Gu de Vitória deverão entrar em entendimento com os representantes da Marinha e da Aeronáutica em suas zonas de ação tendo em vista as medidas de cooperação.

20) A cooperação de Organizações Militares e Repartições não subordinadas está regulada no Anexo F.

21) Entendimentos para o Planejamento, entre Elementos Subordinados e Autoridades Cíveis — Anexo G.

22) Todo Elemento Subordinado que tenha colaborado na assistência às populações em situação de calamidade pública, fará um Relatório que deverá dar entrada no I Ex no máximo sete dias após o término da ocorrência da calamidade pública. Quando solicitados, relatórios diários, durante a ocorrência, deverão ser apresentados ao I Ex.

23) O presente Plano entrará em execução para aplicação em toda a área do I Ex ou em parte dela, mediante ordem do Cmt do I Ex.

24) Nos casos de sinistros e catástrofes que, pelo menor vulto, não sejam consideradas como "Calamidade Pública", o Cmt do I Ex poderá valer-se do presente Plano.

4. ADMINISTRAÇÃO

Anexo H

5. LIGAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Anexo I

Acuse estar ciente

(a) Gen Ex Adalberto Pereira dos Santos,
Comandante do I Exército

Anexos:

- A — Composição dos Meios e Zonas de Ação
- B — Calco Op n. 1
- C — Calco Op n. 2
- D — Atividades Úteis para Situação de Calamidade Pública
- E — Situação de Determinados Dados Importantes
- F — Cooperação das OM e Repartições não Subordinadas
- G — Entendimentos para o planejamento de Elementos Subordinados e Autoridades Cíveis
- H — Administração
- I — Ligações e Comunicações (*)

Confere: Gen Bda Obino Lacerda Alvares,
Ch EM/I Ex

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Rio de Janeiro, GB, 23 Dez 67

I EXÉRCITO

QG — Sec Plan Coop

**PLANO DE COLABORAÇÃO PARA SITUAÇÃO
DE CALAMIDADE PÚBLICA**

ANEXO A — COMPOSIÇÃO DOS MEIOS E ZONAS DE AÇÃO

1. ZONA DE AÇÃO — Z (O território da 4ª RM)
 - a. Comando
 - o da 4ª RM/4ª DI
 - b. Tropa
 - a da 4ª RM/4ª DI
 - c. OM e Repartições não subordinadas que, mediante entendimento, poderão cooperar. (**)
2. ZONA DE AÇÃO — S (O território da 11ª RM)
 - a. Comando
 - o da 11ª RM
 - b. Tropa
 - a da 11ª RM
3. ZONA DE AÇÃO — Q

(*) O Anexo I deixa de ser transcrito por ser dispensável à compreensão do Plano.

(**) No original segue-se uma lista que deixa de ser transcrita por ser dispensável para compreensão do plano; a presente observação é válida para os casos análogos deste Anexo A.

- a. Comando
 - o da 1ª DI
- b. Tropa
 - 1ª DI (— Cmdo ID/1 e 3º RI)
- c. OM e Repartições não subordinadas que, mediante entendimento, poderão cooperar.

4. ZONA DE AÇÃO — P

- a. Comando
 - o do GUEs
- b. Tropa
 - GUEs (— GT à base de BI)
 - 1º G Can 90 AAe

5. ZONAS DE AÇÃO O e U

a. Zona de Ação O

- 1) Comando
 - o da D B
- 2) Tropa
 - D B (— 1º BIB, 2º BCC e 3º BCC)
 - D B (— 1º BIB, 2º BCC e 3º BCC)
 - 1º G Can Au AAe
 - 1º B Gd

3) OM e Repartições não subordinadas que, mediante entendimentos, poderão cooperar.

b. Zona de Ação — U

- 1) Comando
 - o da D B
- 2) Tropa
 - 1º BIB
 - 2º BCC

6. ZONA DE AÇÃO — N

- a. Comando
 - o da A Cos/1
- b. Tropa
 - ACos/1 (— Gpt Leste ACos)

c. OM e Repartições não subordinadas que, mediante entendimento, poderão cooperar.

7. ZONA DE AÇÃO — R

a. Comando

— o da ID/1

b. Tropa

— 3º RI

— 4º G Can 90 AAe

— Gpt Leste A Cos

— 1º GA Cos

— 1ª/10º GA Cos M

— 1ª/1ª GA Cos M

c. OM e Repartições não subordinadas que, mediante entendimento, poderão cooperar.

8. ZONA DE AÇÃO — V

a. Comando

— o do 1º BC

b. Tropa

— 1º BC

9. ZONA DE AÇÃO — X (O território do ES)

a. Comando

— o da Guarnição de Vitória

b. Tropa

— 3º BC

— 3ª CSM

10. ZONA DE AÇÃO — T

a. Comando

— o da AMAN

b. Tropa

— AMAN.

Acuse estar ciente

a) Gen Ex Adalberto Pereira dos Santos,
Comandante do I Exército

Confere: Gen Bda Obino Lacerda Alvares,

Ch EM/I Ex

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Rio de Janeiro, GB, 28 Dez 67

I EXÉRCITO

QG — Sec Plan Coop

PLANO DE COLABORAÇÃO PARA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA

ANEXO B — ATIVIDADES ÚTEIS EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA

1. Há determinadas Atividades que são de grande valia para reduzir os efeitos de uma calamidade pública, na assistência às populações, quando executadas na devida oportunidade. Muitas delas podem ser realizadas por Organizações Militares que devem estar preparadas para sua execução em qualquer ocasião. Abaixo estão enumeradas algumas dessas atividades que, em princípio, qualquer OM poderá executar e outras que as de características particulares estarão em melhores condições para realizá-las.

2. Algumas Atividades Comuns que qualquer OM, em princípio, pode executar:

- a. policiamento e manutenção da ordem;
- b. controle de flagelados;
- c. de padioleiros;
- d. de enfermeiros;
- e. preparo de refeições;
- f. de médico;
- g. transporte.
 - de equipes médicas, de enfermeiros e padioleiros
 - de pessoal diverso
 - de flagelados
 - de objetos diversos
 - de alimentação
 - de água
- h. de mão-de-obra não especializada;
- i. resgate de flagelados;
- j. distribuição de refeições;
- k. serviços de artífices, como:
 - eletricitista
 - bombeiro hidráulico
- m. instalação de cozinha

3. Algumas Atividades Especiais que, em princípio, só OM de características particulares poderão atender:

- a. em pontes e outros meios de transposição de curso de água (botes, balsas);
 - b. demolições;
 - c. remoção de escombros;
 - d. reparo de estradas;
 - e. reparo de adutoras;
 - f. comunicações;
 - g. pára-quedistas;
 - h. de equipes médicas;
 - i. de equipes de enfermeiros;
 - j. fornecimento de água
 - viatura cisterna
 - reboque pipa
 - l. combate a incêndio;
 - m. descontaminação;
 - n. fornecimento de energia elétrica por geradores;
 - o. fornecimento de iluminação por projetores ou holofotes;
 - p. de tratoristas;
 - q. utilização de bomba de sucção;
 - r. socorro para reboque de viatura;
 - s. purificação de água;
- Acuse estar ciente

(a) Gen Ex *Adalberto Pereira dos Santos*,
Comandante do I Exército

Confere: Gen Bda *Obino Lacerda Alvares*,
Ch EM/I Ex

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Rio de Janeiro, CB, 28 Dez 67

I EXÉRCITO

QG — Sec Plan Coop

PLANO DE COLABORAÇÃO PARA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA

ANEXO E — SITUAÇÃO DE DETERMINADOS DADOS IMPORTANTES

1. FINALIDADE

O presente documento visa a manter o I Ex informado da existência e localização de Determinados Dados Importantes que possam proporcionar Atividades de grande valia quando empregados com oportunidade em situação de calamidade pública.

2. Os Dados em tela são os seguintes:

- a. Cisterna de água;
- b. Viatura transporte de pessoal;
- c. Viatura transporte de carga;
- d. Fogão de campanha;
- e. Bomba de sucção;
- f. Projetor de iluminação;
- g. Holofote;
- h. Gerador;
- i. Carro socorro de bombeiro;
- j. Equipamento contra incêndio;
- k. Equipamento mecânico para construção de rodovia;
- l. Equipamento mecânico para retirada de escombros.

3. Fica claro que o operador ou a equipe que opera é considerada como parte integrante de cada um dos Dados Importantes acima.

4. A informação do Elemento Subordinado será prestada, no mínimo, duas vezes por ano; a primeira deverá dar entrada no I Ex até 5 de janeiro e a segunda até 5 de julho, cada uma delas com alterações até 15 de dezembro e 15 de junho respectivamente.

5. A informação do Elemento Subordinado deverá conter a OM subordinada onde existe o dado considerado e sua quantidade bem como os esclarecimentos mínimos abaixo:

- a. Cisterna de água
 - Viatura auto-propulsada
 - Reboque
 - Capacidade
 - Tempo de enchimento
- b. Viatura transporte de pessoal
 - Tonelagem
 - Tipo
 - Número de passageiros transportados

Obs.: Não devem ser consideradas as viaturas de turismo

- c. Viatura transporte de carga
 - Tonelagem
 - Tipo
- d. Fogão de campanha
 - Características
 - Capacidade de produção
 - Destinação usual
- e. Bomba de sucção
 - Características
 - Destinação usual
- f. Projetor de iluminação
 - Características
 - Destinação usual

- g. Holofote
 - Características
 - Destinação usual
- h. Gerador
 - Características
 - Destinação usual
- i. Carro socorro de bombeiro
 - Características
 - Destinação usual
- j. Equipamento contra incêndio
 - Características
 - Destinação usual
- l. Equipamento mecânico para construção de rodovia
 - Características
 - Destinação usual
- m. Equipamento mecânico para retirada de escombros
 - Características
 - Destinação usual

6. O Elemento Subordinado poderá considerar como Dados Importantes outros diferentes dos relacionados acima e, neste caso, para cada um deles prestará, no mínimo, esclarecimentos sobre OM onde existe, quantidade, características e destinação usual.

7. Caso haja um impedimento, mesmo temporário, para utilização de Determinado Dado, como empréstimo, cessão de ordem superior ou ausência do operador ou da equipe que opera, deverá constar na informação a devida anotação.

8. A informação mesmo negativa, isto é, de inexistência de um dos dados acima, deve ser prestada pelo Elemento Subordinado.

9. Na situação de "A POSTOS CP", o pessoal que integra os Dados Importantes deverá estar pronto para iniciar suas Atividades com os mesmos.

10. Toda vez que um Elemento Subordinado passar à situação de "ATENÇÃO CP", ou conforme o caso diretamente à "A POSTOS CP", deverá fazer, com urgência, uma comunicação ao I Ex confirmando ou atualizando a última informação prestada sobre Dados Importantes.

Acuse estar ciente

(a) Gen Ex Adalberto Pereira dos Santos,
Comandante do I Exército

Confere: Gen Bda Obino Lacerda Alvares,
Ch EM/I Ex

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Rio de Janeiro, GB, 28 Dez 67

I EXÉRCITO

QG — Sec Plan Coop

PLANO DE COLABORAÇÃO PARA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA

ANEXO G — ENTENDIMENTOS PARA O PLANEJAMENTO ENTRE ELEMENTOS SUBORDINADOS E AUTORIDADES CÍVIS

1. Com o objetivo de facilitar o ajustamento do Plano de Elemento Subordinado com os das Autoridades Cívis de sua Zona de Ação, ficam autorizados os Elementos Subordinados abaixo, em nome do Cmt I Ex, a fazerem os entendimentos com as Autoridades Cívis que lhes correspondam:

— 4ª RM/4ª DI :

— Governo do Estado de Minas Gerais;

— 11ª RM :

— Prefeito de Brasília e Governos dos Estados de Goiás e Minas Gerais;

— Cmt Gu Vitória :

— Governo do Estado do Espírito Santo;

— ID/1 :

— Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitos de Municípios de sua Zona de Ação;

— AMAN :

— Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitos de Resende e Barra Mansa;

— 1º BC :

— Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitos de Petrópolis, Teresópolis, Três Rios, Sapucaia e Carmo;

— 1ª DI :

— Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitos de Itaguaí, Nova Iguaçu, Nilópolis, Paracambi, Rio Claro e Administradores Regionais das XVI, XVII, XVIII, XIX e XXII RA no Estado da Guanabara;

— GUEs :

— Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitos de Magé, Duque de Caxias e S. João de Meriti e Administradores Regionais das XI, XIV, XV, XVI e XXII RA no Estado da Guanabara;

— D B :

— Quanto à Zona de Ação U :

— Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitos de Barra Mansa, Volta Redonda, Rio Claro, Pirai, Barra do Pirai, Mendes, Valença, Paulo de Frontin, Vassouras, Miguel Pereira, Rio das Flôres, e Paraíba do Sul;

— Quanto à Zona de Ação O :

— Administradores Regionais das I, II, III, VII, VIII, IX, X, XII, XIII, XV, XVI e XXIII RA no Estado da Guanabara;

— A Cos/1 :

— Administradores Regionais das IV, V, VI, VIII e XVI RA no Estado da Guanabara.

2. Os entendimentos com o Governo da Guanabara ficarão a cargo do I Ex.

Acuse estar ciente

(a) Gen Ex *Adalberto Pereira dos Santos*,
Comandante do I Exército

Confere: Gen Bda *Obino Lacerda Alvares*,
Ch EM/I Ex

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Rio de Janeiro, GB, 28 Dez 67

I EXÉRCITO

QG — Sec Plan Coop

PLANO DE COLABORAÇÃO PARA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA

ANEXO H — ADMINISTRAÇÃO

1. SUPRIMENTOS

a. Gêneros alimentícios

O atendimento de gêneros alimentícios, para o preparo de refeições a serem servidas a populações flageladas, fica condicionado, em princípio, à autorização do comandante de zona de ação interessada a quem cabe os entendimentos com os escalões superiores ou autoridades civis visando ao suprimento, à reposição de estoque ou mesmo às indenizações.

b. Combustíveis

1) As GU e RM debitarão, à conta das cotas complementares em que são assistidas, os gastos em combustíveis, com o devido registro para indenização futura.

2) Ao 1º BC e ao 3º BC será fornecido um reforço a sua cota normal para atender às emergências, sendo feito o devido registro.

2. MATERIAL, ATIVIDADE E DADOS IMPORTANTES

a. *Material para Atividades*

Aos Cmt de Grandes Unidades, de Grandes Comandos e de Unidades Independentes cabe a determinação de medidas que assegurem condições de emprêgo, em curto prazo, do material necessário à execução das Atividades Úteis em Situação de Calamidade Pública (Anexo D).

b. *Material para Dados Importantes*

Os Cmt de Grandes Unidades, de Grandes Comandos e de Unidades Independentes devem tomar medidas que assegurem o emprêgo, em curto prazo, do material relacionado nos Determinados Dados Importantes (Anexo E) existente em suas Grandes Unidades, Grandes Comandos ou Unidades Independentes.

c. *Disponibilidade de Dados Importantes*

Em princípio, são consideradas como disponíveis para emprêgo, em curto prazo, todos os materiais e respectivas equipes operadoras relacionados nos Determinados Dados Importantes (Anexo E) de um Elemento Subordinado abatido o necessário à vida de rotina do Elemento em tela.

Acuse estar ciente

(a) Gen Ex Adalberto Pereira dos Santos,
Comandante do I Exército

Confere: Alberto Carlos de Mendonça Lima
Cel, Resp Ch EM/I Ex





Preço dêste exemplar
NCr\$ 0,60

S Ge Ex
IMPrensa DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1968